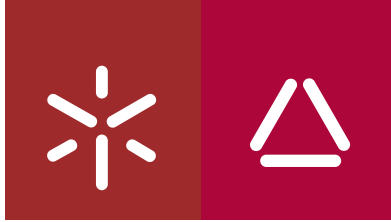


**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Pedro Rafael Pinto de Castro Esteves

**A mediatização de regiões na secção Local  
de um jornal nacional: o caso do jornal *Público***

janeiro de 2019



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Pedro Rafael Pinto de Castro Esteves

**A mediatização de regiões na secção Local  
de um jornal nacional: o caso do jornal *Público***

Relatório de Estágio  
Mestrado em Ciências da Comunicação  
Área de Especialização em Informação e Jornalismo

Trabalho efetuado sob a orientação da  
**Professora Doutora Sandra Cristina Santos Monteiro  
Marinho**

## **DECLARAÇÃO**

**Nome:** Pedro Rafael Pinto de Castro Esteves

**Endereço Eletrónico:** pedrocastroesteves@gmail.com

**Telefone:** 911035576

**Número de Cartão de Cidadão:** 14863618

**Título do Relatório:** A mediatização de regiões na secção Local de um jornal nacional: o caso do jornal *Público*

**Orientador:** Professora Doutora Sandra Cristina Santos Monteiro Marinho

**Ano de Conclusão:** 2019

**Designação do Mestrado:** Mestrado em Ciências da Comunicação - Área de Especialização em Informação e Jornalismo

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, \_\_/ \_\_/ \_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **Agradecimentos**

Aos jornalistas e trabalhadores do Público

À minha família e amigos

À minha orientadora, a professora Sandra Marinho

Obrigado



## **Resumo:**

Todos os diários generalistas portugueses dedicam uma fatia da cobertura mediática a assuntos de interesse local. Esta cobertura é enquadrada em secções com diferentes designações. No jornal *PÚBLICO*, esta secção é apropriadamente apelidada de “Local”, à qual são normalmente dedicadas duas páginas diárias, e é, por hábito, o único aspeto que diferencia o jornal que chega às bancas de todo o país. Falamos do Local Porto e Local Lisboa (vendido a Sul de Coimbra). Esta divisão possibilita uma maior segmentação, permitindo, mesmo no caso de um jornal generalista de distribuição nacional, aproximar o jornal ao leitor de determinada comunidade geográfica.

Mas que tipo de mediatização é feita pelo jornal acerca de comunidades distanciadas dos grandes centros de decisão? Este trabalho, que visa responder a essa questão, parte da minha experiência como estagiário no jornal durante três meses. Para chegar a uma resposta foram analisadas as notícias da editoria durante o período de estágio e categorizadas segundo a região mediatizada, a temática da notícia, a hierarquia nas páginas destinadas à secção, a assinatura e a dimensão do texto.

Os resultados mostram o Porto, distrito onde o jornal tem presença, como o principal distrito da mediatização, com cerca de metade das 203 notícias analisadas. Temas como Sociedade, Cultura e Ambiente dominam as páginas da secção. Esta investigação também destaca a importância dos jornalistas correspondentes, que garantem praticamente metade do trabalho da secção e a sub-representação de algumas regiões nas páginas da secção

**Palavras Chave:** Valores-notícia; Jornalismo de Proximidade; Local



## **Abstract:**

All portuguese generalist newspapers devote a slice of their media coverage to issues of local interest. This coverage is framed in sections with different designations. In the *Público* newspaper, this section is called "Local", to which two daily pages are usually dedicated, and is, by habit, the only aspect that differentiates the newspaper that reaches newsstands all over the country. We're talking about Local Porto and Local Lisboa. This division allows for greater segmentation, allowing, even in the case of a generalist newspaper of national distribution, bringing the newspaper closer to the reader of a given geographical community.

But what kind of media coverage is done by the newspaper about communities far away from the big decision -making centers? This work, which aims to answer that question, is the result of my experience as a intern for three months. In order to reach an answer, we analyzed the news from the section during the internship period and categorized it as follows: the region of the media coverage, the theme of the news, the hierarchy in the pages of the section, the signature and the size of the text.

The results show Porto, the district where the newspaper has a newsroom, as the main district of media coverage, with about half of the 203 news items analysed. Themes such as Society, Culture and Environment dominate the pages of the section. This research also highlights the importance of correspondent journalists, who account for almost half of the section's work and the under-representation of some regions on the section's pages.

**Keywords:** News Values; Proximity Journalism; Local





## Índice:

Agradecimentos.....	iii
Resumo: .....	v
Abstract: .....	vii
Índice de Quadros:.....	xi
Índice de tabelas/gráficos: .....	xi
Introdução .....	13
1. Três meses na redação de um jornal nacional.....	13
1.1 Contextualização da organização: o <i>Público</i> e o local .....	13
1.1.1 O percurso do <i>Público</i> .....	14
1.1.2 O Público no contexto mediático nacional.....	16
1.2 Na prática: o estágio .....	17
1.2.2 A preparação .....	17
1.2.3 O estágio.....	18
1.2.4 Um período eleitoral .....	23
1.2.5 Informação local .....	25
1.2.6 Uma breve reflexão sobre o local .....	27
1.2.7 Definição da problemática .....	30
2 Os media como construtores da realidade.....	31
2.1 Como nasce a notícia .....	31
2.1.1 Os valores-notícia .....	33
2.2 A agenda dos média .....	36
2.3 A proximidade como critério de noticiabilidade.....	41
2.4 A informação local.....	43
2.5 Localizar ideias: um breve resumo .....	45
3 Metodologia.....	49
3.1 Pergunta de Partida .....	49
3.2 Objetivos .....	49
3.3 Amostra.....	50
3.4 Modelo de Análise .....	50
3.5 Técnicas de recolha e análise de dados .....	53
4 Apresentação e discussão dos resultados .....	55
4.1 Produção jornalística sobre as regiões .....	55

4.2	Do que se fala quando se fala .....	57
4.3	Hierarquia .....	60
4.4	Dimensões.....	61
4.5	Assinatura da peça.....	62
	Considerações finais .....	65
	Bibliografia .....	69
	Anexos:.....	75

## **Índice de Quadros:**

Quadro 1: modelo de análise .....	52
-----------------------------------	----

## **Índice de tabelas/gráficos:**

Tabela 1: Tipificação dos temas das notícias .....	49
Tabela 2 – Distribuição de notícias por região.....	56
Tabela 3 – Mediatização no distrito do Porto.....	59



## Introdução

Atribuir valor a acontecimentos de forma a discernir o que pode ou não ser notícia é um trabalho diário que ocorre em todas as redações do país. Sendo que apenas uma pequena porção destes assuntos são mediatizados, podemos questionar a forma como esta triagem é realizada. As investigações acerca dos valores-notícia propagaram-se no século passado. São vários, mas partilham semelhanças. A proximidade é presença habitual nos diferentes estudos. São diversos os autores a dar uma posição de destaque a este critério de noticiabilidade.

Ora, se este é um processo que se aplica a todas as empresas de média podemos afirmar que, a um nível micro, há várias decisões que são tomadas no quotidiano que têm impacto na composição de um jornal diário. Uma editoria, por exemplo, faz estas escolhas constantemente. Que assuntos reportar? Como tratar esses assuntos? Como hierarquizar estes temas na formatação do jornal? O que é excluído?

Nas páginas que se seguem, irei descrever a minha experiência na editoria Local Porto, algo que veio a ter um impacto significativo na escolha do assunto para investigação: analisar a mediatização feita pelo jornal *Público* das regiões do norte, nas páginas da sua secção Local.

Como disse, a escolha deste tema tem por base o período de estágio naquela editoria do jornal, mas não foi o único prato a pesar na balança. A responsabilidade social das organizações mediáticas na construção do mundo que nos rodeia é uma ideia cada vez mais pertinente. Segundo Michael Schudson, de uma maneira muito mais complicada e menos compreendida, os “mídia acrescentam algo a cada história que veiculam” (2002, p.29). Na visão do autor, quando os média oferecem ao público material informativo, estes estão também a atribuir-lhe legitimidade pública. Trazem-no para um fórum onde é discutido pelos cidadãos. Podemos falar, portanto, não só de distribuição, mas de amplificação de determinados eventos, histórias e temas (Schudson, 2002).

Uma das predisposições desta investigação passa por aferir que temas são estes e aprofundar as tendências e o teor da mediatização da secção Local do *Público*. Foram utilizadas as notícias publicadas no jornal impresso durante os três meses de estágio. Para compreender o processo de produção jornalística, foram utilizados diferentes indicadores: a hierarquização da peça, a dimensão do texto (para averiguar o tempo e aprofundamento concedido ao tema) e a assinatura (perceber se a peça foi assinada por um jornalista). Assim, a pergunta de partida que acabou por orientar esta investigação foi: que assuntos são mediatizados pelo jornal *Público* na sua secção Local?

Antes de ver essa questão respondida, o relatório vai enquadrar a minha experiência de estágio no *Público* durante três meses, com a enumeração de alguns períodos e acontecimentos que mais ressoaram e tiveram impacto na minha aprendizagem. Irei enquadrar a emblemática instituição jornalística que é este jornal com mais de 25 anos de existência, assim como algumas rotinas de produção que apreendi. No segundo capítulo, haverá espaço para expor os resultados da revisão de literatura: ideias como os valores-notícia, as teorias dos efeitos dos média, a

proximidade (e o que significa para um jornal de cariz generalista de distribuição nacional) e ainda as particularidades da imprensa local portuguesa serão discutidas com vista a alimentar as últimas fases do relatório: a apresentação e discussão dos dados e as considerações finais. Antes disso, haverá espaço para clarificar as escolhas metodológicas que irão permitir enquadrar as conclusões empíricas. O último capítulo desta investigação tem que ver com as considerações finais, onde se vão atar algumas pontas soltas, contrapor os dados observados com a minha experiência e apontar algumas limitações desta investigação.

## **1. Três meses na redação de um jornal nacional**

Antes de encetar o relato da minha experiência enquanto jornalista estagiário no jornal *Público*, aproveito esta primeira secção para contextualizar o jornal que me acolheu durante três meses, entre julho e outubro de 2017. Partiremos, portanto, do fenómeno macro para o micro, já que, como explicarei nas páginas que se seguem, a organização que me acolheu e o contexto que abrangeu a minha estada no jornal tiveram impacto na minha experiência.

Convém de igual forma realçar que o jornal *Público* leva já mais de 25 anos de história e o meu relato parte da experiência de três meses. O que encontrei e descreverei nesta primeira fase são meras observações de quem presenciou apenas um pequeno trecho da vida do jornal. Observações que podem, naturalmente, conter enviesamentos próprios do contexto em que estive inserido.

O meu estágio teve lugar na redação do jornal no Porto, no período acima referido, na secção Local. A variável mais relevante e passível de destaque será a altura do estágio: como tive oportunidade de reparar, os meses veranís são suscetíveis de alterarem a rotina de produção num jornal nacional. Neste breve sumário, destaco ainda a colaboração com o P3, que tem casa na redação do Porto.

Justificarei a minha escolha para o local de estágio e perfilarei alguns aspetos do trabalho jornalístico resultantes da minha experiência, como o fator tempo, a escrita tendo como base um Livro de Estilo, a relação com as fontes de informação e as particularidades da secção em que estive inserido. Foi a experiência nesta secção – Local – que serviu de mote para o tema deste relatório. Apercebi-me de que os temas que figuravam no jornal diário nas páginas referentes à secção estavam demasiado circunscritos ao Porto e à sua Área Metropolitana. Esta impressão levou-me a questionar a produção jornalística sobre outras regiões. Haverá ainda espaço para um balanço dos três meses como jornalista do *Público*, onde se fará menção às dificuldades e limitações que encontrei durante os meses de estágio no jornal.

Este capítulo terminará com uma breve consideração final relativa aos três meses de redação. Considerações sempre subjetivas, que andam à volta das dificuldades que encontrei, o contacto com as fontes de informação e, talvez o mais importante, o que aprendi durante esta passagem por uma das maiores casas e escolas de jornalismo nacional.

### **1.1 Contextualização da organização: o *Público* e o local**

Como quase todos os jornais diários nacionais, o *Público* nasce num paradigma mediático bastante diferente do que aquele que conhecemos atualmente. É, à partida, singular na forma como se financiou – a partir da entrada no campo dos média de um empresário português com negócios em esferas distintas. Num artigo de opinião de 2017, a ex-diretora do jornal fazia



referência ao mecenato de Belmiro de Azevedo ao suportar uma empresa no sempre conturbado campo dos média<sup>1</sup>. A verdade é que o *Público* impôs-se e ganhou crédito pela forma como se autodefiniu: como um jornal de referência, um “diário de grande informação, orientado por critérios de rigor e criatividade editorial, sem qualquer dependência de ordem ideológica, política e económica”, como se lê numa das nove entradas escritas no Estatuto Editorial do jornal, publicado em 1989<sup>2</sup>.

No leque de secções informativas que disponibiliza, o jornal conta com uma secção Local. Não é caso único. O *Público*, como outros jornais nacionais, dedica um espaço do seu bloco informativo a assuntos de cariz local, que podem ocorrer longe dos centros de decisão ou das cidades mais povoadas. Essa secção do *Público* garante, por norma, duas páginas impressas diariamente e conta com atualizações diárias no separador online.

### **1.1.1 O percurso do *Público***

O panorama mediático português da última década do século XX está muito distante do que conhecemos atualmente. Afirmação facilmente comprovável por números: durante os anos 90, chegaram a vender-se mais de 400 mil periódicos por dia, segundo dados disponibilizados pela Pordata<sup>3</sup>. A tendência é para que o número continue a cair e neste momento já se situa abaixo dos 200 mil. Outro sinal dos tempos é o facto de, no início da década de 90, chegar às bancas um jornal assumidamente de referência com uma tiragem de aproximadamente 62 mil exemplares (segundo dados compilados e disponibilizados online pela Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação)<sup>3</sup>. O *Público* dava os seus primeiros passos. No dia 5 de março de 1990, a redação, encabeçada pelo diretor Vicente Jorge Silva, inaugura uma história que já leva 28 anos.

Idealizado por alguns ex-jornalistas do semanário *Expresso*, o jornal impôs-se como um jornal de referência português, ao aprofundar temas complexos e sempre dedicando parte da sua cobertura a assuntos globais, longe do território português. Prova disso é o facto de, apenas um ano após a primeira edição, ter integrado a *World Media Network*, uma agremiação de jornais de referência de todo o mundo onde estavam incluídos periódicos de vizinhos europeus, como é exemplo o alemão *Süddeutsche Zeitung*, o espanhol *El País*, o francês *Libération* ou o italiano *La Stampa*. “Desta associação nasceu uma cooperação, materializada com a publicação de alguns especiais informativos”, como se lê na secção Sobre do jornal nas redes sociais.<sup>4</sup>

Outro símbolo do tempo do nascimento do jornal são os estatutos, os alicerces que o sustentaram e sustentam até à atualidade. Tal como se escreve no estatuto editorial do *Público*, o jornal “inscreve-se numa tradição europeia de jornalismo exigente e de qualidade, recusando o sensacionalismo e a exploração mercantil da matéria informativa”. Junta-se aos estatutos, um outro pergaminho do jornal: o Livro de Estilo. Aquando do oitavo aniversário foi disponibilizado

---

<sup>1</sup> Texto de Bárbara Reis: <https://www.publico.pt/2017/11/30/economia/opiniao/belmiro-o-filantropo-1794602>

<sup>2</sup> <https://www.publico.pt/nos/estatuto-editorial>

<sup>3</sup> [http://www.apct.pt/Analise\\_simples.php](http://www.apct.pt/Analise_simples.php)

<sup>4</sup> <https://www.linkedin.com/company/publico/about/>

online para os leitores. No prefácio, Nuno Pacheco, jornalista da casa, explana que o que ali está exposto “são regras para um caminho possível no vasto e turbulento mundo da comunicação social contemporânea, não necessariamente o caminho em si”.<sup>5</sup>

Por falar num mundo “vasto e turbulento”, será útil visitar o capítulo introdutório ao Livro de Estilo do jornal, onde Vicente Jorge Silva situava o jornal da seguinte forma:

O PÚBLICO tem um estilo próprio que identifica o jornal perante os seus leitores e a opinião pública em geral. Esse estilo integra os grandes princípios fundadores do jornalismo moderno — adoptados pelos jornais de referência em todo o mundo, do "The Washington Post" e do "The New York Times" ao "La Repubblica", "El País", "Le Monde" ou "The Independent" — e uma nova sensibilidade para captar e noticiar os acontecimentos, que caracteriza um jornal como o "Libération", por exemplo.” (Público, 1998)

No mesmo texto, o primeiro diretor do periódico destacava “uma época de viragem”, impelida pela era de informação, e a necessidade de sincronismo do jornal com esse novo paradigma. Salientava, no entanto, que o jornal não queria “perder nada” do seu tempo. A partir do contributo de Hélder Bastos (2010) para uma constituição da história dos primeiros 12 anos de ciberjornalismo português, é possível marcar o mês de setembro de 1995 como uma data relevante para o *Público*: data da publicação da sua edição na internet (2010). Foi o segundo meio de comunicação a fazê-lo, dois meses depois do Jornal de Notícias. “Antes desta data, o jornal já colocava online, de forma esporádica, artigos do jornal impresso” (Bastos, 2010, p.2). Ou seja, aproximadamente cinco anos após a primeira edição em papel, o jornal regista o seu domínio na internet: [www.publico.pt](http://www.publico.pt).

Desses primeiros passos no mundo digital sobram poucos vestígios. Seguiram-se várias mudanças no design do site, numa tentativa de o trazer para uma realidade em constante mutação. Aquando da alteração de 2002, que empurrou o site para um modelo mais próximo do que conhecemos hoje, a então diretora Bárbara Reis, salientava, num vídeo publicado pelo jornal, o pioneirismo do jornal noutras vertentes: “o *Público* é o primeiro jornal em Portugal a incluir os leitores na aprovação dos comentários, a ter uma página para cada jornalista e uma área para cada leitor”<sup>6</sup>

Uma das mudanças mais significativas para o leitor e visitante do sítio deu-se no final do ano de 2017. Acabei por assistir, durante o meu tempo no jornal, à preparação do que iria acontecer, através de reuniões entre jornalistas do Porto e Lisboa na sala de videoconferência. Enquanto que antes as secções figuravam na página principal, agora estão “escondidas” à esquerda, sendo preciso um clique para as ver. É aí que se encontra a secção Local, é uma das várias entradas que o jornal lista na barra esquerda. À data de realização deste relatório, o jornal

---

<sup>5</sup> [http://static.publico.pt/nos/livro\\_estilo/](http://static.publico.pt/nos/livro_estilo/)

<sup>6</sup> <http://static.publico.pt/novosite/>

colocava na sua página principal ligações para outros segmentos (P2, Ípsilon, Culto, Fugas, P3 e o mais recente Cidades) e, por baixo, os assuntos mais importantes de determinado dia.

Quando falo de um novo paradigma e da vertente online do jornal, não podemos descurar a autoridade e relevância que o *Público* guarda ainda na versão em papel. Como vai ser possível constatar uns parágrafos abaixo, o online é uma importante fonte de receita para o jornal (através de assinaturas digitais), mas convém recordar que, atualmente, o *Público* tem sob a sua alçada outros segmentos, todos eles com propósitos e audiências distintas. Enumeram-se o P3 (destinado a públicos mais jovens e que não é distribuído em papel, mas com grande preponderância online e com uma identidade bem definida), a revista Fugas (um caderno dedicado a *lifestyle*, viagens, restauração e gastronomia, distribuído ao sábado), o P2 (revista onde o jornal publica textos mais extensos, de reportagem ou investigação, distribuída ao domingo, sendo que durante o mês de agosto saiu com o jornal todos os dias), o *Ípsilon* e o *Inimigo Público* (ambos saem com o jornal à sexta-feira; o primeiro dedicado à cultura e às artes, o segundo ao humor e à sátira). Como podemos ver, todos, à exceção do P3, são distribuídos com o jornal.

### **1.1.2 O Público no contexto mediático nacional**

No entanto, mesmo um jornal com esta envergadura não é alheio às sucessivas crises e mortes anunciadas do jornalismo, em particular do jornalismo impresso. Dados do INE, tratados pela Pordata relativos a 2016, apontam para um decréscimo da venda de jornais e revistas na ordem dos 17,6%.<sup>7</sup> Para fazer face a esta quebra, o jornal tem dedicado mais atenção à Internet e tem conseguido capitalizar a sua presença online. Mas o panorama no mundo do papel, embora muito distante dos níveis apresentados noutros tempos, dá sinais de uma tímida recuperação.

É que para além de apresentar métricas elevadas nas redes sociais - trata-se de um jornal com mais de um milhão de seguidores no Facebook e cerca de 670 mil no Twitter -, em fevereiro, através de uma notícia publicada no jornal, soube-se que o *Público* “foi o único diário generalista português que conseguiu aumentar as vendas em relação a 2016, com um crescimento na ordem dos 7% no total da circulação paga”, segundo dados Associação Portuguesa do Controlo de Tiragens (APCT)<sup>8</sup>. Junta-se a este fator a pegada cada vez maior no online: “o PÚBLICO foi líder nas vendas digitais: em 2017 vendeu mais 2 205 edições digitais por dia e detém 49% da quota de mercado desse segmento”, lê-se na mesma notícia.

É difícil estimar o número de assinantes online de todos os jornais portugueses, mas números divulgados durante o mês de agosto de 2018 pela ACPT não traçam um cenário animador. “Na soma dos cinco jornais generalistas auditados pela associação, a circulação paga digital regista um crescimento de apenas 1,5%, comparando os períodos de janeiro a agosto de

---

<sup>7</sup> <https://goo.gl/iqomX3>

<sup>8</sup> <https://www.publico.pt/2018/02/28/culturaipsilon/noticia/publico-foi-unico-diario-generalista-que-aumentou-vendas-em-2017-1804820>

2017 e 2018. No caso do *Público*, que é líder online, a circulação digital paga situa-se nos 12 109, o que representa uma quebra de 13,2%. Outro exemplo é o Diário de Notícias, que viu a sua circulação digital paga descer 0,9 para os 3 377.”

## **1.2 Na prática: o estágio**

“Se fosse possível, o *Público*”. Aquando do período de seleção do local de estágio, estreitei o leque de opções ao mínimo possível e coloquei o *Público* em primeiro lugar. Era a escolha mais natural: tratava-se do diário que mais lia, com o qual mais me identificava e queria começar a incursão nas redações da imprensa portuguesa num título cujas identidade e estilo me fossem mais familiares. Acrescento a esta familiaridade os profissionais que lá escrevem diariamente e a sobriedade e distinção com que assuntos complexos são abordados. Trata-se de uma grande escola de jornalismo em Portugal e almejava conhecer os seus bastidores. Tive essa oportunidade durante três meses, em que estagiei na secção Local (repartindo o tempo entre esta editoria e o P3), onde usufruí da oportunidade de participar no processo de produção de notícias e ver por dentro como funciona a engrenagem de um jornal nacional.

### **1.2.2 A preparação**

Nesta era da informação, os jornais publicam conteúdo a toda a hora, com inúmeras notícias produzidas durante o dia e facilmente propagadas online. Por isso, torna-se imperativa a organização da matéria produzida. Para esse efeito e como seria de esperar, a redação do *Público* está dividida por secções. No Porto, o *Público* tinha casa na Praça Coronel Pacheco, ainda que na reta final de 2017, pouco depois do meu estágio ter terminado, em final de outubro, tenha mudado de casa e estabelecido nova morada. Quando funcionava a todo o vapor, estimo que se encontrassem naquele escritório entre 20 a 30 jornalistas. Para além dos jornalistas inseridos nas diferentes secções que figuram no jornal todos os dias, convém sublinhar que o Porto também é casa do P3 e do FUGAS.

A primeira visita às instalações do *Público* ocorreu dois meses antes de começar o estágio. Tratava-se da entrevista com o diretor-executivo do jornal, Amílcar Correia, que nos inteirou sobre o funcionamento da organização (éramos quatro aspirantes a estagiários naquela reunião). A reunião permitiu também trocar algumas ideias sobre o jornal, o estado atual do jornalismo e trocar impressões sobre as referências que tínhamos ao nível do jornalismo nacional e internacional. Ficou estabelecido que dois estagiários começariam em julho e mais dois entrariam de seguida, quando o estágio dos primeiros expirasse.

Entre o dia da entrevista e o primeiro dia de redação, a principal decisão a tomar tinha que ver com a escolha da secção. Era algo que tinha ficado bem patente na reunião, embora o jornalista Amílcar Correia nos tenha dado liberdade para experimentar as diversas áreas e para fazer sugestões de assuntos a cobrir, mesmo que estes caíssem na “jurisdição” de uma secção

diferente da nossa. Disse-nos, no entanto, para filtrar as ideias e apresentar propostas bem fundamentadas, que possibilitassem uma cobertura com ângulos interessantes. No fundo, tratava-se de trazer um pouco da nossa perspectiva e pontos-de-vista para o jornal, agitar (dentro dos limites) e trazer conteúdo que achássemos possível de figurar nas páginas do jornal.

Era, portanto, importante e imperativo escolher uma secção onde me fixaria durante os meses de *Público*, uma espécie de base de onde poderia sair e explorar outros jornalismos, mas à qual voltasse. Essa base seria o local onde passaria os cerca de três meses de estágio curricular e iria, consequentemente, pautar a minha primeira experiência de inclusão no ambiente de redação de um dos grandes jornais de referência portugueses.

A escolha acabou por recair na secção Local, editada pela jornalista Ana Fernandes, que trabalhava em Lisboa, e por Abel Coentrão, no Porto. Até porque desde cedo pareceu a mais disponível para acolher quem vem de fora e, como se trata de uma secção onde cabem diversas temáticas, também acaba por ser proveitosa para o estagiário, que vai provando um pouco de tudo, desde a política à sociedade, passando pelos transportes, pelo ordenamento de território, entre outros temas. Posso dizer que nenhum dia era igual, já que cabiam muitos assuntos nesta secção. Antes de continuar, convém sublinhar que não trabalhei a tempo inteiro nesta secção. Devido à proximidade com o P3, acabei por desenvolver muitos trabalhos para este segmento. Foi entre estas duas casas que passei a esmagadora parte do meu tempo no jornal.

Voltando ao Local, reitero que a edição impressa dedica duas páginas à secção Local. São, salvo alguma exceção, as únicas duas páginas que diferem nas edições de Lisboa e no Porto – a primeira vendida a sul de Coimbra e a primeira a Norte da cidade do Baixo Mondego. No Porto, a edição é supervisionada por Abel Coentrão e tem na jornalista Patrícia Carvalho a redatora principal. A secção está também dependente do trabalho de correspondentes de várias zonas do país. A norte do país, assuntos de algumas zonas da Área Metropolitana do Porto, assim como de regiões como o Minho ou Centro, são maioritariamente tratados por correspondentes. Nota também para Coimbra, cuja cobertura recai para o Local Porto. Em Lisboa acontece algo semelhante, já que o jornal conta com correspondentes nas zonas do interior e mais a Sul, no Algarve.

### **1.2.3 O estágio**

O meu estágio começou a meio do mês de julho e, como o período se estendeu durante agosto e setembro, culminando com o fim a 17 de outubro, estive maioritariamente na presença de uma redação a funcionar a “meio gás”, com vários jornalistas de férias. Somente no último mês é que posso dizer que experienciei a redação do *Público* do Porto em toda a plenitude, com todas as cadeiras nas pequenas ilhas dedicadas a cada secção ocupadas.

Como foi dito, o estágio teve início em julho, mas não no dia 17, como seria o previsto. Apresentei-me no Porto nesse dia, de manhã, no entanto uma falha de comunicação fez com que o diretor-executivo e responsável pela entrevista aos candidatos a estágio, Amílcar Correia, não

estivesse presente. O dia acabou mais cedo e serviu apenas para conhecermos os poucos jornalistas presentes na redação, numa manhã de segunda-feira. Agendámos através do telefone um novo começo: dois dias depois, dia 19.

Na companhia da minha colega estagiária Sara Lopes apresentei-me- ao serviço logo ao início da manhã. O cenário era em tudo idêntico ao de segunda-feira, mas desta vez, com a ajuda do jornalista Amílcar Correia, fomos apresentados aos jornalistas que iam chegando a “conta gotas” ao jornal. Seriam os nossos colegas de trabalho durante os próximos três meses e nesta pequena incursão pela redação, de secção em secção, todos se mostraram disponíveis para nos guiar da melhor forma possível durante este período. Certificaram-nos que estavam abertos a sugestões, independentemente da secção em que passaríamos os 90 dias. Este ritual de apresentações foi o nosso primeiro contacto com os nossos colegas, mas pouco tempo depois, ao almoço, pudemos, de forma mais informal, inteirar-nos de outros pormenores. Estes momentos de confraternização foram fulcrais para descomprimir e perceber o que nos esperava durante a “estadia” no jornal. Aproveito para destacar a importância das minhas duas colegas estagiárias, que já iam a meio do estágio – Beatriz Silva Pinto e Ana Catarina Peixoto. Era sempre mais fácil esclarecer algumas dúvidas sobre o funcionamento do jornal com colegas da mesma faixa etária e com a experiência de chegar à redação de um jornal nacional ainda fresca.

Apresentações feitas, passo à descrição do primeiro dia de lide, que até resultou numa notícia. Podemos partir o dia em dois pedaços, sendo que durante a manhã, com a ajuda do subeditor da secção Local e de outros estagiários, inteirei-me do funcionamento do BackOffice do jornal, o acesso aos *takes* das agências de informação, de algumas regras do Livro de Estilo, dos telefones e outras matérias elementares para a produção de notícias. Antes de passar para a segunda metade do dia, uma achega sobre as manhãs no jornal. As manhãs eram tendencialmente mais calmas do que o período após o almoço. Era rotina ler o jornal do dia, assim como as notícias dos outros diários. Era também durante a manhã que adiantava notícias de carácter não urgente ou contactava fontes para outros artigos pendentes. Durante o dia, na redação do jornal, a televisão estava sempre sintonizada na SIC Notícias, mas raramente se dava importância ao que estava no ecrã. A leitura dos jornais era, no entanto, prática comum e não apenas dos estagiários. Era normal chegar à redação e ver os jornalistas a ler os jornais do dia. Esta ação é importante, pois para além de sabermos o que está na agenda acumulamos memória, algo relevante já que nunca se sabe que assunto trabalhamos a seguir. No meu caso, dedicava mais atenção às secções Locais, no caso da imprensa escrita, ou a blogues regionais na internet. Como não sou natural da cidade do Porto e sabendo que muitos dos trabalhos que me podiam ser requisitados incidiam sobre assuntos da cidade, esta rotina era importante para me familiarizar.

Esta fase era importante já que um artigo podia dar origem a outro, abordado através de um ângulo diferente. Em algumas ocasiões, notícias de alguns diários serviam de mote para abordar um tema de um outro ângulo ou até mesmo “reciclar” a notícia. Este processo acontecia mais vezes a partir da leitura da imprensa escrita. Por vezes, acontecia a partir de sugestões de editores. Dou um exemplo: uma das editoras do P3 reparou numa pequena notícia no Jornal de Notícias (JN) sobre o desenvolvimento de casas flutuantes por parte de uma empresa em Aveiro.

Ora, o tema tinha potencial para o P3, mas no JN o tema não estava suficientemente desenvolvido, nem estava estruturado de forma a que interessasse aos leitores habituais do P3. Assim, a partir da sugestão da editora, pude escrever a notícia a partir de outro ângulo e explorar o que não tinha sido trabalhado pelo JN.

Devo dizer que esperava uma rotina diferente durante a manhã. O contacto com antigos estagiários em jornais nacionais fez-me crer que atribuísem aos estagiários a ronda telefónica – o processo de contactar fontes oficiais ou institucionais para recolher dados de possível interesse noticioso -, algo que acabou por não acontecer. Pelas informações que recolhi, soube que o jornal fazia a ronda, mas acabou por perder o hábito. Esta prática se, por um lado, poderia facultar mais desenvoltura no contacto com fontes de informação institucionais, permitindo ganhar algum “calo” no contacto com as mesmas, por outro permitiu guardar mais tempo para redigir notícias e procurar possíveis temas de interesse para o jornal.

Mas foquemo-nos então nesse processo de redação noticiosa. Estava no primeiro dia de estágio e tudo começou com uma chamada da editora Ana Fernandes, que me reencaminhou uma nota de imprensa. Por vezes, era desta forma que se conduzia o trabalho, sendo que em determinados momentos, mais monótonos, em que as fontes de informação não avançavam a sua agenda – posso dar como exemplo o mês de gosto, período habitual de férias de trabalhadores de muitas instituições –, a iniciativa poderia partir do estagiário. Darei exemplos deste tipo de processo um pouco mais à frente.

Tratava-se de um festival de música, o Festival Internacional de Piano da Eurocidade, que juntava concertos em duas cidades de margens opostas do Rio Minho, Valença e Tui. Comecei a trabalhar na notícia ao início da tarde. Por esta altura, o panorama na redação já era bastante diferente quando comparado com aquele que encontrei durante a manhã. Os jornalistas iam chegando e as pequenas ilhas que compunham a redação iam, progressivamente, ficando preenchidas. Esta tendência manteve-se constante durante os 90 dias de estágio, até porque algumas secções com tendência a fecharem mais tarde, como era o caso de Desporto ou Sociedade, marcavam presença no jornal um pouco depois das restantes editorias. Neste primeiro caso e, embora a notícia tivesse caído na secção Local, poderia ser facilmente repescada para Cultura ou mesmo para o P3 (algo que acabou por acontecer). A notícia deu-me oportunidade para encetar os primeiros contactos com agências de Relações Públicas, promotoras de eventos e a primeira conversa a fundo com uma protagonista, neste caso uma pianista galega que organizava e atuava no evento.

Antes de prosseguir, um pequeno aparte. Durante a licenciatura, numa das primeiras unidades curriculares teórico-práticas de jornalismo, um dos professores do curso aludiu ao efeito do ambiente no processo de produção da notícia. O professor dizia que – e parafraseio -, quando passávamos de escrever notícias no contexto de universidade para um ambiente profissional, parecia que nos esquecíamos de tudo o que aprendemos e nada parece soar bem. E isso acabou por acontecer. Não só nesta primeira notícia, como também nas redigidas durante os primeiros dias.

No entanto, o resultado foi positivo. Embora estivesse destinada à secção Local, que, como já expliquei, devido ao seu carácter abrangente, alberga diferentes temas, podia facilmente cair em Cultura. Feitos os contactos e terminada a redacção, ficava a faltar somente o feedback: de todas as fases, talvez a mais importante e útil no meu entender. É aqui que, com a ajuda de jornalistas experientes, o estagiário aprende, reavalia e questiona o que foi escrito e a forma como o fez. Nas primeiras vezes que acontecem, as revisões são também bastante úteis para assimilar algumas recomendações do Livro de Estilo do jornal. Esta notícia acabou por ser editada pelo subeditor Abel Coentrão. O facto de o acompanhamento ser feito no Porto fazia com que o feedback fosse instantâneo. Quando a notícia era revista em Lisboa, só no dia seguinte, quando o artigo era publicado no jornal, percebia o que tinha sido alterado, já que o máximo que podia acontecer era a editora Ana Fernandes telefonar para minha secretária com alguma questão. No caso específico desta notícia, não houve necessidade de esperar pelo dia seguinte. O papel não estava carenciado de material, o que fez com que a notícia fosse publicada somente no online.

Para um estagiário, com pouca experiência no jornalismo e pela primeira vez a produzir conteúdo num jornal com a reputação do *Público*, uma das etapas mais gratificantes do processo é poder assinar a peça jornalística. E no *Público* isto acontecia, quer a notícia saísse só online ou fosse para o papel. Na minha opinião, é um reconhecimento do trabalho produzido e também permite ao estagiário ganhar outro sentido de responsabilidade. No fim da notícia o jornal colocava uma nota que visa também responsabilizar o jornal pelo trabalho do estagiário. “O jornal adotou um sistema de coassinatura para os textos dos estagiários, usando a expressão ‘editado por...’, de forma a incluir e a responsabilizar o profissional credenciado que acompanhou o trabalho”, lê-se numa notícia do jornal aquando de uma diretiva da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista que ameaçava aplicar coima ao jornal por esta prática.<sup>9</sup>

Nas primeiras semanas de estágio, as peças produzidas para o P3 superaram em larga medida as do jornal. Durante os três meses de estágio, por ser normal trabalhar um tema para o P3 durante um período do dia e para o jornal impresso no outro. Esta configuração exigia, obrigatoriamente, uma mudança de “chip” no estilo de escrita. No entanto, é seguro dizer que a escola do P3 foi fulcral para perder o medo de publicar e permitiu ganhar competências para os restantes meses. Até aconteceu algumas notícias terem o cunho do P3, mas serem repescadas para o jornal impresso pois eram assuntos de interesse local (Anexo 1 e 2)

Um dos momentos mais significativos do estágio é, sem dúvida, quando o trabalho é publicado no jornal pela primeira vez (Anexo 3). A oportunidade para que isso acontecesse surgiu alguns dias depois da primeira notícia, na forma de uma reportagem. Começou com uma nota de imprensa enviada pela editora Ana Fernandes, que podia dar uma breve (e deu) acerca de uma exposição de arte barroca espalhada pela cidade. No entanto, sugeri que o assunto poderia ter potencial para uma reportagem e assim o propus. A editora concordou e, depois de escrever a breve, a servir de lançamento do tema, tive “carta branca” para a reportagem.

---

<sup>9</sup> <https://www.publico.pt/2014/07/04/sociedade/noticia/jornais-que-publicuem-textos-assinados-por-estagiarios-arriscam-multa-1661566>



Era um grande teste para mim. Já que tinha sugerido que o tema tinha potencial de reportagem e seria a minha primeira peça extensa para o jornal. Tratava-se de um festival de arte barroca a decorrer em Braga que iria estender-se durante algum tempo. Foi um dos momentos mais desafiantes durante a passagem pelo jornal, devido ao contexto que afetou o dia de ir para o terreno. Depois de telefonar à editora com a proposta e termos concordado em esperar uns dias, recebi uma chamada no mesmo dia, já depois de ter saído do jornal, para saber da minha disponibilidade para estar em Braga no dia seguinte, já que era a altura ideal para que a cobertura fotográfica fosse feita, devido à pouca disponibilidade dos fotojornalistas nos dias que se seguiam. E assim foi. Na manhã seguinte estava em Braga, sem contactos previamente estabelecidos e com a missão de escrever a primeira reportagem para o jornal. Tive apenas a noite para me informar ao máximo sobre os intervenientes e sobre arte barroca. Cheguei de manhã e passei um dia em Braga. Um dia em que tudo acabou por correr bem. Encetei contactos com as fontes pela manhã e tive a sorte de, durante o dia, conseguir cobrir tudo o que tinha delineado.

Como se tratava de um evento que não terminava numa data próxima, a editora deixou-me escrever o texto com calma durante boa parte do dia seguinte, algo útil já que se tratava de um texto extenso, que seria para plano no papel (uma notícia que ocupa as duas páginas da secção diária). A revisão deste texto ficou a cargo do subeditor Abel Coentrão. Falo de novo na revisão, porque esta foi talvez a mais importante e mais enriquecedora para mim. Durante o período de acompanhamento, aprendi imenso sobre normas de escrita do jornal, evitar algumas redundâncias e, acima de tudo, a “medir o peso das palavras”. Sinto que a partir desta revisão fui cometendo cada vez menos erros e meditava mais sobre o que queria e como queria passar para o papel determinada ideia.

Estes são casos pontuais, em que a informação vem ao encontro do jornalista. Mas nem sempre a informação e potencial conteúdo noticioso vêm ter com as redações. Por vezes, a ideia surgia após a leitura dos jornais, quando consultava redes sociais como o Twitter ou algumas fontes institucionais que se centravam na região Norte. Exemplo disso é a Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), que publicita as suas intervenções e projetos de forma ativa. Certo dia, deparei-me com um projeto que podia ser do interesse do jornal. A DRCN estava a restaurar alguns castelos e fortalezas nas regiões fronteiriças do Norte de Portugal. A sugestão foi aceite. (Anexo 4)

Com já um par de semanas no jornal, apercebi-me de que temas relacionados com o património – o seu estado ou restauro – frequentemente tinham espaço na secção Local do jornal. Sugerir o tema ao subdiretor da secção e recebi luz verde para o trabalhar. Como os restauros iam prolongar-se durante alguns meses, não teria prioridade máxima, podendo trabalhar nele em “regime *part-time*”. Esta sugestão surgiu durante os meses de verão. Como já tinha referido, a redação esvazia-se nestes meses e os editores tiram férias à vez. Quando a editora Ana Fernandes tirou férias, o jornalista Abel Coentrão ficou a tomar conta da secção e pediu aos estagiários que sugerissem assuntos para combater o período tendencialmente mais calmo dos meses de Verão.

#### **1.2.4 Um período eleitoral**

Como já referi anteriormente, penso que o fator verão fez com que não experienciasse o ambiente de redação na sua totalidade durante uma parte considerável do estágio. Até à segunda quinzena de julho/agosto, encontrei uma redação com alguns lugares vazios, que se ia insuflando e esvaziando à medida que o Verão decorria. Mesmo a minha secção, no Porto, durante um longo período, ficou entregue aos dois estagiários e ao jornalista Abel Coentrão. Agosto foi, incontestavelmente, um desafio. Contactar fontes oficiais ou institucionais durante este mês é tarefa complicada. Foi nesta altura que os editores pediram criatividade aos estagiários; ideias que pudessem figurar na página do jornal do dia seguinte, quer fosse uma peça extensa quer fosse para preencher uma coluna.

Ora, na secção Local a ausência nota-se mais, porque há poucos jornalistas. Para além do editor e subeditor, no Porto, a redatora principal é a jornalista Patrícia Carvalho, que escreve maioritariamente sobre assuntos do Grande Porto. Nesta editoria o trabalho dos correspondentes era mais visível e preponderante. Este período torna necessário racionar material: durante este período de férias, algumas peças que a secção guardava “no forno”, ou seja, que não tinham prazo de validade e por isso era armazenadas para alturas de menor atividade, eram publicadas.

Mas o Verão passado guardou um acontecimento excecional. As eleições autárquicas de 2017, realizadas no dia 1 de outubro, foram marcadas pelo período de campanha que permitiu aos jornalistas apontarem para agosto e setembro como meses de agenda política bem preenchida. Já há pouco falei do carácter abrangente da secção Local, mas agora é importante reforçar essa característica. É que também lá caiu informação sobre as eleições, embora o *Público* guarde no jornal diário algumas páginas para informação de cariz político e mantenha no site uma secção política bem ativa.

No Porto, a campanha política era seguida com atenção na redação e foi aquecendo à medida que o mês de outubro se aproximava. A poucos dias da ida às urnas, uma sondagem dava um empate técnico entre Rui Moreira e Manuel Pizarro e esta fricção, aliada ao facto de haver poucos jornalistas disponíveis, tornou possível que eu cobrisse um dia de campanha eleitoral. Mas antes disso, convém mencionar algumas práticas do jornal relativas à cobertura de candidatos e de campanhas políticas e recordo um episódio concreto.

O então candidato Rui Moreira marcou uma conferência de imprensa na segunda metade do mês de julho, para responder a algumas críticas lançadas pelo candidato socialista à Câmara Municipal do Porto. Tive oportunidade de acompanhar a jornalista Patrícia Carvalho à sede de campanha do candidato na Avenida dos Aliados e, para minha surpresa, apenas dois órgãos de comunicação estavam presentes: o *Público* e a Lusa. Nenhuma televisão e a sede de campanha quase deserta. Apercebi-me de que os que procuram informação detalhada sobre a campanha eleitoral no Porto teriam obrigatoriamente de ler jornais. Seja através do *Público* ou de outro órgão que publique o *take* da agência Lusa. O mesmo acontecia com as reuniões de Câmara, às quais também tive oportunidade de assistir. O *Público* e outros órgãos de comunicação marcam sempre presença nessas reuniões.

Dois meses depois deste episódio, tive oportunidade de escrever a primeira peça sobre as eleições autárquicas. O dia tinha começado com a chegada de um comunicado de Rui Moreira às

redações intitulado “Sondagens Falsas”, a propósito de uma sondagem do Jornal de Notícias publicada nessa manhã que colocava em pé de igualdade o candidato do Movimento Porto, o Nosso Partido 2017, Rui Moreira, e o cabeça de lista pelo Partido Socialista, Manuel Pizarro. A sondagem tinha sido primeira página do JN e foi replicada noutros meios. Estávamos a pouco menos de uma semana da eleição e, como sempre acontece, as arruadas vão sendo cada vez mais frequentes e as ações de campanha repletas de atenção mediática.

Um conjunto de fatores proporcionou que recaísse em mim a tarefa de cobrir um dia de campanha no Porto. Aconteceu que, por uma razão ou por outra, os jornalistas mais calejados na cobertura de campanhas políticas estivessem indisponíveis. Naquele dia estava a trabalhar numa peça para Ciência, até que a meio da manhã uma chamada da editora inteira-me dos meus novos planos para o dia: ir para a rua cobrir as ações de campanha de Rui Moreira e Manuel Pizarro, num período em que a troca de acusações se ia agudizando. Cinco minutos depois estava na rua, a tentar compensar o facto de ambas as arruadas matinais estarem perto de chegar ao fim – a chamada surgiu a meio da manhã, altura que me deixava com pouca margem de manobra. O plano seria, numa primeira fase, ir ao encontro de Rui Moreira, que visitava um centro de incubadoras, e captar algumas declarações relativas ao comunicado enviado às redações.

Antes de continuar o relato desta primeira incursão autárquica, convém ressaltar que foi talvez o dia mais exigente e cansativo de estágio. Acompanhar as ações de campanha – inicialmente apenas destes dois candidatos e mais tarde também da campanha da candidata Ilda Figueiredo, da CDU – durante um dia deu origem uma espécie de romaria pelas ruas do Porto, que só terminou ao fim da tarde. Apercebi-me de que a cobertura deste tipo de eventos políticos exige aos jornalistas alguma experiência e contactos que eu não possuo. Foi, no entanto, um excelente momento de aprendizagem.

Não consegui apanhar Manuel Pizarro na arruada durante a manhã, mas tinha as declarações possíveis de Rui Moreira, que, no final da última ação de campanha da manhã, adereçou novamente a questão das sondagens e do comunicado. Sublinho que durante este processo contei sempre com o auxílio e experiência da jornalista Ana Fernandes que, através do telefone, me orientava ou apontava para o próximo passo. Mas a manhã ficou-se por aqui. Voltei à redação para escrever um pequeno texto de dois ou três parágrafos sobre o que tinha ouvido.

Durante a tarde, e já com uma agenda mais definida, o serão foi mais organizado. A cobertura da campanha trouxe consigo a oportunidade de fazer algo diferente, que acabei por nunca repetir durante o estágio: um minuto-a-minuto. A primeira ordem de trabalho era uma conferência de Pizarro nos Armazéns do Castello, perto da Livraria Lello. Como não tinha computador à mão, o processo passava por tirar notas com o telemóvel e enviá-las via SMS à editora, para colocar no minuto-a-minuto que o *Público* fazia diariamente em antecipação às eleições. Não iria visitar a campanha de Moreira durante a tarde, mas sim a da CDU. É que após a conclusão do simpósio, a minha editora avisa-me que, possivelmente, o dia de campanha seria texto principal do dia seguinte e, por isso, precisava de um texto de, pelo menos, 4500 caracteres. No fundo, uma espécie de reportagem do que foi o dia de campanha no Porto.

Cá estava o desafio. Na altura da chamada já a tarde ia a meio e a arruada da CDU numa zona ainda distante da Lello deixava-me com pouco tempo para escrever um texto tão extenso, num dia em que muito aconteceu na campanha. Depois de um dia de correria, em que o tempo passou a correr, estava de regresso à redação. O relógio apontava para as 18:30 e desde que soubera da hipótese do trabalho do dia culminar numa reportagem, tentei reunir elementos que me pudessem facilitar o trabalho. O contacto com a população foi vital e acabei por conseguir encontrar um bom ângulo numa loja histórica do Porto, perto de onde Moreira tinha feito campanha naquela manhã. No entanto, tudo acabou por não ser necessário.

Noutro volte-face, quando cheguei à minha cadeira e telefonei para Lisboa, soube que os planos tinham mudado: o destaque seria outro e a minha peça serviria para uma coluna da segunda página do jornal com chamada a manchete (Anexo 5). Este relato de um dia de campanha no Porto e a cobertura feita pelo *Público* tem o objetivo de chamar a atenção para o carácter mutável e incerto da construção de uma página ou de um plano num jornal diário. Uma das ideias pré-concebidas do funcionamento de um jornal passava pela ocorrência de reuniões entre os editores das várias secções para decidir como vai ser servido o “prato do dia” seguinte – algo que, como em todos os jornais, acontecia todas as manhãs -, mas há uma panóplia de fatores e variáveis que entram nesta equação e complicam a vida dos editores. São essas variáveis e contratempos que explicam que, como serve de exemplo este dia de campanha eleitoral, mesmo quando não se trata de notícias de última hora, a página de um jornal permaneça maleável a poucas horas de seguir para a gráfica.

Por outro lado, foi apenas mais um dia de cobertura jornalística dos candidatos à Câmara Municipal do Porto. O *Público*, no dia das eleições, fez um especial em que concentrou muitos jornalistas nos candidatos da Área Metropolitana do Porto e em todo o país. Aqui, o papel dos correspondentes foi também relevante, já que permitiu ao jornal ter repórteres em outros pontos do país. No entanto, as eleições são um evento à parte que foge da rotina do que é publicado nesta secção.

### **1.2.5 Informação local**

Relatei um tema relativo à cidade do Porto, mas durante o estágio pude cobrir outras áreas do país. Como membro da editoria Local, pretendi dar visibilidade a projetos e histórias longe dos centros de decisão. No que concerne à secção Local do Norte, este centro de decisão é a cidade do Porto. Isto levanta algumas questões. O facto de o jornal não ter tanta proximidade com as fontes como têm jornais regionais de determinada zona – exceção feita aos locais onde o *Público* tem correspondentes -, pode dificultar o trabalho do jornalista em determinadas situações. Se bem que, por outro lado, não existe tanta promiscuidade entre jornalista e fonte. No entanto, a Lusa garante a cobertura nacional, por ter correspondentes espalhados pelo país. Perante este paradigma, por norma, tal como acontece noutros jornais, são vários os *takes* da Lusa que são “carregados” diariamente no online.

Mas que tipo de informação local pode interessar a um jornal distribuído por todo o país? Quando um jornal nacional como o *Público* seleciona determinado assunto que não se centre nas cidades de Lisboa e Porto, por que razão o faz? A secção deve ter sempre em mente o que é relevante para o público nacional, mas será fácil cair na tentação de restringir este conceito de importância ao que ocorre nas duas cidades onde o jornal tem bases. O que pesa no processo de decisão? Que regiões são mais mediatizadas e que tipo de mediatização<sup>10</sup> é feita?

Estas questões estiveram sempre presentes durante o meu estágio. Tentei sempre sugerir assuntos que incidissem sobre a região do Minho (e Trás-os-Montes) por razões de familiaridade e serem de possível interesse do jornal, já que encaixavam na geografia delimitada pelo jornal. Normalmente, entre períodos mais mortos do quotidiano, era normal pesquisar os comunicados de várias Câmaras Municipais da região Norte do país, blogues dedicados a determinadas regiões ou então passava pela caixa mensagens do meu email do jornal (era normal receber comunicados de imprensa de contactos passados).

Após algumas sugestões – umas bem-sucedidas, outras que acabaram por cair por terra -, comecei a reunir alguns temas que me pareciam ir ao encontro da preferência dos editores da secção: património, ambiente e temas ligados à produção cultural. Quando o assunto era político, era um pouco mais complicado. As fontes e órgão do poder local não se mostravam tão disponíveis para falar com um jornal nacional sobre assuntos mais delicados. Sublinhe-se que, como o meu estágio ocorreu maioritariamente em período pré-eleitoral, fez com que responsáveis políticos fossem quase inalcançáveis em alguns momentos.

Relembro um episódio relativo à Câmara Municipal de Bragança. Quando tentei contactar o presidente acerca de um caso de revitalização de património, uma ação com cunho daquela Câmara Municipal, que certamente seria cobertura positiva para a região e para o executivo, acabei por não conseguir passar pelos assistentes. Quando isto acontecia, devido ao elevado grau de experiência de alguns redatores do jornal, costumava ser fácil obter contactos diretos com estes representantes. Neste caso acabou por não acontecer. Lembro-me de uma frase dita por uma profissional do jornal aquando de uma tentativa em tudo semelhante a esta, também ela fracassada: “por vezes é mais difícil entrar em contacto com o poder local do que com os maiores representantes”.

Não obstante, nem sempre era o poder local o visado. Acontecia mais frequentemente que, em trabalhos para a secção Local ou até mesmo para o P3, os assuntos fossem de âmbito cultural, iniciativas de cidadãos ou organizações. Dar visibilidade e espaço a iniciativas longe dos centros de decisão foi um dos objetivos que tracei antes de iniciar a trajetória no jornal, por isso quando acontecia era gratificante.

A título de exemplo, a meio do estágio e tendo terminado um artigo, deparei-me com algum tempo sem tarefas para realizar. Nesse período encontrei um comunicado da Câmara Municipal de Viana do Castelo relativo a um programa letivo a ser desenvolvido por uma organização local. Era um assunto que não tinha sido expandido para além do comunicado de

---

<sup>10</sup> Durante este relatório será usado o termo “mediatização” na sua forma corrente e não como referência ao conceito estudado no campo dos média

imprensa que se espalhou por alguns órgãos de comunicação locais e nacionais. Tratava-se de um projeto escolar que visava levar gentes da terra às salas de aula da região e, dessa forma, transmitir conhecimento de vários ofícios diretamente aos alunos. Parecia-me um assunto válido para desenvolver no jornal e aproveitei o facto de o *Público*, embora tendo um correspondente que trabalha o Minho (Viana do Castelo, Braga e Guimarães), não ter trabalhado este assunto. Pude fazê-lo a partir da secretária, sem precisar de ir ao local. Estabelecidos os contactos, a construção da notícia fez-se rapidamente e acabou por preencher um espaço ainda sem texto para a edição do dia seguinte. Para além deste fator prático, uma iniciativa interessante, que talvez fosse notícia caso ocorresse nas duas cidades onde o jornal tem casa, acabou por ter alguma visibilidade (Anexo 6).

Outro exemplo de trabalhos à distância teve com o tema a taxa da proteção civil. Pouco tempo depois do Tribunal Constitucional declarar a taxa ilegal, o jornal tentou fazer um levantamento nacional para averiguar que municípios a tinham em vigor. Foi um trabalho a várias mãos, com vários jornalistas a tentarem entrar em contato com municípios que, alegadamente, tinham a taxa em vigor. Os municípios que aplicavam o imposto foram obtidos a partir de informações de outros meios de comunicação ou de notícias antigas do jornal. O contacto com algumas fontes de informação ligadas a tais municípios permitiu-me perceber que existe alguma desinformação por parte dos média nacionais em relação a determinados municípios. A título de exemplo, um concelho afirmou não ter, nem nunca ter tido, taxa de proteção civil, apesar de estar listado em outros órgãos como sendo um dos que a aplicava.

### **1.2.6 Uma breve reflexão sobre o local**

Em 2012, com a nova configuração do site do *Público*, o jornal inaugurava também uma nova etapa para a secção Local do jornal. Numa nota do jornal intitulada “A proximidade num novo figurino”, assinada por Álvaro Vieira, na altura editor da secção, lê-se que o jornal vai optar por uma cobertura menos abrangente e mais concisa. “Em vez de tentar falar de tudo, vamos tentar dizer mais com as histórias que contamos, aprofundando-as, acrescentando-lhes mais perspetivas e mais vozes. Vamos também à procura de novas personagens, que nos ajudem a interpretar o que está a acontecer na rua, na cidade, no país”<sup>11</sup>

Durante o estágio pude confirmar esta tendência de explorar novas perspetivas e vozes. Várias vezes as páginas destinadas ao Local eram destinadas a reportagens e a dar voz a quem não costuma ser mediatizado. Penso que a secção dava bastante liberdade aos jornalistas para contar histórias e explorar temas esquecidos por outros jornais. Acaba por ser esta particularidade que distingue esta secção do jornal de outras semelhantes.

---

<sup>11</sup> <http://blogues.publico.pt/publicolab/2012/03/19/a-proximidade-num-novo-figurino/>

Concluindo, esta foi apenas uma visão geral e um olhar sobre a estada de três meses no Público. Penso que os exemplos que dei são ilustrativos dos 90 dias que passei nesta casa, uma experiência enriquecedora, principalmente para quem nunca tinha tido contacto com uma redação desta dimensão. A responsabilidade de escrever para um jornal de referência, lido por muitos, foi um dos maiores desafios com que me deparei. Durante os três meses, refleti várias vezes sobre o conceito de responsabilidade. Sempre que começava a preparar uma notícia, durante o período de investigação e contacto com as fontes até à redação do texto final, perguntava-me constantemente se segui os passos que deveria seguir. Abordei o tema de forma correta? Haverá algo que esteja a escapar? Falei com as fontes mais indicadas para abordar este tema? No meu entender, essa responsabilidade passa também por dar visibilidade a assuntos e temas que afetam as populações de uma parte considerável do país. Obviamente que idealizar uma cobertura equitativa de todos os recantos do país é utópico: as redações não se conseguem desmultiplicar.

Quando um aspirante a jornalista, ainda muito verde, e sem qualquer experiência de redação, recebe um tema para tratar por parte de editores ou jornalistas mais experientes, tende a analisar todos os ângulos possíveis e ter especiais cuidados aquando da cobertura dos casos. Tenta-se atingir o perfeccionismo, seja por medo de errar ou por não abordar o tema com a desenvoltura necessária para um jornal nacional com a reputação do *Público*. Esta “estratégia”, se assim lhe podemos chamar, pode acabar por ser prejudicial. Não é novidade que na conjuntura atual as redações carecem de tempo e de recursos. Produzir conteúdo noticioso rápido e bem não é tarefa fácil e, por vezes, sentia a pressão de acabar de tratar um tema porque sabia que havia outro em cima da secretária a esperar a sua vez. No entanto, publicar o artigo e saber que conseguimos enquadrar as perspetivas e apresentar a informação de forma clara, é de certa forma tranquilizante. Digo isto porque senti, nos primeiros tempos de jornal, que ficava sempre “de pé atrás” quando o artigo era publicado online. Penso que é um sentimento generalizado e jornalistas estagiários acabam sempre por temer alguma repercussão devido a algo que tenha sido escrito.

Senti esta pressão e a necessidade de apressar o meu habitual ritmo de trabalho quando pude escrever pela primeira vez um artigo para a secção de Ciência. Foi no rescaldo das ações de campanha dos candidatos do Porto. Um dia antes, a editora de Ciência no Porto, Andrea Cunha Freitas, passou-me para as mãos um evento que iria ocorrer por todo o país durante uma noite. A Noite Europeia dos Investigadores traz todos os anos ciência a vários espaços e permite o contacto entre aqueles que trabalham na área e o cidadão comum. A ideia inicial passava por explicar de que evento falávamos e contactar o Pavilhão do Conhecimento, em Lisboa, e proceder a um levantamento das várias atividades programadas para aquele dia. Após uma breve conversa com a editora, chegamos à conclusão de que, como se tratava de um evento nacional, poderíamos incluir algumas atividades que teriam lugar no resto do país. O artigo sairia na quinta-feira, já que o acontecimento teria lugar na sexta-feira.

A conversa com a jornalista Andrea Cunha Freitas tinha acontecido numa terça-feira. Programei ter tudo terminado na quinta – seriam centenas de eventos a ocorrer, por isso seria necessário filtrar alguns a partir do programa e contactar com várias fontes dos Centros de Ciência Viva espalhados pelo país. Mas na manhã seguinte, quando estava a elaborar o artigo, o telefone da minha secretária tocou. Teria de documentar as arruadas dos principais candidatos à Câmara

Municipal do Porto. Essa experiência foi relatada nos parágrafos transatos. Esse acabou por ser o dia de trabalho mais longo. Saí da redação já perto das 23h. Tinha sido um dia dedicado à campanha e acabei por descurar o trabalho com que me tinha comprometido. Quando regresssei no dia seguinte, sabia que o tempo não esticava e teria de acelerar. Percebi que o artigo que tinha idealizado dificilmente seria realizável. O contacto com as fontes pautou-se por consecutivos contratempos. Não consegui falar com todos os investigadores com quem tinha inicialmente programado conversar. Quando comecei a preparar a estrutura do artigo já a tarde ia a meio.

O artigo acabou por ser publicado, mas não fiquei totalmente satisfeito com o resultado final. Percebi, neste momento, a importância da “memória jornalística” e da lista de contactos. Acaba por ser a forma como os jornalistas contornam o constrangimento do tempo. A verdade é que se ajuda a agilizar o trabalho do jornalista no contexto de redação, acaba por fazer com que certas fontes, por estarem disponíveis com frequência, se tornem definidores primários de determinado assunto. Normalmente, estas fontes também têm tendência para se situar perto dos grandes centros de decisão: Lisboa e Porto.

Concluindo esta etapa do relatório, relembro o meu percurso académico. A experiência adquirida num jornal académico, embora sempre importante, está sempre longe de replicar o imediatismo de que vive um jornal diário. Se nos tempos de jornalismo universitário os prazos eram pouco rígidos e podia sempre calendarizar a publicação da notícia tendo em conta a disponibilidade da fonte, num jornal como o *Público* isso é impossível. Salvo raras exceções, o trabalho era diário e se tinha uma notícia para tratar durante a tarde, deveria conseguir contactar pessoas indicadas num espaço reduzido de tempo e, posteriormente, redigir a notícia. Uma das vantagens de trabalhar com profissionais mais calejados é o facto de muitos deles poderem facultar contactos de forma instantânea e, desta forma, não ter de passar pela etapa de contactar um intermediário.

Há que realçar também o carácter da informação trabalhada durante a minha passagem pelo jornal universitário *ComUM*. Aqui, tal como refere Carlos Camponez, o valor-notícia da proximidade permite ao jornalista perceber os contextos que determinam os valores-notícia e é a partir desse valor central que os restantes valores como a atualidade ou relevância são organizados (Camponez, 2002). Ou seja, falamos de proximidade local. Naturalmente, os acontecimentos que ocorrem perto de nós são melhor compreendidos. Não me refiro a um jornalismo “de primeiros nomes e apelidos”, mas sim um jornalismo delimitado pela geografia. Mas no *Público* o caso é diferente. Os limites geográficos expandem e a tal pressuposição de conhecimentos é mais diminuta.

Como já foi referido neste relatório, a minha falta de familiaridade com a cidade do Porto e os seus contornos fez com que procurasse contexto e informações passíveis de me darem o maior entendimento possível sobre o tema a tratar. Tinha também noção de que o meu trabalho seria lido por mais pessoas. E se é certo que a quantidade de leitores atingidos não deve pesar no sentido de responsabilidade e comprometimento com os princípios básicos do jornalismo, escrever para um jornal com a história do *Público* exacerba esse mesmo compromisso.



Aproveito para identificar a este propósito uma falha da minha parte durante o estágio. Num período em que poderia ter mais liberdade para sugerir temas que pudessem ajudar a secção, acabei por não encontrar algo que, no meu entender, encaixasse na secção. O constrangimento do tempo não ajudou. Entre os trabalhos pendentes para o P3 e algumas notícias que estava a desenvolver em paralelo, descurei um pouco o imediato. De resto, sinto que subestimei em demasia o tempo. Por exemplo, como referi um pouco mais acima, na primeira reunião com o jornalista Amílcar Correia, foi-nos dito que não receássemos expor os nossos pontos-de-vista e sugerir possíveis caminhos a seguir, independentemente da secção. Acabei por fazê-lo junto da secção de Cultura. Infelizmente, quando iniciei contactos para trabalhar o tema, já o relógio se aproximava do fim.

### **1.2.7 Definição da problemática**

Antes de iniciar o estágio, uma recomendação transversal era manter-me atento ao quotidiano e ao ambiente de redacção, já que podia, por vezes, registar ocorrências ou pormenores que poderiam desencadear um trabalho de investigação. Desde cedo que as rotinas de produção da secção Local me pareciam interessantes de explorar devido aos meus trabalhos em contexto académico, em que acabei por mediatizar algumas regiões sem presença assídua nas páginas dos jornais.

Enquanto estive no jornal escrevi sobre as mais variadas temáticas para a secção local, algumas relativas ao Porto e localidades circundantes, outras focadas em assuntos longe destas cidades. Penso ser útil entender a regularidade e a forma como determinadas regiões do país são mediatizadas quando a lente dos jornalistas incide sobre elas. São vários os estudos acerca dos efeitos dos média que se debruçam sobre a representação, *framing* ou saliência que os média dão aos assuntos e o impacto que isso gera na agenda e na esfera pública. Posto isto, penso que estudar a representação de certas regiões nas páginas de um dos principais órgãos de comunicação de distribuição nacional do país pode ser importante. Parti para esta investigação com uma pergunta: Que assuntos são mediatizados por um jornal nacional na sua secção local?

No próximo capítulo, abordar-se-ão as questões dos efeitos dos média e os valores, códigos e contextos que regem o processo de produção noticiosa. Sem nunca esquecer o cerne da investigação: a questão da proximidade e a forma como esta é encarada pelos meios de comunicação de distribuição nacional. Penso desta forma conseguir enquadrar o meu relatório num quadro teórico robusto e ajudar a colocar a investigação num suporte adequado

## **2 Os media como construtores da realidade**

Após uma passagem de três meses pelo jornal *Público* e ter apreendido algumas particularidades acerca do contexto de produção noticiosa, abordo neste capítulo uma perspetiva teórica acerca da problemática acima anunciada. Para contextualizar esta investigação, convém fazer uma incursão pela literatura já existente sobre os temas enunciados: é importante perceber o processo de filtragem jornalística que faz com que só uma pequena seleção de acontecimentos cheguem às páginas dos jornais, assim como algumas teorias dos efeitos dos média desenvolvidas ao longo dos anos que nos dão algumas pistas sobre a forma como construímos a realidade. Para perceber a mediatização de assuntos de cariz local, é apropriado perceber a relevância da proximidade no processo de produção noticiosa num mundo cada vez mais globalizado. Afinal, quando falamos de proximidade, “falamos de uma questão transversal no jornalismo, no esforço de comunicar conteúdos considerados pertinentes aos seus leitores” (Camponez, 2002, p.113)

### **2.1 Como nasce a notícia**

Existem, diariamente, milhares de acontecimentos suscetíveis de serem notícia: “todos os dias, editores de todos o mundo têm acesso a um infindável número de eventos através de *press releases*, telegramas, jornais, serviços online, etc.”, (Schultz, 2007, p.190). No entanto, de acordo com Stuart Hall (1973, citado em Harcup & O'Neill, 2001): “de entre os milhões de eventos que ocorrem diariamente, somente uma pequena porção se torna visível como notícia e, dessa porção, apenas uma pequena fração é realmente produzida como notícia do dia nos meios de comunicação” (2001, p.261). Podemos perguntar, então, a razão pela qual certos acontecimentos são preteridos de forma a que só nos chegue uma pequena porção da esmagadora quantidade de ocorrências diárias. Um acontecimento é definido tradicionalmente por duas características: “tudo o que sucede no tempo e todo o improvável, singular ou acidental” (Morin, 1972, citado em Fontcuberta, 1993, p.19).

O jornalista espanhol Lorenzo Gomis exemplifica este fenómeno da seguinte forma: os média “transmitem uma quantidade de notícias e por cada notícia que transmitem, deixam de fora cinco, dez ou quinze que, caso fossem publicadas seriam consideradas igualmente notícias” (1991, p.50). Através desta pequena porção de acontecimentos transformados em notícia mediamos a nossa relação com o mundo: “a interpretação da realidade como um conglomerado de notícias responde a uma expectativa pública e necessidades técnicas” (Gomis, 1991, p.18). O autor prossegue, afirmando que como a realidade social se dilui ao longo do dia, “cabe ao jornalista seleccionar dessa realidade uma versão concentrada, dramatizadora e sugestiva, que escolha o mais interessante de tudo o que tenha ocorrido” (Gomis, 1991, p.19).

Cabendo este papel de mediador aos profissionais dos média, podemos dizer que os jornalistas regulam muito daquilo que o público fica a saber acerca do mundo em que habita (Schudson, 2003, p.14). Mas como é feita a seleção daquilo que entra ou não na agenda dos

média? Os órgãos de comunicação não podem estar em todo o lado ao mesmo tempo e, por essa razão, os acontecimentos têm de ser hierarquizados e filtrados. Como escreveu Walter Lippman, há quase cem anos, “os repórteres não são videntes, não contemplam uma bola de cristal e veem o mundo quando querem” (1921, p.178).

Ao longo dos anos, muitos autores contribuíram para a produção científica acerca dos chamados “valores-notícia”, com vários estudos e investigações desenvolvidas nas redações a partir das décadas de 50/60 do século passado. Na literatura ligada aos estudos de Jornalismo e Comunicação, valores-notícia são tipicamente definidos como propriedades de eventos ou histórias ou como critérios aplicados por profissionais dos média para selecionar eventos e transformar em notícia ou para sistematizar a estrutura e ordem do relato (Braun, 2009). A partir destes primeiros estudos concluiu-se que a forma como os jornalistas selecionam e publicam conteúdo noticioso não é assim tão diferente da forma como o resto de nós percebe e discute o mundo (Braun, 2009).

Um dos textos acerca dos valores-notícia a que Braun se refere é o influente estudo de Galtung e Ruge, de 1965, que será abordado no decorrer deste texto. Antes, porém, convém ressaltar que estes valores não são fixos ou imutáveis e diferem consoante os autores. Uma das causas para tal divergência é o facto de estes valores, estruturas ou sistemas de relevância variarem consoante as culturas, comunidades, os grupos e os indivíduos, pelo que a “identificação dos problemas, dos interesses e, consequentemente, a relevância dos assuntos, é complexa” (Correia, 2009, p.09).

Correia dá o exemplo da relevância e do que torna um determinado acontecimento relevante. O relevo de determinado acontecimento pode estar associado ao local, já que podemos facilmente identificar locais onde é atribuída mais relevância aos acontecimentos, ou seja, que podem ser transformados em notícia (Correia, 2009). O autor dá alguns exemplos como a Polícia, o Parlamento, o estádio de futebol ou os hospitais, referindo-se a estes locais como “locais da moda” (Correia, 2009, p. 12). Para um jornal de cariz generalista e de distribuição nacional, estes lugares garantem normalmente cobertura especializada e rotinada e são diariamente notícia, por exemplo.

Correia conclui que o “jornalismo não procede à seleção dos factos apenas em função de uma qualidade – a relevância dos factos – que seria evidente em si mesma, independentemente das condições sociais e históricas e dos interesses dos agentes sociais envolvidos” (Correia, 2009, p.35). Tendo em mente o carácter não fixo das estruturas de hierarquização, devem ser levadas em conta também as experiências pessoais dos profissionais dos média.

As experiências pessoais como jornalistas em jornais e revistas sugerem que os jornalistas possuem regras básicas que informam a sua resposta à questão: “o que é notícia?”. Estas regras básicas podem não estar escritas ou codificadas pelos órgãos de comunicação, mas existem na prática diária da profissão e pelo conhecimento ganho com a prática, embora mediados pela subjetividade por parte do jornalista. (Harcup & O’Neil, 2001, p.261)

No entanto, Harcup & O'Neill deixam claro que esta não é uma perspetiva académica, mas subjetiva. É, contudo, uma abordagem que permite vislumbrar o dia-a-dia e as práticas adotadas por um profissional dos média. Podemos resumir de duas formas as duas visões distintas sobre o dia-a-dia de um profissional dos média: do ponto de vista da auto-compreensão dos jornalistas, o jogo noticioso começa uma e outra vez em cada dia que passa, ou seja trata-se de uma prática com poucas rotinas, em que todos os dias são diferentes (Schultz, 2007). Por outro lado, “a visão etnográfica aponta para um trabalho severamente rotinado com padrões facilmente reconhecíveis média” (Schultz, 2007, p.190).

Independentemente da forma como os jornalistas trabalham, algo parece claro. Na perspetiva de Tuchman (2002, citada em Correia, 2009), “a atividade dos jornalistas e das organizações noticiosas contribuindo para definir e redefinir, construir e reconstruir os fenómenos sociais, ajuda a produzir normas que determinam o que possui relevância para ser considerado notícia” (2009, p.10). Podemos considerar então que o que dá valor-notícia a um acontecimento é também determinado pelo trabalho dos profissionais dos média no quotidiano. Desta forma, o autor conclui que existe “alguma verdade” quando se diz que a notícia “é aquilo que os jornalistas pensam que interessa aos públicos, e pelo que em última instância é o que interessa aos jornalistas” (Correia, 2009, p. 10).

### **2.1.1 Os valores-notícia**

A partir do paradigma abordado anteriormente, podemos perguntar: então, o que faz determinado acontecimento uma notícia? Que fatores e valores são esses determinam ou influenciam a presença de um acontecimento na informação que consumimos diariamente? Que aspetos tornam um assunto mais “apetecível” para ser tratado pelos profissionais e pelas instituições mediáticas?

Segundo Golding e Elliott (1978, citados em Traquina, 2002) os valores-notícia são “um importante elemento de interação jornalística e constituem referências claras e disponíveis a conhecimentos práticos sobre a natureza e os objetos das notícias” (p. 62). Estas referências tornam-se úteis no quotidiano de um profissional dos média, já que podem ser utilizadas para “facilitar a complexa e rápida elaboração” de conteúdo noticioso (Traquina 2002, p. 62)

É sobre esses padrões e aspetos que, como já foi dito, diversos autores se debruçaram. Na obra seminal “Opinião Pública”, o escritor e jornalista Walter Lippman (1921, citado em Silva, 2004), resenhou alguns valores que podiam transformar um acontecimento em notícia: a clareza, surpresa, proximidade geográfica, impacto e conflito pessoal. É apenas um exemplo, entre muitos que poderíamos escolher sobre os valores-notícia. Estudos mais aprofundados seguiram-se a esta obra e estenderam-se durante o resto do século.

Podemos definir valores-notícia como os “valores pelos quais um facto ‘é considerado mais interessante do que outro’” (Bell, 1991, citado em Bednarek & Capple 2012, p.115). Um

levantamento feito por Bednarek e Capple (2012, p.103) sintetiza as definições de valores-notícia de vários autores: “o critério ou regras que jornalistas aplicam para determinar o que é notícia”; “as preferências (imaginadas) da audiência expectável”; “os valores pelos quais eventos ou factos são julgados mais passíveis de serem notícia, que são partilhados pelos produtores e pela audiência”; “as qualidades ou elementos necessários que tornam uma história possível de ser mediatizada”.

Num dos estudos mais conhecidos, realizado por Galtung e Ruge (1965), conclui-se que eventos “transformam-se em notícia na medida em que satisfazem condições particulares” (p. 70). Neste estudo os autores delinearam doze valores, parcialmente entrelaçados, que poderiam explicar que eventos fizeram manchete em quatro jornais noruegueses. Esses valores - ou critérios - foram: “frequência, amplitude, clareza, importância, consonância, imprevisibilidade, continuidade, composição, referência a nações de elite, referência a pessoas de elite, referência a pessoas e referência a algo negativo” (Galtung & Ruge, 1965, p.70).

Alguns autores apontam para os valores-notícia como estando presentes durante todo o processo de produção noticiosa, ou seja, desde o processo de seleção de acontecimentos ao processo de elaboração do relato jornalístico. Esta posição é partilhada por Nelson Traquina que, referindo-se ao valores-notícia como critérios que os membros da tribo jornalística partilham, cita Mauro Wolf (data, citado por Traquina, 2002) acerca da ideia de que os valores-notícia estão presentes ao longo de todo o processo de produção jornalística. Existe, portanto, uma distinção entre os valores-notícia de seleção e os valores-notícia de construção.

Os critérios de construção “funcionam como linhas-guia para a apresentação de material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido”, já os valores de seleção, aqueles que os jornalistas utilizam na seleção dos acontecimentos, podem ser divididos em dois subgrupos: critérios substantivos, “que dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos da sua importância ou interesse como notícia”; e critérios contextuais, ou seja, “que dizem respeito ao contexto de produção da notícia” (Traquina, 2002, p.78).

Antes de nos debruçarmos sobre os tais contextos que envolvem a produção, convém salientar os critérios de noticiabilidade enumerados por Traquina (2002, p. 79), tendo em conta a diferenciação avançada por Wolf. No que toca aos valores-notícia de seleção, Traquina propõe os seguintes:

- . Morte – reúne um grande interesse por parte da comunidade jornalística mundial. Para Traquina, “explica o negativismo do mundo jornalístico”.

- . Notoriedade – refere-se à notoriedade do ator principal do acontecimento. Políticos em altos cargos da nação serão sempre notícia. A notoriedade dá relevância ao acontecimento.

- . Proximidade – maioritariamente geográfica, mas também cultural. Os acontecimentos ganham relevância quanto mais perto ocorrerem do público para quem são escritos.

- . Relevância - o assunto tem de ser relevante para os leitores. “O impacto sobre a vida das pessoas” pesa no processo de decisão do que é notícia.

. Novidade – é um assunto novo? Caso não seja, há alguma informação que justifique voltar a falar do acontecimento. O “mundo jornalístico interessa-se muito pela primeira vez”.

. Tempo – os jornalistas perguntam-se se determinado acontecimento traz algum elemento novo a uma história. Ou se serve de “gancho” para trazer para frente um acontecimento. Na forma de efeméride, por exemplo.

. Notabilidade – referente à qualidade tangível do acontecimento. Algo tem de acontecer, ser notado. Algo incomum, que afeta várias pessoas.

. Inesperado – se um acontecimento surpreende a expectativa, ou seja, não encaixa no entendimento de rotina que a comunidade interpretativa atribui ao quotidiano.

. Conflito – trata de violência ou conflitos verbais: “representa uma quebra do normal”.

. Infração – concerne principalmente à violência. Refere-se à transgressão das regras.

Para Traquina (2002), os critérios contextuais, que influenciam o processo de produção noticiosa, são os seguintes:

. Disponibilidade - facilidade com que é possível fazer a cobertura do acontecimento. Até porque “não é possível ir a todas”.

. Equilíbrio - o número de notícias de que determinado acontecimento foi alvo determina se o assunto volta à agenda ou não.

. Visualidade – a existência de elementos visuais é também importante. No caso da imprensa, a imagem complementa o texto. Na televisão este critério é fulcral.

. Concorrência – os órgãos de comunicação concorrem entre si e por isso procuram informação exclusiva: o chamado “furo”.

. Dia Noticioso - o acontecimento concorre com outros acontecimentos do dia. Um dia preenchido pode fazer com que uma ocorrência não chegue às notícias, quando num dia diferente isso poderia acontecer.

O contexto que envolve o jornalista na produção de material informativo também condiciona o produto final. A política editorial da empresa jornalística pode influenciar diretamente o processo de seleção dos acontecimentos de diversas formas: “a política editorial influencia a disposição dos recursos da organização e a própria existência de espaços específicos dentro do produto jornalístico através da sua política de suplementos e sobretudo rubricas” (Traquina, 2002, p.93). A política editorial e outros fatores têm sido apontados, na literatura existente, como tendo impacto no funcionamento dos média e no processo de decisão do que é ou não notícia. Algumas destas investigações remetem para meados do século XX. Exemplo disso é um estudo dos anos 50, realizado por Warren Breed, intitulado *Social Control in the Newsroom*. O autor descreve o

processo de “*socialization*”, em que o editor “traça a política noticiosa, e esta política é normalmente seguida pelos restantes membros do staff” (Breed, 1955, p.326).

Embora a política seja definida pelos executivos, é claro que eles não conseguem pessoalmente reunir e escrever as notícias por si mesmos. Eles devem delegar essas tarefas aos funcionários e, nesse ponto, as atitudes ou interesses dos funcionários podem - e muitas vezes, entrar em conflito com as dos executivos. (Breed, 1955, p.327)

Para além desta influência da hierarquia dentro da empresa, Traquina aponta outro fator que pode influenciar o processo de produção noticiosa: as rotinas dos jornalistas. “Os contactos constantes entre as fontes e os jornalistas podem influenciar a percepção do jornalista quanto ao valor-notícia dos acontecimentos e dos assuntos” (Traquina, 2002, p.94). Junta-se a essa agravante o facto de os jornalistas usarem um leque reduzido de fontes de informação (Bell, 1991, citado em O’Connor & O’Neill, 2008). Convém salientar o fator tempo nesta equação. Ao tentarem ser eficientes na produção de conteúdos, os jornalistas contactam fontes num círculo limitado (Gans, 1980). Hall, apelidou estas fontes de “definidores primários”, ou seja, as fontes que definem o enquadramento e subsequente perspetiva sobre o um determinado acontecimento (Hall et al., 1978, p. 58).

Para Traquina, os valores não são imutáveis e estão sempre dependentes da “época histórica vigente, as sensibilidades diversas de uma localidade para outra, destaques diversos de uma empresa jornalística para a outra, tendo em conta as políticas editoriais” (Traquina 2002, p.95).

Concluindo, no cômputo geral, a criação de notícias é sempre um jogo de forças entre vários jogadores. Schudson (data, citado em Ribeiro, 2013) afirma que “a criação das notícias é sempre uma interação de repórter, diretor, editor, constrangimentos da organização da redação, necessidade de manter os laços com as fontes, os desejos da audiência, as poderosas convenções culturais e literárias dentro das quais os jornalistas frequentemente operam sem as pensar” (p. 204).

## **2.2 A agenda dos média**

Com estas condicionantes em mente, e antes de introduzir a importância do conceito de proximidade, convém ter presente a noção de *gatekeeping*. A teoria do *gatekeeping* é uma das mais antigas no campo da investigação em comunicação de massa. De forma simples, podemos definir o conceito como “o processo pelo qual a vastidão de potenciais mensagens noticiosas” são transformadas naquelas poucas que são transmitidas pelos média (Shoemaker et al., 2001, p.233)

“Nenhum aspeto da comunicação é tão impressionante como o enorme número de escolhas e descartes que têm que ser feitos entre a formação de um símbolo na mente do comunicador e o aparecimento do mesmo símbolo na mente do recetor” (Schramm, citado em White, 1950, p.383). Os média tradicionais têm funcionado como filtros, apenas produzindo e

distribuindo informações com valor de notícia e descartando o resto. De facto, o *gatekeeping* é uma prática que “resulta principalmente de um ambiente de escassez, tanto de canais quanto de espaço para notícias dentro desses canais” (Ferreira, 2018, p.487).

São vários os fatores a ter em consideração no que toca à influência da seleção de notícias. Para além dos fatores organizacionais ou as rotinas jornalísticas, é possível destacar também a audiência. Muitos jornais com presença digital conseguem monitorizar o comportamento da audiência na internet (Wendelin et al., 2015). O jornal *Público*, por exemplo, tem na sua redação um ecrã com as métricas do site, onde são visíveis as notícias com mais visitas e o tempo médio que o utilizador dispensa para cada uma. É possível, portanto, que as empresas de média priorizem determinados assuntos e histórias pois sabem que produzirão boas métricas.

Regressando ao fenómeno do *gatekeeping*, White (1950) dá um exemplo pertinente para o ilustrar. Imaginemos uma conferência organizada pelo poder político de determinado país. Nesta conferência estarão enviados especiais de jornais nacionais, mas também de jornais locais. É aqui que se “forma a primeira barreira”, pois cabe aos jornalistas decidirem, tendo em conta vários fatores, o que é notícia e o que é importante relatar ou omitir. Em *Individual and Routine Forces in Gatekeeping. Journalism*, Shoemaker et al/comprometem-se a comparar a importância relativa das forças individuais e de rotina no processo de produção noticiosa. No texto, Shoemaker et al. explicam o *gatekeeping* da seguinte forma:

De facto, o *gatekeeping* na comunicação de massas pode ser visto como o processo geral em que a realidade social transmitida pelos média é construída pelos meios de comunicação e não uma série de decisões inclusivas ou exclusivas (Shoemaker, et al. 2011, p.233)

Qual, então, o papel dos média na construção que fazemos de determinadas regiões? O tipo de enfoque que os responsáveis pela mediação entre sujeito e mundo põem em prática diariamente criará representações mentais de determinados locais ou povoações. Quando falamos em enfoque local dos média generalistas do que estamos realmente a falar? Sobre o que se fala quando certas regiões figuram nas páginas dos jornais?

Há um vasto corpo literário que se foca no carácter negativo que incide sobre uma vasta quantidade de assuntos. Essas descobertas são sustentadas por literatura sobre a atenção “desproporcional dos indivíduos a informação negativa em detrimento de informação positiva” (Soroka, 2012, p.516).

O discurso está centrado nos temas da moda, como a cidade inteligente, a Web Summit, o Ronaldo, ou o Ronaldo das Finanças, e essa agenda é muito forte. O jornalismo só vai ao Portugal profundo se houver alguma desgraça ou algo de excecional, mas nunca apanhou este processo a que se chama rarefação ou baixa densidade, que decorre da tal desruralização.

(Álvaro Domingues, entrevista ao jornal Público, 31-12-2017)



Devemos ter em mente que os grandes diários nacionais continuam a ser a principal janela para o mundo e a grande referência informativa de cada país (Labella, 2002). Alguns destes jornais diários de referência estendem a sua influência além-fronteiras, como é o caso do norte-americano *The New York Times*, o francês *Le Monde* ou o britânico *Financial Times* (Labella, 2002, p.97). Centrando-nos no jornal *Público*, percebemos que, embora com uma linha editorial semelhante à dos jornais elencados, a sua influência está mais limitada ao território que ocupa.

Quando Lippman escreveu que os repórteres não estavam munidos de uma bola de cristal, não podendo inspecionar todos os momentos da realidade social, a verdade é que, perto de cem anos depois de ter escrito *Public Opinion* (1921), num mundo cada vez mais globalizado, a informação já não flui a velocidade de cruzeiro e os acontecimentos mundiais são cada vez mais fáceis de serem reportados (Caldevilla, 2013, p.65). Podemos dizer que o acesso quase instantâneo à informação, a proliferação de fontes, a rapidez da comunicação e a externalização do uso da Internet, abriram novas janelas para a velha profissão (Caldevilla, 2013).

Se é a partir dos média e destes jornais que construímos a nossa visão do mundo, podemos estudá-los a partir da forma como mediatizam certas regiões e lugares. Segundo Michael Schudson, de uma “maneira muito mais complicada e menos compreendida, os média acrescentam algo a cada história que veiculam” (2002, p.29). Na visão do autor, quando os média oferecem ao público material informativo, estes estão também a atribuir-lhe legitimidade pública. Trazem-no para um fórum público, onde é discutido pelo público geral. Podemos falar, portanto, não só de distribuição, mas também de amplificação de determinados eventos, histórias e temas.

Esta amplificação feita pelos média é determinada por vários fatores. Com certeza que nem todos os assuntos são alvo do mesmo tipo de cobertura, alguns nem são cobertos de todo. Como vimos, os critérios utilizados pelas organizações jornalísticas abundam e estão dependentes de vários fatores contextuais. Esta aglutinação de fatores e contextos produz resultados diferentes e tem impacto na forma como alguns assuntos são mediatizados e julgados. Para entender melhor este fenómeno, é importante atentar no conceito de *agenda-setting*.

*Agenda-setting* refere-se à ideia de que existe uma forte correlação entre a ênfase que os *mass media* colocam em certas questões (por exemplo, com base no posicionamento relativo ou quantidade de cobertura) e a importância atribuída a essas questões pelas audiências. (McCombs & Shaw, 1972, citado em Scheufele Tewksbury, 2007, p.11)

Segundo alguns autores, os média têm o poder de fazer certos assuntos mais salientes. Cohen (1963, citado em McCombs & Shaw, 1972, resume o conceito da seguinte forma: “os média podem não ser bem-sucedidos no que toca a dizer às pessoas o que pensar, mas há provas suficientes que sugerem que são muito bem-sucedidos a dizer às pessoas sobre o que pensar” (p. 177). Os média – neste caso, as organizações, editores ou jornalistas -, fazem de *guardiões dos portões* e decidem que informação “passa” para o outro lado. Entretanto, estudos mais recentes apontam para uma reformulação e avanço desta teoria.

É por isso útil referirmos o conceito de *agenda building*, um fenómeno mencionado para destacar que a agenda não é ditada somente pelos *decision-makers*, mas sim um processo que envolve vários atores. A agenda é o produto de forças em vários níveis da organização que, “conscientemente ou subconscientemente, trabalham para criar um assunto consensual e legítimo” (Dutton, 1986, p.04). “Normas e crenças dentro das organizações incluem e excluem algumas questões da consideração e apoio do público, fazendo do processo de construção da agenda algo tanto social e político, como também psicológico” (Dutton, 1986, p. 05)

Nisbet (2008) distingue desta forma os conceitos de *agenda-building* e *agenda-setting*:

A construção da agenda refere-se ao processo pelo qual as organizações de notícias e jornalistas apresentam, enfatizam e/ou selecionam certos eventos, questões ou fontes para cobrir outros. A pesquisa na área está intimamente ligada, mas é distinta da tradição de *agenda-setting*, que examina a conexão entre as questões retratadas nos média e as prioridades do público em geral. (Nisbet 2008, p. 01)

Em tempos temporais, o *agenda-setting* é um processo que ocorre após o fenómeno de *agenda-building*, que estuda as razões pelas quais alguns assuntos ou fontes são introduzidos na agenda mediática e outros não (Araújo & Lopes, 2014, p.750). “O processo de *agenda-building* relaciona-se com a formação de uma agenda mediática e é o primeiro em termos temporais” e é distinto do fenómeno de *agenda-setting*, amplamente estudado e referente à “forma como os média dão atenção a determinados assuntos”, algo que acaba por influenciar a importância percebida pelo público acerca desses assuntos (Araújo & Lopes, 2014, p.750).

Os jornalistas, portanto, não são simplesmente espectadores inocentes ou testemunhas separadas que capturam imagens objetivas, espelhos da sociedade. Pelo contrário, eles são participantes ativos na construção de nossas realidades. Eles dizem-nos quem somos, onde vivemos e trabalhamos, em que acreditamos, com o que nos importamos, e traçam limites entre “aqui” e “lá”, “nós” e “eles”. (Gasher, 2009, p.01)

Resumindo, podemos olhar para o *agenda-building* como um “processo em que o foco está em como a imprensa interage com outras instituições da sociedade para criar questões de interesse público” (Weaver & Elliott, 1985, p.88). “Esta abordagem de construção da agenda está mais preocupada com a forma como as questões se originam, ou como os assuntos de cobertura jornalística se tornam questões, do que com a relação média-audiência estudada tão frequentemente por investigadores do *agenda-setting*” (Weaver & Elliott, 1985, p.88).

Vários estudos sustentam que o facto de a forma como um objeto na agenda dos média é enquadrado poder ter consequências comportamentais mensuráveis. Os atributos de determinado assunto enfatizados na cobertura mediática podem, por exemplo, influenciar diretamente a direção da opinião pública (McCombs, 1993, p.63). A atribuição de saliência a determinados factos em detrimento de outros é apelidado de *framing*. Para Entman, *framing* pode ser resumido como o “processo de selecionar alguns elementos da realidade percebida e montar uma narrativa que destaque as conexões entre eles para promover uma interpretação particular”

(Entman, 2007, p.164). Trata-se de um conceito bastante debatido ao longo dos anos. Fazendo um paralelismo com o mundo artístico, Scheufele & Tewksbury (2009, p.17) explicam o conceito de framing da seguinte forma:

Os artistas sabem que a moldura colocada em torno de uma pintura pode afetar a forma como os espectadores interpretam e reagem à pintura em si. Como resultado, alguns artistas tomam cuidado na forma como apresentam o seu trabalho, escolhendo uma moldura que eles esperam que ajude a audiência a ver a imagem de forma correta. Os jornalistas - muitas vezes inconscientemente- envolvem-se essencialmente no mesmo processo quando decidem como descrever o mundo político. Eles escolhem imagens e palavras que tenham o poder de influenciar como o público interpreta e avalia assuntos e políticas. (Scheufele & Tewksbury, 2009, p.17)

No entender de Scheufele & Tewksbury (2009), tanto a seleção de objetos para atenção como a seleção de *frames* para pensar sobre esses objetos são funções poderosas do *agenda-setting*. Fulcral para a agenda de notícias e seu conjunto diário de objetos - assuntos, personalidades, eventos, etc. - são as perspectivas que jornalistas e, subsequentemente, membros do público empregam para pensar sobre cada objeto (McCombs & Shaw, 1993, p.62). Entman (1993, citado em Araújo et al., 2016) refere que os *frames* nas notícias podem ser identificados e examinados pela “presença ou ausência de certas palavras-chave, frases feitas, imagens estereotipadas, fontes de informação e frases que, pela sua temática, reforçam grupos de factos ou julgamentos” (p. 177).

Poderá também ser útil introduzir o conceito de *priming* que, no entender de Scheufele (2000, p. 302) pode ser entendido como uma “consequência psicológica” do *agenda-setting*. Ambos os conceitos são basilares e fulcrais tendo a hipótese de McQuail (1983) como pano de fundo – a ideia de que a realidade é construída a partir da interação entre audiências e os *mass media*. Podemos encarar o *priming* como “o objetivo, o efeito pretendido, das atividades de *framing* dos atores estratégicos”, (Entman, 2007, p.165). No campo dos média, entende-se por *priming* o facto de que “certos atributos enfatizados na cobertura mediática tornam-se salientes na mente das pessoas, e, portanto, funcionam como dimensões importantes da avaliação do público” (Kim et al., 2012, p.45). Tradicionalmente associado à avaliação de políticos por parte do público, o “atributo *priming* lida com a avaliação das questões sociais, seja política ou não-política” (Kim, et al/2012, p.45).

Explorei neste trecho vários conceitos que, no fundo, se interligam. Resumidamente, debrucei-me sobre algumas das mais proeminentes teorias no campo dos efeitos dos média. É evidente que os média fazem mais do que assinalar os eventos. Os jornalistas focam a nossa atenção e influenciam as nossas perceções acerca dos assuntos mais importantes do dia (McCombs, 2014,), algo que se traduz na saliência destes assuntos na agenda pública.

## 2.3 A proximidade como critério de noticiabilidade

No decorrer deste relatório, fez-se referência aos critérios de noticiabilidade elencados por Walter Lippman. Referiu-se Lippman e a obra *Public Opinion*, para salientar a importância da proximidade como critério de noticiabilidade, mesmo antes de os principais estudos sobre este tema terem ganhado protagonismo. Não é de estranhar, mas nas muitas tipologias de que dispomos a propósito de critérios de noticiabilidade, a proximidade é presença assídua. Na opinião de Mar de Fontcuberta (1993), a proximidade é mesmo um dos principais critérios a ter em conta por profissionais da área para descortinar o que é (ou não) notícia. A autora diz mesmo que “não são poucos os investigadores que têm colocado a proximidade como um dos principais critérios de noticiabilidade” (1993, p.45).

Vários textos dão esta posição de destaque ao critério da proximidade: “a proximidade geográfica, a relevância social da fonte e o inesperado configuraram-se como os três valores-notícia mais comuns nos atos que fazem parte dos assuntos informativos disseminados pelos meios de comunicação de massa” (Curiel, 2015, p.102). O critério da proximidade é, para autores como Camponez, elementar para desenvolver os restantes critérios de noticiabilidade. No livro *Jornalismo de Proximidade*, o autor afirma que a proximidade “permite ao jornalismo perceber os contextos que determinam os valores-notícia e, a partir daí, organizar os restantes elementos valorativos”, como a novidade, atualidade, relevância, etc. (2002, p.116).

No caso específico do *Público*, a secção Local, à qual são normalmente dedicadas duas páginas diárias, é, por hábito, o único aspeto que diferencia o jornal que chega às bancas de todo o país. Falamos do Local Porto (vendido a Norte de Coimbra) e do Local Lisboa (vendido a Sul de Coimbra). Podemos concluir que há uma tentativa de segmentar a informação para determinadas comunidades geográficas.

A informação local do *Público* é, naturalmente, distinta daquela que é produzida por um meio local ou regional. No entanto, podemos rotular o *Público* ou outros jornais nacionais generalistas como produtores de muita informação local. Carlos Camponez cita um artigo do jornalista e ex-presidente do Sindicato de Jornalistas João Mesquita (1997), dizendo que alguns meios de informação que rotulamos de nacionais têm um carácter eminentemente regional (2002, p.107). Desta forma, estes meios com sedes em Lisboa ou no Porto, produzem bastante informação relativa a essas cidades.

Pode dizer-se que as restantes localidades estão remetidas a um relativo esquecimento? No rescaldo de duas situações de alarme no interior do país - uma intoxicação que matou cinco pessoas e um abatimento de estrada, a primeira em Sabrosa, Vila Real, a segunda no Alentejo, em Borba, distrito de Évora -, num artigo do jornal *Público*<sup>12</sup>, David Pontes escrevia: “este país onde não há Uber, onde é preciso soletrar “gentrificação” e onde não se pode alugar uma moto-

---

<sup>12</sup> <https://www.publico.pt/2018/11/20/sociedade/editorial/sindrome-entreosrios-1851822>

elétrica nem ir ao cinema, ocupa a maior parte do território, mas muito pouco da nossa atenção” O artigo era intitulado “A síndrome de Entre-os-Rios”, fazendo referência à queda da ponte Hintze Ribeiro, em 2001, que matou 59 pessoas. Serão ainda estas histórias a levar os jornalistas aos recantos do território português?

A importância do carácter local da informação e o impacto que tem junto dos leitores tem sido um assunto trabalhado por diversos autores. Ainda antes do famoso estudo de Galtung e Ruge, Fraser Bond, no livro *Introdução ao Jornalismo* (1962), resenhava quatro fatores que determinam os valores-notícia e doze elementos de interesse na notícia. Entre eles, a “proximidade”. Referindo-se aos meios de comunicação americanos, o autor refere que “as pesquisas mostram que as notícias de importância internacional, com exceção dos grandes acontecimentos, são do interesse de apenas 10% dos leitores nas grandes comunidades, e para uma proporção tão pequena nas pequenas cidades, que nenhuma percentagem figura” (1962, Bond, citado em Fernandes 2005, p.6). Estas conclusões vêm sendo repetidas ao longo dos anos: “os estudos empíricos sobre a importância dos fatores locais-nacionais versus os globais são abundantes, com resultados diversos, mas demonstram, em geral, a importância do enfoque local” (Arias, 2008, p.5).

Podemos falar em fenómenos contrastantes. Se, por um lado, aceder a informação sobre acontecimentos a milhares de quilómetros de distância nunca foi tão simples, esta facilidade pode fazer com que a necessidade de nos inteirarmos dos assuntos “da nossa rua” possa não ser devidamente correspondida. “A proximidade tem condicionado, condiciona e condicionará o interesse pela informação. Aquilo que nos afeta muito diretamente alimenta nossa curiosidade por conhecer” (Garcia, 2017, p.119)

As secções locais enviam uma importante mensagem de familiaridade e proximidade ao leitor, mesmo que a informação seja veiculada por um jornal generalista. Convém ressaltar que a proximidade é um conceito com outras dimensões para além da territorial. Carlos Camponez (2012), citando Agnès & Croissandeau (2000), elenca outras formas de entender a proximidade, estendendo o conceito além da proximidade geográfica e física e incluindo também dimensões temporais, psicoafectivas, socioprofissionais e socioculturais. “Esta polissemia de sentidos é também explorada de forma estratégica pelos meios de comunicação de massa”, conclui. Principalmente no que toca à fidelização de públicos. Nesta polissemia de sentidos, ouvimos editores falar em opções por uma “informação mais próxima” ou em “jornalismo de proximidade, que fala diretamente com as pessoas” (Camponez, 2012, p.36)

Ora, como sabemos, os critérios de noticiabilidade de um jornal generalista nacional diferem dos de um jornal local ou regional. E o próprio conceito de proximidade pode ser transformado. Algo que nos pode fazer perguntar o que faz determinado acontecimento ser notícia num jornal regional ou local e o mesmo não acontecer num jornal nacional. A proximidade não é, no entanto, um conceito útil exclusivamente para meios regionais: “a questão da proximidade está longe de ser apanágio da imprensa regional” (Camponez, 2002). “Na realidade, trata-se de uma questão transversal no jornalismo, no esforço de comunicar conteúdos considerados pertinentes aos seus leitores” (Camponez, 2002). O autor acrescenta que a proximidade é também importante

na definição “de estratégias empresariais com o objetivo de conseguiram a fidelização dos públicos.” (Camponez, 2002, p.113)

Obviamente, um jornal nacional não pode fazer o trabalho de um jornal regional já que dificilmente consegue tamanha segmentação, sendo destinado a mais indivíduos. Então, em que difere um jornal regional de um jornal nacional? Camponez (2002, citado por Jerónimo, 2010) distingue este tipo de imprensa da generalista pelo “compromisso com a região e com as pessoas que a habitam” e que resulta da “forte territorialização dos seus públicos, a proximidade face aos agentes e às instituições sociais que dominam esse espaço, o conhecimento dos seus leitores e das temáticas correntes na opinião pública” (p. 116).

Por isso, interessa-nos perceber o processo de produção noticiosa para a secção “Local” de um jornal generalista e as opções e constrangimentos que ditam a cobertura de um assunto, comunidade ou espaço geográfico em detrimento de um outro. Haverá alguma discrepância no que toca à cobertura de regiões? E que tipo de cobertura é feita acerca de determinados espaços? Haverá fundamento empírico quando se diz que o “jornalismo só vai lá em caso de desgraça”? Que cobertura é feita pela secção Local de um jornal generalista como o *Público*?

## **2.4 A informação local**

Falar de “informação local” e de “localidade” implica definir o conceito de “local”, que se encontra em evolução: “ao sentido fundamentalmente geográfico do local, que tem primado na maioria das conceções anteriores, é necessário acrescentar, hoje em dia, a componente afetiva, sentimental, psicológica e cultural que leva consigo a informação de cercania” (Garcia, 2017, p.122).

Para contextualizar as secções Locais de jornais generalistas, e de forma a melhor enquadrar a secção Local no âmbito das publicações regionais ou locais em Portugal, convém visitar algumas considerações acerca da imprensa regional portuguesa. Um primeiro passo para esta reflexão seria definir o que a lei portuguesa entende por publicações de carácter regional. Segundo o Estatuto da Imprensa Regional (Decreto-Lei 106/88):

(...) todas as publicações periódicas de informação geral, conformes à Lei de Imprensa, que se destinem predominantemente às respetivas comunidades regionais e locais, dediquem, de forma regular, mais de metade da sua superfície redatorial a factos ou assuntos de ordem cultural, social, religiosa, económica e política a elas respeitantes e não estejam dependentes, diretamente ou por interposta pessoa, de qualquer poder político, inclusive o autárquico.

Mas definir em concreto do que falamos quando falamos sobre imprensa regional não é tarefa fácil. Os constrangimentos vão “desde a indefinição do conceito – muito centrado em torno da questão geográfica – à natureza das publicações, periodicidade, estruturas e conteúdos” (Jerónimo, 2015, p.117). No mesmo texto, Pedro Jerónimo aponta para a característica mais familiar da imprensa regional: o facto de se encontrar próxima das populações, algo difícil para os

meios generalistas de distribuição nacional. Esta cobertura de todo o território por parte dos meios nacionais acaba por ser possível devido ao contributo da agência *Lusa* que, devido às Obrigações do Serviço Público, no contrato celebrado entre o Estado e a Agência *Lusa* lê-se que a agência tem que “manter delegações, delegados, ou correspondentes em todos os distritos e regiões autónomas de Portugal” (Jerónimo, 2015, p.117).

Esta capacidade faz da *Lusa* um ator importante na cobertura de assuntos fora do alcance dos jornais: “o facto da *Lusa* alimentar os conteúdos noticiosos dos principais (ciber)média nacionais, por um lado, e destes recorrerem também à imprensa regional para a cobertura noticiosa de âmbito local, por outro, são indicadores da importância deste segmento da imprensa” (Jerónimo, 2005, p.118). No *Público*, como referi no decorrer do relato da minha experiência de estágio, os *takes* da *Lusa* são bastante utilizados para informar acerca de assuntos que não puderam ser tratados por jornalistas do jornal. Um relatório do Obercom, intitulado *Jornais regionais: A análise de perfis de utilização. Atividade, desafios e políticas públicas para o sector*, lançado em 2018<sup>13</sup> pinta um cenário curioso dos meios de informação regionais. Tendo o critério da proximidade em primeiro plano, os profissionais dos média regionais de vários órgãos de comunicação que responderam a um inquérito afirmam ser a internet a “plataforma privilegiada de acesso à informação”.

Lê-se no relatório:

Uma explicação plausível para este cenário está relacionada com a própria essência da notícia de carácter regional, que muitas vezes é preterida pelos jornais de alcance nacional nas suas matérias. Assim, na impossibilidade de ver discutidos determinados assuntos de cariz regional, nas publicações de alcance nacional, os profissionais dos jornais regionais podem tentar outras fontes como o enorme fluxo de matérias informativas disponíveis na Internet e redes sociais (Obercom, 2018, p.61)

Mas existem algumas ameaças que assombram o trabalho feito por estes órgãos de comunicação. Falamos de questões financeiras, paradigma do estado atual do jornalismo, e, como consequência, da perda de independência. Chame-se a atenção para a questão da dependência entre órgãos regionais e o poder político, para a qual o Estatuto de Imprensa Regional acautela. A promiscuidade entre jornalistas e o poder já foi por várias vezes estudada, assim como o teor da informação produzida por estes meios e como se tem vindo a desenvolver: “as estratégias do poder local face aos média ganham hoje maior importância porque Portugal, cuja imprensa regional era, até aos anos 80, uma imprensa de notícias sobre “cães atropelados”, começa a ter uma rede de jornais e rádios com alguma capacidade crítica (Carvalho, 1996, p.01).

João Carvalho aponta para a região da Beira Interior para ilustrar o panorama mediático regional:

---

<sup>13</sup> <https://obercom.pt/wp-content/uploads/2018/04/CIUL-CV-OberCom2018-Jornais-regionais-Ana%CC%81lise-de-perfis-de-utilizac%CC%A7a%CC%83o.pdf>

Boa parte dos média são empresas frágeis com jornalistas em situação de precariedade laboral e salarial, com alguma inexperiência e lacunas na qualificação. Se quanto à qualificação se deteta uma evolução, em relação ao resto subsistem muitas dúvidas; e é fatal que a falta de segurança iniba os jornalistas e os torne vulneráveis aos aliciamentos do poder. Quando isso acontece está dado o passo decisivo para a auto-inibição dos jornalistas. (Carvalheiro, 1996, p.02)

Antes de terminar este capítulo que contextualiza esta investigação na literatura já existente, é relevante reiterar que, para determinadas comunidades, os média locais ganham um estatuto quase irreplicável, que os média nacionais dificilmente conseguirão colmatar:

A sociedade está a caminhar para uma personalização comunicacional, dando lugar a numerosos grupos desmassificados, mais pequenos e focalizados geograficamente. (...). Ou seja, a ligação e identificação direta da imprensa regional com determinadas comunidades confere-lhe um estatuto e importância acrescida como produto publicitário (e informativo) mais direto, próximo e cúmplice (interativo) com os seus públicos e corresponde a uma comunicação focalizada que nem sempre é conseguida por outros meios, nomeadamente os nacionais. (Faustino, 2000, p.94)

## **2.5 Localizar ideias: um breve resumo**

Escolhas feitas pelos jornalistas não são aleatórias, relacionando-se com os conhecimentos prévios de cada um, da sua cultura, do seu *background*. Podemos dizer que o jornalista é influenciado por tudo o que o rodeia, seja o círculo de amigos, as suas condições económicas ou até as orientações políticas. (...) O ângulo escolhido, as fontes a quem se dá voz, e as próprias características do jornalista que conta a estória influenciam o processo de construção da notícia. (Araujo & Lopes, 2014)

A ideia de que existe uma série de valores e códigos que regem o trabalho do profissional dos média não é recente. Se questionarmos um jornalista acerca do processo de seleção de acontecimentos para transformar em notícia ou sobre a forma como eles definem o que são as notícias, uma das respostas possíveis seria: “eu sei quando vejo” (Harcup & O’Neill, 2016, p.1470).

Quando falamos da mediatização de determinadas regiões, ou melhor, dizendo da potencial sub-representação, temos de enquadrar as organizações de média no contexto atual do jornalismo. Torna-se difícil para um jornal com sede em Lisboa e uma redação no Porto conseguir cobrir o país na sua totalidade. O jornal *Público* conta com vários correspondentes espalhados



pelo país, algo que pode facilitar a cobertura de determinadas regiões: “a proximidade do meio de comunicação social a uma comunidade de eventos pode ser mitigada ou aprimorada, por um membro da equipa editorial que reside na comunidade do evento” (Martin, 1988, p.989).

É impossível transportar o trabalho diário de um jornal regional para as páginas de um diário de distribuição nacional. O jornalismo de um meio com um maior alcance será necessariamente diferente. No entanto, ambos se servem do valor da proximidade – ainda que de formas diferentes – para chegar aos seus leitores. Até porque o leitor estará mais suscetível a interagir com estas histórias. Na generalidade, as pessoas assimilam melhor informação (não só aquela que diariamente figura nos jornais) se esta for apresentada de uma forma pessoalmente relevante (Donnelly, 2005). Aqui a proximidade é fulcral. Na investigação de Donnelly (2005), que tinha como objetivo de determinar a importância dada a histórias da proximidade dos leitores, conclui-se que a informação local é lembrada e compreendida significativamente melhor que informações sobre lugares mais distantes.

Este impacto no leitor pode ser explicativo da ênfase que os jornais de distribuição nacional colocam em assuntos de proximidade: “a redescoberta do critério de proximidade assumiu uma importância tanto maior, nos últimos anos, quanto a crise de leitores parecia agravar-se, constituindo-se como uma estratégia para recuperar imensas franjas de públicos que normalmente estão alheados dos grandes meios de comunicação de massa” (Camponez, 2002, p.114)

Talvez seja importante realçar que o facto de o período de estágio ter ocorrido num jornal impresso faz com que me tenha debruçado mais sobre a literatura existente acerca da importância da proximidade na imprensa. De facto, a imprensa escrita tem um papel mais significativo na definição da agenda quando comparado com meios online, por exemplo: “os nossos resultados em geral apoiam a ideia de que ler jornais impressos contribui para a consciencialização de mais eventos e questões públicas do que ler jornais online faz” (Schoenbach, et al. 2005, p.253).

Mas para que o acontecimento chegue às páginas do jornal é necessária a presença de um repórter na região em causa. É um trabalho difícil de realizar a partir de uma secretária a quilómetros de distância do acontecimento. O jornalista que trabalhe frequentemente questões de cariz local ou seja correspondente em determinada região pode produzir um texto jornalístico diferente dos restantes: “no jornalismo local ou de proximidade a percentagem de jornalistas que frequenta o local onde ocorre a notícia é maior do que em outras secções ou tópicos informativos e essa presença de profissionais reverte em textos mais elaborados” (Curiel, 2015, p.102).

Sintetizando, este capítulo permitiu apreender algumas ideias acerca do quotidiano das redações, dos jornalistas e a forma como os profissionais dos media fazem a triagem dos acontecimentos que são transformados em notícia. Realcei as particularidades da imprensa local e a forma como a imprensa nacional tenta alcançar públicos longe dos centros de produção. Foram também apresentadas algumas teorias dos efeitos dos media. Tratam-se de noções importantes para entender as escolhas que esta investigação levará avante na próxima etapa: o capítulo da metodologia.

### 3 Metodologia

Com os capítulos anteriores estabeleci os suportes necessários para que, a partir dos objetivos desta investigação e da questão de partida, se definam agora a amostra utilizada para recolher os dados e as técnicas de recolha e análise. “É através da investigação que se reflete e problematizam os problemas nascidos na prática, que se suscita o debate e se edificam as ideias inovadoras” (Coutinho, 2014, p.08).

Visto que me irei focar especialmente no caso do jornal *Público*, o caminho a seguir para atingir os objectivos que foram enumerados será através do Estudo de Caso. No entender de Gerring (2007), podemos definir um caso como um fenómeno espacialmente delimitado (uma unidade), observado num único ponto no tempo ou por algum período de tempo. Podemos levar a cabo um estudo de caso acerca várias unidades: uma instituição, uma cidade ou um grande grupo de pessoas. O estudo de caso é visto como uma instância de um fenómeno mais amplo, como uma parte de um conjunto maior de casos paralelos (Feagin, et al.,1991, p.2). Obviamente que o Estudo de Caso apresenta limitações, mas este estudo não tem o propósito de generalizar as suas conclusões, por isso é indicado para o tipo de análise que foi feita.

#### 3.1 Pergunta de Partida

Uma investigação é algo que se procura, implicando hesitações, desvios e incertezas. O investigador deve obrigar-se a escolher um fio condutor tão claro quanto possível, para que o seu trabalho se estruture com coerência (Quivy&Campenhoudt, 2005, p. 31). A partir do relato da experiência de estágio e observando a revisão da literatura, é perceptível o interesse desta investigação na mediatização de notícias de interesse local para os cidadãos. Depois de um período de estágio de três meses no jornal *Público*, em que escrevi sobre locais a centenas de quilómetros de distância da secretária, penso ser oportuno estudar o que escreve um jornal de distribuição nacional quando escreve sobre regiões que tradicionalmente não figuram nas páginas de um jornal generalista com sede em Lisboa e no Porto.

Tendo isto por base, é recomendável a apresentação de uma pergunta de partida para esclarecer e clarificar o propósito da investigação e para que seja enunciado o que pretende da investigação: “o investigador deve procurar enunciar o projeto de investigação na forma de uma pergunta de partida, através da qual tenta exprimir o mais exactamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor” (Quivy&Campenhoudt, 2005, p.30). Dessa forma pretende-se responder à seguinte pergunta de partida, já enunciada no início deste relatório: **Que assuntos são mediatizados por um jornal nacional na sua secção Local?**

#### 3.2 Objetivos

De acordo com Quivy e Campenhoudt, “cada investigação é uma experiência única, que utiliza caminhos próprios cuja escolha está ligada a numerosos critérios, como sejam a interrogação de partida, a formação do investigador, os meios que dispõe ou o contexto institucional em que se inscreve o seu trabalho” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p.120).

Desta forma, com esta investigação tentaremos:

- Apurar a frequência com que são mediatizadas regiões fora do distrito do Porto nas páginas do jornal *Público* e perceber o tratamento jornalístico dado aos restantes distritos da região Norte abrangida pelo jornal: Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Guarda, Viseu, Bragança, Coimbra e Aveiro.
- Perceber qual o teor dessa mesma mediatização, ou seja, qual a tipologia dos temas presentes na secção local do jornal.
- Apurar a relevância atribuída aos assuntos das regiões, qual a sua hierarquização nas páginas do jornal, a extensão e o autor da peça (jornalista ou *take* de agência).

### **3.3 Amostra**

Diariamente o jornal dedica duas páginas à secção Local e será esse o objeto de análise deste estudo. Serão analisadas todas as notícias que o jornal publicou no jornal impresso ao longo de três meses – o período correspondente ao meu estágio.

Ao todo são 94 edições e 203 notícias. Apenas uma edição não contou com páginas dedicadas ao Local e, portanto, não foi contabilizada. Tratou-se da edição de 2 de outubro, com o jornal a dedicar uma porção significativa da sua cobertura ao rescaldo das eleições autárquicas do dia anterior. Vai ser utilizada uma amostragem por casos típicos. Este tipo de amostragem tem como objetivo “descrever e ilustrar o que é típico para aqueles não estar familiarizados” com determinada realidade, (Patton, 2002, p.236).

### **3.4 Modelo de Análise**

Muito se falou de proximidade ao longo deste relatório, mas convém sublinhar que quando se traz para a frente este conceito, não falamos somente acerca de proximidade geográfica. Como refere Carlos Camponez (2002), além da proximidade geográfica e física, podemos também incluir neste conceito dimensões temporais, psico-afectivas, socioprofissionais e socioculturais. Como já foi referido, trata-se de uma polissemia de sentidos, explorada de forma estratégica pelos meios de comunicação de massa com o objetivo de fidelizar públicos. Podemos enquadrar desta forma a importância do critério proximidade para jornais de distribuição nacional. Nesta polissemia de sentidos, ouvimos editores falar em opções por uma informação mais próxima ou em jornalismo de proximidade, que tem como objetivo falar diretamente com as pessoas (Camponez, 2012).

Para perceber a tipologia dos temas mediatizados pelo jornal *Público*, adotamos a metodologia desenvolvida por Wendelin, Engelmann & Neubarth (2017). Os autores, para tentar perceber o processo de seleção por parte dos jornalistas (no momento de produção) e audiências (na escolha do que irão ler) tipificaram os temas mais representados nos jornais, dividindo-os em temas públicos e não públicos. Os autores põem a hipótese de que a imprensa de qualidade prefere tópicos relativos a assuntos públicos, enquanto que as audiências que leem na internet preferem tópicos não-públicos.

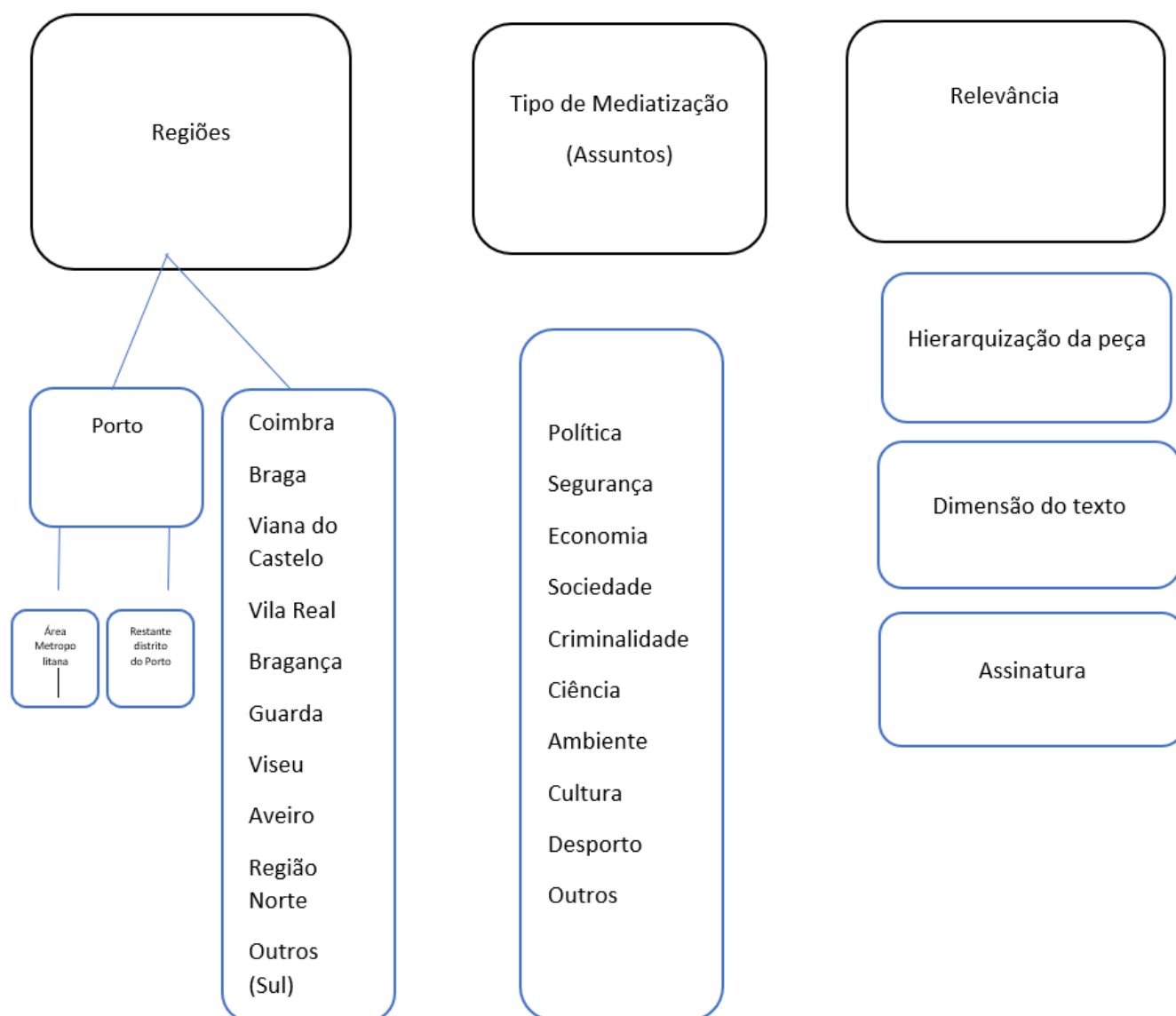
<b>Assuntos públicos</b>	<b>Assuntos não-públicos</b>
Política	Criminalidade
Segurança interna e defesa	Ciência
Economia	Ambiente
Sociedade	Cultura
	Desporto
	Outros

Tabela 1 – Tipificação dos temas das notícias

Mas só isto não bastará para entender o tipo de mediatização feita pelo jornal. É necessário identificar alguns indicadores da relevância que uma determinada peça pode ter no jornal diário. Para esse efeito, elenco três indicadores:

- Posição que ocupa na secção (hierarquização): jornal dedica duas páginas diárias à sua secção Local, mas podemos constatar se a peça aparece na primeira ou se é relegada para a segunda página e, a partir daí, aferir a relevância que o jornal atribui a determinado acontecimento.
- Dimensão da peça: outro indicador importante tem que ver com o comprimento do texto. Parte-se do princípio que um texto maior esmiúça os temas com mais afinco. Um texto maior dará indicações acerca da importância do texto e do tempo dedicado a determinado assunto.
- Autoria: o último indicador prende-se com a assinatura da peça em questão. Como vimos aquando do enquadramento teórico, é sabido que a Lusa garante a cobertura mediática

de todas as regiões de Portugal, mas será interessante perceber a quantidade de textos assinados pela agência em comparação com textos assinados por jornalistas da casa.



**Quadro 1 – Modelo de Análise**

### 3.5 Técnicas de recolha e análise de dados

Conforme foram delineados os indicadores e estando já estabelecido o que esta investigação almeja, é relevante assinalar a técnica de tratamento dos dados a estudar. Para obter os dados de que necessita, o investigador pode recorrer a “publicações de entidades cujo objetivo é a produção de dados ou a outras que tenham a informação pretendida (Silvestre, 2007, p.12). A recolha de dados foi efetuada com recurso às versões impressas – em formato digital– do jornal, sendo que foram escolhidas somente as edições Porto do jornal *Público*. Os dados deram origem a uma grelha de observação, que se traduziu numa base de dados no SPSS.

Como estou a tratar dados quantitativos, usaremos técnicas estatísticas para analisar os dados obtidos. Reis (1996, citado em Morais, 2010, p. 15) sugere como etapas do método estatístico para a resolução de problemas, as seguintes:

- Identificação do problema ou situação;
- Recolha de dados;
- Apresentação dos dados;
- Crítica dos dados

Está estabelecido que esta investigação terá um cariz quantitativo. Segundo Richardson, citado em Carvalho (2016, p.8), citando Richardson (1999) afirma que “a investigação quantitativa é caracterizada pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de recolha de dados, quanto no tratamento destes por meio de técnicas estatísticas, desde a mais simples, às mais complexas”.

Após a recolha estar concluída, usar-se-á a técnica de análise de conteúdo quantitativa para descortinar informações úteis acerca dos indicadores acima elencados. Podemos entender a análise de conteúdo não como um instrumento, mas um leque de apetrechos. Por análise de conteúdo entende-se o seguinte:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/receção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 2011 citada em Ferreira 2014, p.36).

Nesta investigação utilizar-se-á a análise de conteúdo quantitativa, que auxiliará o processo de reinterpretação de mensagens e compreender os seus significados num nível que vai além de uma leitura comum (Moraes, 1999, p.2).

Após recolher os dados, podemos sistematizar a informação em gráficos ou outros instrumentos de representação visual de dados que podem ser facilmente construídos a partir de

diversos programas informáticos ou estatísticos, como o programa SPSS, onde será contruída a base de dados deste projeto de investigação.

Podemos afirmar que a estatística descritiva se resume ao estudo de uma amostra, onde o principal objetivo é a obtenção de algumas características amostrais e construção de tabelas e gráficos onde possa constar toda a informação na forma resumida. Efetivamente, nesta fase procuram-se representações alternativas e sugestivas que substituam um conjunto de dados que se tenha. (Oliveira & Oliveira, 2011, p.7)

## **4 Apresentação e discussão dos resultados**

### **4.1 Produção jornalística sobre as regiões**

Certos conteúdos informativos presentes nas páginas dos jornais podem não se enquadrar na tipificação descrita no capítulo transato de Wendelin, Engelmann & Neubarth (2017) – pelo menos diretamente –, pelo que é apropriado explicar a forma como algumas notícias serão enquadradas. A tipificação permite, em alguns casos, deixar ao critério do investigador a atribuição de categorias às notícias. Por isso, explico aqui algumas dessas decisões.

Uma delas tem que ver com conteúdos aos quais foi atribuída a categoria de Sociedade. Por se tratar de um termo demasiado lato, acabou por receber vários tipos de notícias: desde iniciativas de cidadãos, a temas ligados ao património, passando por reportagens com enfoque em acontecimentos e pessoas, etc. Enquanto que no caso de categorias como “Política”, “Ambiente” ou “Cultura” a identificação era imediata, o mesmo não aconteceu com “Sociedade”. No que toca à categoria “outros”, recebeu os textos sem qualquer relação com a atualidade: efemérides ou perfis, por exemplo, que, por não serem associados a uma localização geográfica, acabaram por ser descartados da categorização convencional. É importante acrescentar que, embora existentes em pouca quantidade, os conteúdos relacionados com saúde e tecnologia foram categorizados na secção “Ciência”.

Tendo estas considerações em mente, convém lembrar que estudar o caso do funcionamento do jornal *Público* num contexto bastante particular é sempre limitador. Sublinho que o estágio teve lugar durante o Verão – incidindo num período mais propenso a férias dos trabalhadores –, e em tempo de campanha eleitoral com eleições autárquicas à vista. Estes fatores podem ter feito com que determinados assuntos fossem priorizados ao invés de outros.

Clarificações feitas, tentaremos nesta secção responder à pergunta construída e que deu o mote a esta pesquisa. Então, a que assuntos é dado relevo na secção Local do jornal *Público*? Que regiões são mediatizadas nas páginas da secção? Respondemos a esta última pergunta em primeiro lugar.

Uma das teses avançadas durante o enquadramento teórico prendia-se com a propensão da cobertura mediática local no contexto de um jornal nacional incidir na região em que o jornal estava inserido, sendo que os meios de informação que rotulamos de nacionais têm um carácter eminentemente regional (Mesquita 1997, citado em Camponez 2002, p. 107). Uma afirmação facilmente comprovável quando analisamos os dados obtidos. O distrito do Porto é presença em 103 das 203 analisadas. Ou seja, mais de metade dos conteúdos informativos analisados estão centrados no distrito mais próximo e, portanto, de mais fácil acesso ao jornalista (50,3%). Destaque para a esmagadora maioria das notícias acerca do Porto se centrarem na Área Metropolitana do Porto (AMP). Somente em seis notícias a atenção do jornal foi canalizada para o distrito do Porto fora dos confins da AMP. Convém sublinhar que figuraram durante este período algumas notícias



na secção Local da Edição Porto do jornal que não faziam referência a qualquer região do norte do país. Eram peças referentes a regiões do sul, o que fez com por 11 ocasiões a versão Porto e Lisboa do jornal que chegou às bancas fosse igual. Tratam-se de temas que os editores do jornal pensam ser do interesse do seu público, passando a segmentação para segundo plano

Depois do Porto, o próximo distrito na lista é Coimbra, com 21 notícias (10,3%), Braga com 16 notícias (7,9%) e Aveiro com 14 notícias (6,9%). Todos os restantes distritos contam com seis ou menos notícias, nunca ultrapassando os 3% (Viana do Castelo, Bragança, Vila Real, Bragança, Viseu e Guarda). Os dois distritos menos representados são Bragança e Guarda, com duas e três notícias respetivamente.

A este respeito relembro um episódio ocorrido durante o estágio: um período em que a seca assolava uma parte significativa do país, havia a possibilidade de ir a Bragança fazer uma reportagem acerca da forma como a cidade e os agricultores estavam a lidar com a situação. A proposta ficou “em banho-maria” porque o jornal tinha um correspondente naquela região, mas que não era muito ativo. Esta informação pode ser de certa forma explicativa para o quase desaparecimento desta região da cobertura desta editoria.

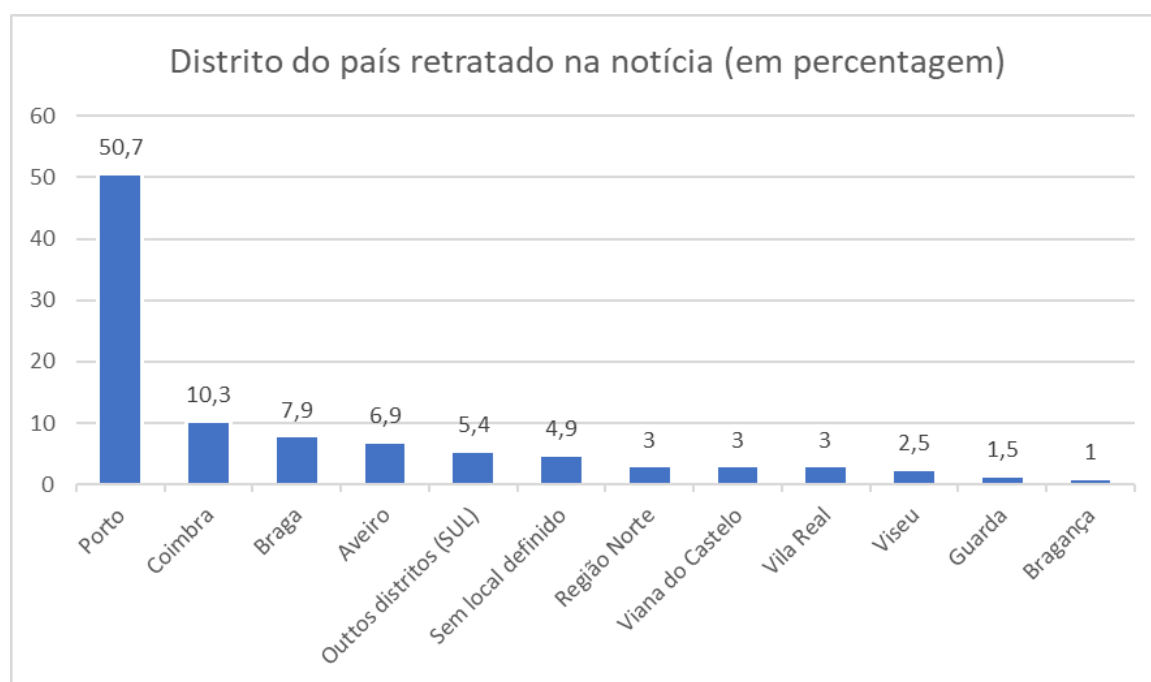


Tabela 2 – Distrito do país retratado na notícia

Estes dados vão ao encontro da ideia que tinha aquando do período de estágio. A supremacia do Porto em relação a todas as outras regiões do país (todas juntas não perfazem a quantidade de notícias dedicadas à cidade) pode ser explicável pela proximidade da instituição aos centros de decisão política e outras instituições influentes. Um indicador que pode trazer veracidade a esta afirmação é o número de notícias assinadas por jornalistas do *Público* em comparação com o número de vezes que o jornal recorreu à agência Lusa para noticiar um acontecimento. No caso do distrito do Porto, apenas 16,5% das notícias não tiveram mão de um jornalista da casa. Mesmo dentro do distrito do Porto, o fator proximidade parece ter uma

acentuada relevância: apenas 3% das notícias acerca do Porto se situavam fora do circuito metropolitano do Porto.

Aliás, o facto de o jornal contar com correspondentes em grande parte do país (as regiões do Litoral Norte eram assinadas invariavelmente pelos mesmos jornalistas) faz com que nesta secção o jornal não recorra à Lusa com a frequência esperada. Das 203 notícias, apenas 28 foram repescadas da agência, sendo a assimetria mais prevalecente nos distritos da Guarda e Viana do Castelo: no caso do distrito da Beira Interior, das três notícias analisadas duas foram provenientes da Lusa, enquanto que no caso do distrito do Alto Minho duas das seis notícias também o foram. Este fenómeno será discutido com mais detalhe nas próximas páginas.

Quando olhamos para os dados obtidos, há ainda outro facto que deve ser ressaltado. Uma percentagem da amostra é relativa a acontecimentos ocorridos fora dos limites da região associada ao Local Porto. Cerca de 5% das notícias foram catalogadas como sendo pertencentes a “Outros Distritos”, ou seja, distritos do Sul (não existiu qualquer mediatização das Regiões Autónomas). Concluimos que durante este período o sul do país foi mais mediatizado do que algumas regiões a norte

Mesmo apresentando a hegemonia do Porto no que toca à mediatização, é bastante saliente a importância dos jornalistas correspondentes para uma maior diversidade da cobertura por parte da secção. Basta atentar que assuntos fora dos limites da cidade correspondem a cerca de metade de todos os assuntos trazidos para as páginas de Local.

## **4.2 Do que se fala quando se fala**

Umas das premissas orientadoras desta investigação estava intimamente ligada ao teor da produção jornalística sobre determinadas regiões por parte do jornal. Entender os média como guias que, através das imagens que geram, nos conduzem e mostram o mundo é uma teoria com dezenas de anos. São essas imagens que usamos para construir significados acerca de assuntos políticos e sociais (Gamson, et al. 1992, p. 374). Para tentar responder a esta pergunta foram tipificados alguns temas proeminentes.

Durante o enquadramento teórico citei, a título ilustrativo, uma entrevista de Álvaro Domingues acerca de muito do jornalismo que se faz a propósito de certas regiões do país. Foram dados exemplos de situações, nomeadamente a mais recente, o colapso da estrada de Borba, e um dos casos mais populares: a queda da ponte Hintz Ribeiro. Posto isto, penso ser importante, antes de avançar para a apresentação e discussão dos resultados, sublinhar que um tema nunca foi abordado pelo jornal: a criminalidade. Algo que pode ser explicado pelo Estatuto Editorial do jornal, onde se lê: “[O *Público*] inscreve-se numa tradição europeia de jornalismo exigente e de qualidade, recusando o sensacionalismo e a exploração mercantil da matéria informativa.”

A partir da tipificação escolhida não é possível avaliar o cariz das notícias abrangidas por esta investigação. É difícil, portanto, aferir se existe uma cobertura negativa acerca das regiões. No entanto, penso ser seguro afirmar que, a partir do que fornecem os dados, no que concerne à

editoria Local Porto, jornalismo de cariz negativo não encontra representação nas páginas da editoria Local do jornal *Público*.

Os autores da tipologia apresentada põem a hipótese de que a imprensa de qualidade prefere tópicos relativos a assuntos públicos, enquanto que as audiências que leem na internet preferem tópicos não-públicos. Nesta investigação focamo-nos nas preferências da instituição jornalística e não da audiência. Indiretamente, os dados desta investigação vão ao encontro da hipótese adiantada por Wendelin, *et al* (2017), já que é comprovável uma predominância de assuntos públicos.

Sem surpresas, o tema mais representado nas notícias analisados é Sociedade. A categorização bastante abrangente permitiu rotular várias notícias dessa feição. Um dos fatores que levou a investigação a arquivar conteúdos dentro desse rótulo foi, em parte, a tendência de o jornal dar voz ao cidadão comum ou a iniciativas que abrangiam a cidade e, por consequência, os cidadãos. Alguns exemplos ilustrativos: a notícia “Em Famalicão, há gente jovem a ressuscitar carros velhos” (Anexo 7), uma reportagem minha focada no processo educacional de alguns jovens da cidade que agora tinham aulas numa oficina. Este assunto não poderia ser catalogado em outra categoria. As reportagens do jornal acerca das rendas excessivas e o impacto do turismo na vida de comerciantes locais ou moradores das zonas históricas das cidades acabam por ser catalogados nesta secção. Muitas vezes, o tema do texto escolhido pelo jornal auxiliava no processo de decisão. Temas como “património”, “iniciativas”, “demografia” ou “educação” eram categorizados em Sociedade.

Por sua vez, temas como “autárquicas” ou “ambiente” eram de categorização imediata, em Política e Ambiente, respetivamente. Quando isso não acontecia, o critério prendia-se com o título e lead do texto. Exemplo: “Dois anos para desassorear albufeira do Mondego”, apresentava Coimbra como tema do texto, mas analisando o teor da notícia facilmente era rotulada como pertencente à temática Ambiente. (Anexo 8)

Para entender a natureza da produção jornalística, todas as notícias foram categorizadas. Estes foram os resultados obtidos na cidade do Porto: Sociedade liderou com cerca de 40 notícias (38,8%), seguida por Política com 24 notícias (23,3%), Cultura conta com 12 notícias (11,6%); com menos de dez notícias figuram Ambiente e Economia, com sete notícias (6,8%). As restantes categorias apresentam valores residuais, sendo que Ciência (onde se incluíam notícias sobre saúde e tecnologia), Desporto e Segurança contabilizaram três notícias.

À primeira vista parece haver uma clara sub-representação de alguns temas, como Desporto, Economia ou Segurança. É conveniente clarificar que o jornal possui secções destinadas a estas temáticas, pelo que não é de todo improvável que muito conteúdo seja “desviado” para estas páginas. Para conceder alguma robustez à afirmação lembro, a título de exemplo, que todas as notícias relativas a Desporto nesta análise foram provenientes do evento Red Bull Air Race, que ocorreu no Porto naquele ano. Tratava-se de um evento que mobilizou muita gente para as margens do Douro e transcendia o que normalmente figura nas páginas da secção de Desporto. Fiquei a cargo da cobertura deste evento e como se pode comprovar (Anexo 9) o evento deu azo à articulação das cidades do Porto e Gaia. Foi esta articulação e a saída de pessoas à rua que permitiu que este evento figurasse nas páginas do Local.

Para além do Desporto, podemos associar outro tema àqueles praticamente exclusivos do Porto: Segurança. Das quatro vezes que a tipificação do tema foi Segurança, em todas elas o distrito mediatizado foi o Porto (mais concretamente à AMP), sendo que numa notícia o Porto era a segunda região referida numa peça que abrangia as medidas de segurança contra o terrorismo nas duas maiores cidades portuguesas: Lisboa e a Invicta.

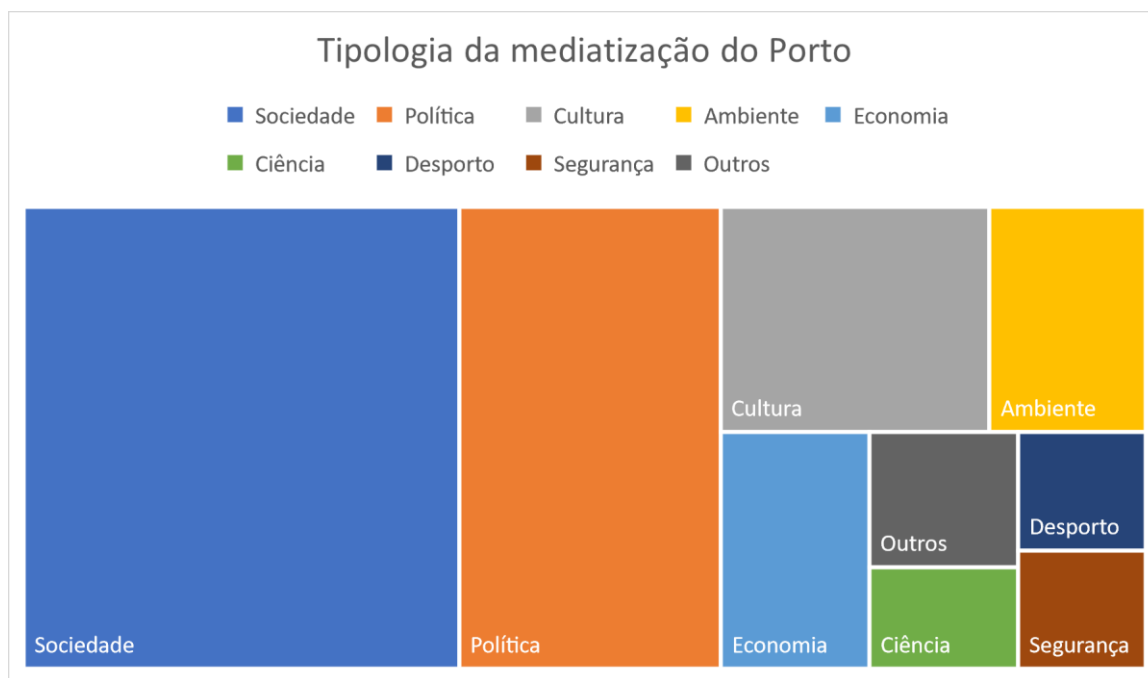


Tabela 3 – Tipologia da mediatização do Porto

Centrando-nos no resto dos distritos analisados, chegamos a conclusão semelhante. Aparte a sub-representação patente das regiões, o tipo de cobertura é bastante idêntico. Fazendo uma análise detalhada dos dados, constatamos que Sociedade é a temática mais mediatizada nos restantes distritos, seguida de perto por Cultura. Algo que penso ser relevante. Aliás, a secção Local dissemina bastantes informações relativas a espetáculos culturais e assuntos de cariz ambiental (Anexo 10). A supremacia da Sociedade e Cultura é latente visto que, das 90 notícias que mediatizam a região Norte – excluindo o Porto –, 57% (52 notícias) dizem respeito a esses temas. Talvez mais surpreendente é a relegação do tema Política. Enquanto que assuntos políticos alusivos ao Porto foram retratados com relativo afinco – lembro que era o segundo tema mais mediatizado – nas restantes regiões Norte essa tendência não se aplica. Na soma dos distritos seleccionados para esta investigação, apenas 13 notícias tinham a Política como tema principal (14%).

Esta investigação também auscultou o tipo de tema “secundário” presente nas notícias. Ou seja, por mais do que uma vez, uma notícia poderia não se encaixar apenas numa categoria e, por isso, o assunto acabava por receber duas categorizações (ainda que fosse identificado o tema preponderante). No fim, acaba por não haver lugar para supressas. Esta segunda classificação foi utilizada em 40 notícias e as categorias Sociedade e Política também são as mais mediatizadas.

Desde o início do meu estágio senti as eleições autárquicas a aproximarem-se de forma galopante. Associei esse período a uma maior produção de conteúdo informativo de índole política, mas tal acabou por não se traduzir na realidade. Não existiu uma presença assídua de Política na secção Local. Pelo menos, no que aos distritos “extra-Porto” diz respeito. Talvez o facto de o jornal apresentar uma secção dedicada à Política – no jornal impresso é uma das secções que antecede o Local – tenha feito com que muita informação relativa à corrida eleitoral tenha sido canalizada para essas páginas.

Traquina (2002), nos seus critérios contextuais, apresentava o dia noticioso como um fator relevante para a presença de determinadas notícias nos média em detrimento de outras, já que os acontecimentos concorrem entre si no dia-a-dia. Um dia preenchido pode fazer com que uma ocorrência não chegue às notícias, quando num dia diferente a decisão poderia ser outra. No jornal acontecia com alguma regularidade certas notícias ficarem “no forno” por não serem prioritárias e o jornal preferir guardá-las para dias mais sossegados. Numa altura com eleições à porta e com poucos jornalistas a trabalhar devido às férias é provável que alguns assuntos mediatizados não o fossem numa outra altura.

Conclui-se que o jornal oferece uma cobertura bastante diferenciada aos leitores. Obviamente que o produto final do jornalismo local limado por um jornal de distribuição nacional seria bastante dispar em comparação com um meio local. Algo que acaba por se traduzir na apresentação de um jornalismo distinto, focando-se em certas comunidades, mas com um estilo diferente. Como adianta García (2008), “apesar dos novos canais e do incremento da oferta, os utilizadores continuam a precisar de informação qualitativa num panorama onde reina a oferta quantitativa e os produtos informativos nem sempre lhes oferecem os conteúdos que procuram” (2008, p.72).

### **4.3 Hierarquia**

Como seria de esperar a partir da análise relatada, quando atentamos numa das variáveis - a hierarquização da peça dentro das páginas destinadas ao Local -, percebemos que o Porto tem um maior número de peças a figurar na primeira página do jornal impresso. Habitualmente são as peças de primeira página – página par – que dão oportunidade de fazer um trabalho jornalístico mais aprofundado. Ou seja, por norma, o jornalista que assinou a peça – na primeira página todas as peças foram assinadas - tem mais tempo para trabalhar as fontes de informação e produzir um texto mais detalhado sobre o assunto em questão, apresentando mais pontos de vista para construir aquela realidade.

A editoria detém apenas duas páginas do jornal, mas é importante destacar também a rara existência de uma terceira página de Local, para onde foram relegadas seis notícias durante os três meses de edições analisadas. Metade delas eram sobre Política devido à aproximação das eleições autárquicas. Como já foi dito, a análise à hierarquização das peças só não foi possível

numa edição: a do dia a seguir às eleições autárquicas, quando o jornal fez um apanhado geral do que se passou por todo o país, não estando demarcada a secção.

Atentando nos números recolhidos repara-se que de todas as notícias que saíram no jornal impresso, 92 notícias figuram na primeira página, enquanto que na segunda página o número fixa-se nas 105 (Anexo 11). Facto facilmente explicável pelo carácter mais curto das notícias dessas páginas, onde podem aparecer três ou mais notícias em determinadas edições. Mas é mais importante para esta análise atentar na distribuição de distritos por página. O Porto conta com 39 aberturas, 62 notícias de segunda página e duas de terceira. Braga apresenta uma supremacia de notícias de primeira página, tal como Aveiro. Estes dois distritos apresentam uma percentagem maior de primeiras páginas tendo em conta o número total de textos (Braga com nove em 16 e Aveiro com dez em 14). O caso de Vila Real é particular: das seis vezes que foi notícia, em metade dos casos foi destaque. Os restantes distritos são mais representados nas páginas dois e três do Local. Reitera-se a importância dos correspondentes nesta editoria, que faz com que várias regiões não figurem tantas vezes nas primeiras páginas.

É importante destacar alguns casos diferentes. Viana do Castelo, das seis vezes que foi notícia conta com apenas uma chamada principal; Viseu não figura uma única vez na primeira página, não obstante ter sido notícia cinco vezes. Sublinha-se igualmente o caso de Coimbra: embora por várias vezes nas primeiras páginas (nove), a maioria das notícias relativas ao distrito aparecem nas páginas posteriores (12).

Estes dados são relevantes já que se é verdade que o Porto lidera em termos numéricos as chamadas a primeira página, se atentarmos no rácio por distrito o caso é diferente. Este fenómeno parece indicar uma tendência por parte do jornal de priorizar notícias acerca dos distritos tendencialmente menos mediatizados. Fica a ideia que se houvesse mais produção acerca destas regiões, a cobertura seria mais equilibrada, já que quando o jornal dispõe de informação que vai ao encontro dos seus estatutos editoriais a localização é secundária.

#### **4.4 Dimensões**

No jornal *Público* a formatação da página torna possível a existência de cinco colunas de texto. Por vezes, a secção Local albergava anúncios publicitários que acabavam por cortar algum espaço da página. Este apontamento é relevante, já que a forma que encontrámos para medir a dimensão – as colunas que o texto ocupa – tem as suas limitações. Aconteceu, ainda que raramente, a publicidade numa página “achatar” o texto, fazendo que esse ocupe mais colunas do que o que normalmente aconteceria, já que o texto em cada uma era mais curto. Não era algo recorrente, mas pode ter alguma influência nos resultados obtidos.

Olhando para os resultados do cruzamento das variáveis “Distrito da região mediatizada” e “Dimensão do texto”, reparamos que as regiões com mais percentagem de notícias extensas não são acerca de qualquer distrito do Norte, mas sim de outros distritos (regiões do Sul de Portugal). Normalmente, quando estas peças eram “desviadas” para o Local Porto acabavam por ser bastante extensas. Das 11 vezes em que “outros distritos” foram mediatizados, por nove vezes

o assunto ocupou seis ou mais colunas, o que se traduz na totalidade da secção Local (notícias com mais de cinco colunas tendem a fazer um plano). Não é caso único. Nota-se em alguns distritos a tendência para que a produção seja mais ampla. Aveiro, por exemplo, é retratado em textos tendencialmente mais longos: das 14 vezes em que foi notícia, por dez vezes os textos preenchiavam uma página ou mais. Algo semelhante ocorre com o distrito de Braga: em 16 notícias acerca desta região minhoto, por dez vezes foi necessário reservar pelo menos página do jornal.

No Porto, embora o rácio não seja semelhante àqueles acima citados, a verdade é que acaba por ser a região mais vezes representada nas primeiras páginas e, consequentemente, com tendência a expandir-se para as restantes. Quarenta e dois por cento das notícias acerca do distrito Porto ocuparam cinco ou mais colunas, sendo que a maior parte desfrutavam de cinco colunas. O Porto é o distrito que mais vezes reservou para si a totalidade do espaço disponível para o Local. Das 39 vezes em que um distrito reservou para si a secção, com um texto de seis ou mais colunas, por 14 vezes foi o Porto. Curiosamente, o distrito que se segue ao Porto não é da região Norte, mas sim “Outros distritos”, ou seja, regiões do Sul.

No extremo oposto, verificamos que no distrito transmontano de Vila Real, metade das publicações não passam das duas colunas: uma notícia com apenas uma coluna e outra com duas. Mas existem casos em que as assimetrias são mais visíveis. As cinco notícias relativas ao distrito de Viseu nunca foram além das três colunas. O distrito da Guarda, que foi notícia três vezes nos três meses alvo de análise, por uma vez foi destaque – com seis ou mais colunas. As outras duas notícias não passavam de breves, que ocuparam apenas uma coluna no jornal impresso. Em Viana do Castelo o caso é similar. Noticiado por seis vezes apenas por uma ocasião teve espaço correspondente a uma página do jornal (Anexo 12).

Penso que esta questão estará ligada ao facto de o jornal não contar com correspondentes em toda a região Norte. A título de exemplo, uma das peças que escrevi foi acerca de uma iniciativa educativa em Viana do Castelo. Fi-lo, no entanto, a partir da secretária, no Porto, sem ir ao local. Isto irá traduzir-se, quase obrigatoriamente, num texto mais reduzido, não tendo o tema um tratamento tão intensivo como ocorreria se tivesse ido ao sítio. As idas ao local podem, por vezes, resultar em reportagens. As reportagens são presença relativamente assídua nas páginas do jornal e resultam num texto mais extenso. A afirmação de Álvaro Vieira, jornalista do Público, citado no decorrer deste relatório a propósito da intenção da editoria “dizer mais” com as histórias que conta e “acrescentar” perspectivas e vozes é comprovável. Noutro âmbito, o facto de alguns assuntos longe do Porto serem tratados a partir do telefone pode ajudar a entender os textos mais curtos atribuídos a determinados distritos.

#### **4.5 Assinatura da peça**

Abordei neste capítulo do relatório, ainda que ao de leve, a tendência do jornal em não recorrer a agências de informação para noticiar os acontecimentos, havendo uma clara preferência em ser um jornalista da casa a tratar dos acontecimentos que o *Público* noticia. Esta característica permite

aferir o peso que os correspondentes do jornal têm no jornal e a quantidade de informação que geram para o jornal impresso.

Aproximadamente 86% das peças são assinadas. Das 203 peças reclamadas para a análise apenas 28 tiveram o cunho da agência *Lusa*. São conclusões semelhantes às obtidas por Magalhães (2011). Num estudo efetuado à editoria Local Porto, em que foram estudadas mais de 700 notícias, conclui-se que artigos “com participação das notícias da Lusa, seja na íntegra, de forma participada, ou citando a agência como fonte” perfazem 20,48% do total das notícias (Magalhães, 2011, p.57). A investigação citada, ao contrário desta, não teve lugar durante os meses veranís e em tempo de campanha autárquica, pelo que poderia ser expectável um resultado diferente.

No entanto, fica também a nota da preponderância acentuada que os correspondentes ganham nesta editoria. A esse propósito, recorro um dos valores-notícia contextuais adiantados por Traquina (2002): a disponibilidade. A facilidade com que é possível fazer a cobertura do acontecimento determina também o que aparece nas páginas dos jornais. Embora “não seja possível ir a todas”, os correspondentes ajudam a mitigar esta realidade. Como vimos, as regiões extra-Porto perfazem cerca de metade da cobertura e grande parte dela é executada por correspondentes, a trabalhar longe da base.

Antes de passarmos em revista a preponderância dos jornalistas em cada distrito do Norte, aproveito para fazer menção ao facto de 26 das 28 notícias terem uma dimensão de três colunas ou menos, sendo que as restantes duas notícias, de cinco colunas, beneficiam da publicidade da página que, ao achatar o texto, eleva o número de colunas necessárias para acolher o texto.

Ora, centrando-nos na distribuição por distrito, apenas num caso existe uma supremacia da agência em relação aos jornalistas: no distrito da Guarda, das duas das três notícias foram assinadas pela Lusa. No resto do território nortenho não é visível esta assimetria. A esmagadora maioria dos artigos são assinados por jornalistas. A título de exemplo: Braga (15:1); Vila Real (5:1); Coimbra (19:2); Aveiro (13:1). O rácio é significativo (Anexo 13)

Este dado não me surpreende. Os jornalistas correspondentes mantêm um território bem definido e se há algo que encaixa nas linhas editoriais do jornal então entra na agenda. Esta tendência também acaba por explicar a pouca representação de notícias nos distritos mais longe do litoral do país. O *Público* não tinha, à data da ocorrência do estágio pelo menos, correspondentes que garantissem uma cobertura consistente dessas regiões





## Considerações finais

O local, graças à internet, supera os limites geográficos e a informação local alcança em estabelecer-se na agenda dos média digitais, superando largamente as fronteiras geográficas para centrar-se em temáticas que, sendo de especial interesse para uma comunidade limitada, são perfeitamente reconhecidas e assumidas como próprias por audiências que transcendem essa comunidade mais próxima. (García, 2008, citado em Posse, 2012, p.129)

Os três meses de estágio curricular no jornal *Público* foram repletos de momentos importantes na minha formação como jornalista. No papel de aspirante, pude colocar à prova o que sabia e absorver o máximo acerca do funcionamento da redação de um jornal que sai todos os dias para as bancas de todo o país. Ser uma peça na engrenagem dessa máquina foi muito gratificante.

Evolui bastante desde os primeiros tempos até às últimas semanas do jornal. Três meses acaba por ser pouco tempo para quem nunca tinha tido uma experiência semelhante, mas sinto que, em certa medida, dei o meu contributo para o jornal. O período mais complicado foi, sem sombra de dúvida, o mês de agosto. Senti uma incapacidade enorme em sugerir histórias de possível interesse para o jornal e, se tivesse uma ideia, a sua execução tornava-se difícil pela ausência de fontes de informação disponíveis para falar sobre o assunto.

Na minha opinião, a secção Local é a mais interessante para um estagiário absorver experiências em vários “jornalismos”. O facto de todos os dias serem uma surpresa, no que toca aos temas que podem vir a ser trabalhados, torna o quotidiano mais desafiante: ambiente, cultura, política, iniciativas de cidadãos, inovação, etc. Tudo passa por lá. Foi este carácter multifacetado que me levou a ponderar a mediatização das regiões abarcadas pela editoria como tema para este relatório. O facto de a secção estar circunscrita a um território bem definido torna-a diferente das restantes.

Posta esta particularidade, nas páginas antecedentes a esta conclusão discutiu-se, numa porção significativa, a importância da proximidade (geográfica ou emocional) para o jornalismo. Percebemos que a proximidade é um valor relativo à dimensão e localização do jornal que relata o acontecimento (Piedrahita, 1993, citado em Gradim, 2000). E que, no fundo, pode ser uma importante estratégia de fidelização de públicos por parte de jornais de distribuição nacional. Com esse enquadramento possibilitado pela revisão de literatura, a investigação ganhou matéria e substância através da apresentação e discussão dos dados recolhidos. Esta investigação não se muniu de hipóteses para a guiar, mas os dados indicaram algumas facetas da mediatização do jornal no que toca a determinadas regiões que se situam longe dos habituais centros de decisão.

Partimos para esta investigação com três objetivos predominantes: determinar a frequência da mediatização das regiões do Norte do País nas duas páginas da secção; entender se existe uma diferença entre os assuntos mediatizados nas páginas da editoria e se existem diferenças assinaláveis entre regiões, no que toca à relevância que lhes é atribuída e aos temas tratados, a partir da hierarquização nas páginas do jornal.

Os dados acabam por ir ao encontro daquilo que tinha sido a minha experiência durante o estágio. O facto de a maioria da produção jornalística nesta editoria ter o Porto como principal figura (na esmagadora maioria das vezes a Área Metropolitana) acaba por não ser uma surpresa. Falamos de uma editoria à qual são apenas dedicadas duas páginas diárias e, com a localização de importantes centros de decisão e de influência nas grandes cidades, a facilidade de entrar em contacto com fontes e produzir conteúdo torna-se mais fácil. Durante o estágio, era perceptível a facilidade de contactar fontes do distrito do Porto.

No outro extremo, a sub-representação de algumas regiões é a matéria mais relevante nos dados encontrados. Se o Porto tem, em média, pelo menos uma notícia por edição, existem regiões que não atingem sequer as dez notícias durante os três meses estudados. As regiões de Trás-os-Montes e Alto Douro e da Beira Interior, as duas regiões mais distanciadas do litoral, são apenas mediatizadas 16 vezes. Apesar da sub-representação, a tipologia dos temas é praticamente idêntica à das outras regiões: discussão com temas relativos à cultura e às artes, assim como um olhar atento à sociedade civil.

Estes assuntos, embora enquadrados numa secção Local, são obviamente diferentes daqueles que encontramos num jornal regional ou local que aborda o mesmo território. Cada instituição tem as suas particularidades e existem várias disparidades que justificam coberturas distintas. A secção Local do jornal *Público* providencia uma cobertura desequilibrada da região Norte, algo que se deve ao facto de não contar com correspondentes em todos os distritos da região de forma permanente. É perceptível a disponibilidade do jornal dar destaque a várias regiões nortenhas, mas isso só ocorre se existir trabalho por parte dos correspondentes. A predominância do Porto como região mais mediatizada acaba por não ser surpreendente dado que o jornal tem mais jornalistas focados naquele distrito. Os estagiários que passam pela editoria também acabam por trabalhar o distrito do Porto, pois estagiam na cidade.

Durante o estágio, parte das sugestões que propus tratavam assuntos longe do distrito do Porto. O jornal esteve sempre recetivo a noticiar qualquer região, desde que o assunto fosse abordado de um ângulo singular e tratado com sobriedade. A partir dos dados é perceptível a preferência do jornal por textos assinados e tratados por jornalistas da casa (no que toca à edição impressa, pelo menos).

Falei a certa altura durante a minha experiência de estágio que uma das minhas primeiras experiências a escrever para o jornal nasceu de uma nota de imprensa enviada para o jornal e reencaminhada para mim. A proatividade das fontes seria uma questão passível de ser discutido e estudado. Como não tenho qualquer ligação a distritos como Guarda e Bragança (para

mencionar apenas aqueles menos mediatizados), torna-se difícil a um jornalista a trabalhar a partir do Porto tratar temas destas regiões. Ressalvo novamente a importância dos correspondentes nestas regiões já que, como foi demonstrado no enquadramento teórico, a presença no terreno é fulcral para um melhor tratamento do tema e para mediatizar o assunto fazendo uso da memória jornalística – alguém que trabalhe determinado local com frequência produzirá textos mais incisivos e aprofundados.

Convém também realçar que a editoria conta com apenas duas páginas de jornal para noticiar bastantes distritos. Penso que o tipo de mediatização feito pelo jornal é bastante diferente daquela que se vê noutros jornais em secções semelhantes. Uma das razões pela cobertura ser diferente, tem que ver com a dimensão dos textos. Dificilmente uma peça de teatro, exposição ou uma iniciativa de cidadãos dará origem a um texto de cinco colunas noutro jornal, mas o *Público* dá bastante espaço ao jornalista para esmiuçar estes assuntos.

Através dos dados também se percebe uma aparente priorização de distritos onde o jornal tem correspondentes. Em Braga, Aveiro e Coimbra há uma grande percentagem de notícias “puxadas” para a primeira página algo que traduz em textos de maior dimensão. Mas para existirem textos aprofundados e em quantidade é preciso que alguém os escreva. Os constrangimentos que afetam a profissão são conhecidos: as redações têm tendência a encolher e a precariedade afeta muitos profissionais desta área. Nesta conjuntura parece-me complicado assistir-se a uma mudança de paradigma. Sublinho, no entanto, o carácter singular do trabalho do jornal no que toca a esta editoria: o *Público* não vai ao Portugal mais distante em caso de catástrofe..

No decorrer desta investigação falou-se na forma como a proximidade pode ser utilizada pelos jornais nacionais para captar audiências longe da sua base. No entanto, com a democratização da tecnologia e consequente difusão de meios de comunicação, Para García (2008), esta avalanche de meios de informação inundou também os utilizadores, algo que até pode ser benéfico para jornais de referência como o *Público*: “os utilizadores continuam a precisar de informação qualitativa num panorama onde reina a oferta quantitativa e os produtos informativos nem sempre lhes oferecem os conteúdos que procuram” (2008, p.72).

## **Limitações e sugestões futuras**

Este trabalho baseou-se no caso específico do jornal *Público*, um jornal assumidamente de referência no panorama mediático português. Foi sublinhado várias vezes o carácter específico em que ocorreu o estágio e a forma como o conteúdo produzido pelo jornal pode ter sido impactado por tal contexto: redação (e, consequentemente algumas editorias) a meio gás devido às férias e uma campanha autárquica ao virar da esquina. Junta-se a estas condicionantes a limitação de agosto: se os jornalistas tiram as suas férias por esta altura é porque do outro lado – o lado das fontes -, a atividade esmorece imenso. Instituições públicas, por exemplo, tornam-se quase impossíveis de contactar.

Esta limitação conduz a uma sugestão: um estudo mais amplo e significativo do fenómeno da mediatização regional por órgãos generalistas de âmbito nacional. Como se pode constatar pela metodologia utilizada, esta investigação não consegue mais do que destapar algumas assimetrias existentes. Falta, no entanto, alguma profundidade que só um estudo mais aparatoso poderia oferecer. Uma delas tem que ver com o carácter da tipificação utilizada. Como deu para perceber, não foi possível explorar detalhadamente os temas abordados no jornal sem incorrer em algumas generalizações. No enquadramento teórico enumerei algumas teorias relativas aos efeitos dos média, tais como o *framing*. Seria útil estudar, não se limitando exclusivamente a um jornal, os *frames* adotados pelos jornalistas para mediatizar certas regiões, um aspeto que não foi possível apurar numa investigação desta envergadura.

Era difícil compreender o tem dos textos, especificamente a negatividade, a partir de dados meramente quantitativos, embora a ausência da temática da Criminalidade possa ser útil para concluir algo semelhante. Foi, aliás, a única das categorias sem qualquer representação. Uma investigação que se foque exclusivamente nessa temática poderia ser relevante.

## Bibliografia

Araújo, R. & Coelho, Z. P. & Lopes, F (2016). Representações do suicídio na imprensa generalista portuguesa. *Revista Portuguesa de Saúde Pública* 2016;34(2):173–185. Acedido em:

<http://www.elsevier.es/en-revista-revista-portuguesa-saude-publica-323-pdf-S0870902516300074>

Araújo, R. & Lopes, F. (2014). Olhando o agenda-building nos textos de saúde: um estudo dos canais e fontes de informação. In M. L. Martins & J. Verísson (Eds.), *Comunicação global, cultura e tecnologia*. Livro de Atas do 8º Sopcom (pp. 749-753). Lisboa: Sopcom/ESCS. Acedido em:

[http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29757/1/RA\\_FL\\_agenda\\_building\\_saude.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29757/1/RA_FL_agenda_building_saude.pdf)

Bastos, H.(2010). Da implementação à estagnação: os primeiros doze anos de ciberjornalismo em Portugal. Actas do VI Congresso da SOPCOM, pp. 2513-2527, Universidade Lusófona, Lisboa. Acedido em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bastos-helder-da-implementacao-a-estagnacao.pdf>

Bednarek, M., & Caple, H. (2012). 'Value added': Language, image and news values. *Discourse, Context & Média*, 1(2-3), 103-113. doi:10.1016/j.dcm.2012.05.006

Braun, J. A. (2009). *Rehashing the gate: News values, non-news spaces, and the future of gatekeeping*. Unpublished masters thesis, Cornell University. Acedido em: <https://ecommons.cornell.edu/bitstream/handle/1813/11652/BraunThesisFinalDraft.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Breed, W. (1955). Social Control in the Newsroom: A Functional Analysis. *Social Forces*, 33(4), 326-335. doi:10.2307/2573002

Caldevilla, D. (2013). *Nuevas fórmulas de periodismo: Periodismo de proximidad 2.0*. CIC. Cuadernos De Información Y Comunicación, 18, 165-176. doi:10.5209/rev\_CIYC.2013.v18.4172

Camponéz, C. (2002). *Jornalismo de proximidade*. Coimbra: Minerva.

Carvalho, J. R. (1996). Os média e os poderes locais. Acedido em <http://bocc.ubi.pt/pag/carvalho-ricardo-Média-poder.html>

Carvalho, L. (2016). *Sebenta de apoio. Metodologias e Técnicas de Investigação*. Mestrado em Gestão. Acedido em:

[https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/5932/1/Sebenta\\_MTI\\_LuisaCarvalho.pdf](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/5932/1/Sebenta_MTI_LuisaCarvalho.pdf)

Coutinho, C. M. (2014). *Metodologia de investigação em ciencias sociais e humanas: Teoria e prática*. Coimbra: Almedina.

Correia, J. C. (2009) *Teoria e Crítica do Discurso Noticioso Notas sobre Jornalismo e Representações Sociais*, Coimbra: Universidade da Beira: Labcom [eBook] . Acedido em: [www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110819-correia\\_teor%C3%ADa\\_critica\\_discurso\\_noticioso.pdf](http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110819-correia_teor%C3%ADa_critica_discurso_noticioso.pdf).

Curiel, C. P., Rubio, D. G., González, T. S., & Berenguer, B. Z. (2015). El uso de fuentes periodísticas en las secciones de Política, Economía y Cultura en el periodismo de proximidad español. *Estudios Sobre El Mensaje Periodístico*, 21(0). doi:10.5209/rev\_esmp.2015.v21.50661

Díaz, A. R. (2008): Localización de la información internacional en un mundo global. In *actas del II Congreso Internacional de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación, Santiago de Compostela*. Acedido em: <https://eprints.ucm.es/7873/1/Comunicaci%C3%B3nAE-IC.pdf>

Donnelly, L. (2005). Proximity, Not Story Format, Improves News Awareness among Readers. *Newspaper Research Journal*, 26(1), 59-65. doi:10.1177/073953290502600107

Dutton, J. E. (1986). Understanding strategic agenda building and its implications for managing change. *Scandinavian Journal of Management Studies*, 3(1), 3–24. [http://doi.org/10.1016/0281-7527\(86\)90008-3](http://doi.org/10.1016/0281-7527(86)90008-3)

Entman, R. M. (2007). Framing Bias: Media in the Distribution of Power. *Journal of Communication*, 57(1), 163-173. doi:10.1111/j.1460-2466.2006.00336.x

Feagin, J., Orum, A., & Sjöberg, G. (1992). A Case for the Case Study. *Social Forces*, 71(1), 240. doi: 10.2307/2579984

Fernandes, M. L. (2005). *A proximidade como critério de noticiabilidade na notícia local*. III Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Florianópolis, 27-29 Novembro 2005

Fontcuberta, M. (1993). *La Noticia –Pistas para percibir el mundo*. Barcelona: Paidós.

Ferreira, G. B. (2018). Gatekeeping Changes in the New Média Age: The Internet, Values and Practices of Journalism. *Brazilian Journalism Research*, 14(2), 486-505. doi:10.25200/bjr.v14n2.2018.1026

Galtung, J., & Ruge, M. H. (1965). The Structure of Foreign News. *Journal of Peace Research*, 2(1), 64-90. doi:10.1177/002234336500200104

Gamson, W. (1992). Media Images and the Social Construction of Reality. *Annual Review of Sociology*, 18(1), 373-393. doi:10.1146/annurev.soc.18.1.373

Gans, H. J. (1980). *Deciding Whats News*. New York: Vintage Books.

Garcia, X. L. (2017). Realidades e desafios do ciberjornalismo de proximidade. *Média e jornalismo de proximidade na Era Digital*, 119-136. Acedido em: [http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/201710181743-201710\\_mediajornalismoproximidade\\_pjeronimo.pdf](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/201710181743-201710_mediajornalismoproximidade_pjeronimo.pdf)

Gasher, M. (2009). Guest Editor's Introduction. In Aether: *The Journal of Media Geography*. Vol. iv, i-ii, March 2009. Acedido em: <https://mgm.arizona.edu/sites/default/files/articles-pdf/introduction%20%282%29.pdf>

Gerring, J. (2007). *Case study research*. Cambridge: Cambridge University Press.

Gomis, L. (1991). Teoria del Periodismo: Cómo se forma el presente. Barcelona: Paidós

Gradim, A. (ed.). (2000). *Manual de Jornalismo*. Covilhã: Universidade da Beira Interior. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/gradim-anabela2-manual-jornalismo-6.html>

Hall, S. & Critcher, C. & Jefferson, T. & Clarke, J. & Roberts, B. (1978) *Policing the Crisis*. Hong Kong. The Macmillan Press Ltd

Harcup, T., & O'Neill, D. (2001). What Is News? Galtung and Ruge revisited. *Journalism Studies*, 2(2), 261-280. doi:10.1080/14616700118449

Jerónimo, P. (2010). Da Imprensa aos Média Locais Digitais: O caso do distrito de Leiria.. *Estudos em Comunicação*, N.º 7 -Volume 1 –Maio de 2010. Covilhã: LabCom – Laboratório de Comunicação e Conteúdos Online da Universidade da Beira Interior. Acedido em: <http://www.labcom.pt/ec/07/pdf/jeronimo-da-imprensa.pdf>

Jerónimo, P. (2015). *Ciberjornalismo de proximidade: Redações, jornalistas e notícias online*. Covilhã: LabCom.IFP. [eBook]. Acedido em: [http://www.labcomifp.ubi.pt/ficheiros/201510231222-201519\\_ciberjornalismo\\_pjeronimo.pdf](http://www.labcomifp.ubi.pt/ficheiros/201510231222-201519_ciberjornalismo_pjeronimo.pdf)

Kim, S., Han, M., Choi, D., & Kim, J. (2012). Attribute agenda setting, priming and the media's influence on how to think about a controversial issue. *International Communication Gazette*, 74(1), 43-59. doi:10.1177/1748048511426991

Kim, S., Scheufele, D. A., & Shanahan, J. (2002). *Think about it This Way: Attribute Agenda-Setting Function of the Press and the public's Evaluation of a Local Issue*. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 79(1), 7-25. doi:10.1177/107769900207900102

Labella, L. I. (2012). El nuevo periodismo de proximidad, una ventana abierta al mundo. In *Ágora jornalismo de proximidade: limites, desafios e oportunidades* (pp.87-98). Acedido em: [http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20121224-agora\\_ebook.pdf](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20121224-agora_ebook.pdf)



García, X. L. (2008). *Ciberperiodismo en la proximidad*. Sevilla: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones

García, X. L. (2017). Realidades e desafios do ciberjornalismo de proximidade. *In Media e Jornalismo de Proximidade na Era Digital* (pp119-136)- .Covilhã. Labcom. Acedido em: [www.labcomifp.ubi.pt/ficheiros/201710181743201710\\_mediajornalismoproximidade\\_pieronimo.pdf](http://www.labcomifp.ubi.pt/ficheiros/201710181743201710_mediajornalismoproximidade_pieronimo.pdf)

Lippmann, W. (1921) *Public Opinion* Wading River, Long Island: W.W. Norton & Company

Martin, S. R. (1988). Proximity of Event as Factor in Selection of News Sources. *Journalism Quarterly*, 65(4), 986-989. doi:10.1177/107769908806500424

Mccombs. M. E. (2011). *The Agenda-Setting Role of the Mass Média in the Shaping of Public Opinion*.

Mccombs, M. E. (2014). New Directions in Agenda-Setting Theory and Research. *Advances in Foundational Mass Communication Theories*, 131–152.

<http://doi.org/10.4324/9781315164441-9>

Magalhães, A. (2011). O peso da agência noticiosa no jornalismo diário : o caso da Lusa e do Público. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Acedido em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/19762>

Moraes, R. (1999) Análise de Conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v.22,º37, pp. 7-32.

Acedido em

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod\\_resource/content/1/Roque-Moraes\\_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf)

Mccombs, M. E., & Shaw, D. L. (1972). The Agenda-Setting Function of Mass Média. *Public Opinion Quarterly*, 36(2), 176. doi:10.1086/267990

Mccombs, M. E., & Shaw, D. L. (1993). The Evolution of Agenda-Setting Research: Twenty-Five Years in the Marketplace of Ideas. *Journal of Communication*, 43(2), 58-67. doi:10.1111/j.1460-2466.1993.tb01262.x

Morais, C. (2010). *Descrição, análise e interpretação de informação quantitativa*. Instituto Politécnico de Bragança. Acedido em:

<http://www.ipb.pt/~cmmm/discip/ConceitosEstatistica.pdf>

Obercom, Observatório de Comunicação (2018). *A análise de perfis de utilização. Actividade, desafios e políticas públicas para o sector*. Acedido em: <https://obercom.pt/wp-content/uploads/2018/04/CIUL-CV-OberCom2018-Jornais-regionais-Ana%CC%81lise-de-perfis-de-utilizac%CC%A7a%CC%83o.pdf>

Oneill, D., & O'Connor, C. (2008). The Passive Journalist. *Journalism Practice*, 2(3), 487-500. doi:10.1080/17512780802281248

Oliveira, A. & Oliveira, T. (2011). *Elementos de estatística descritiva*. Lisboa: Universidade Aberta, 2011, pp.30. Acedido em: [https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1986/1/Estat%3%adstica\\_Descritiva.pdf](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1986/1/Estat%3%adstica_Descritiva.pdf)

Patton, M. Q. (2002). *Qualitative research and evaluation methods*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Posse, P. (2012). Aproveitamento da interactividade nos oito jornais com presença online activa dos distritos de Bragança e VilaReal. In *Ágora jornalismo de proximidade: limites, desafios e oportunidades* (pp.127-143) Acedido em: [http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20121224-agora\\_ebook.pdf](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20121224-agora_ebook.pdf)

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2005) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.

Ribeiro, V. (2013). *O spin doctoring em Portugal: Estudo sobre as Fontes Profissionais de Informação que Operam na Assembleia da República*. (Tese de Doutoramento), Universidade do Minho, Braga. Acedido em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/34431/1/Fernando%20Vasco%20Moreira%20Ribeiro.pdf>

Silva, G. (2005). Para pensar critérios de noticiabilidade. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 2(1), 95-107. Acedido em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/2091/1830>

Scheufele, D. A. e Tewksbury, D. (2007), Framing, Agenda Setting and Priming: the evolution of three media effects models. *Journal of Communication*, 57: 9-20. Acedido em: <https://doi.org/10.1111/j.0021-9916.2007.00326.x>

Schoenbach, K., Waal, E. D., & Lauf, E. (2005). Research Note: Online and Print Newspapers. *European Journal of Communication*, 20(2), 245-258. doi:10.1177/0267323105052300

Shoemaker, P. J., Eichholz, M., Kim, E., & Wrigley, B. (2001). Individual and Routine Forces in Gatekeeping. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 78(2), 233-246. doi:10.1177/107769900107800202

Schudson, M. (2003). *The Sociology of News*. New York: W.W. Norton & Company.

Schultz, I. (2007). The Journalistic Gut Feeling, *Journalism Practice*, 1:2, 190-207, DOI: 10.1080/17512780701275507

- Silvestre, A. (2007). *Análise de dados e estatística descritiva*. Livraria Escolar Editora
- Soroka, S. N. (2012). The Gatekeeping Function: Distributions of Information in Média and the Real World. *The Journal of Politics*, 74(2), 514–528. doi:10.1017/s002238161100171x
- Taherdoost, H. (2016). Sampling Methods in Research Methodology; How to Choose a Sampling Technique for Research. *SSRN Electronic Journal*. doi: 10.2139/ssrn.3205035
- Traquina, N. (2002). *Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Editora Insular. Florianópolis
- Weaver, D., & Elliott, S. N. (1985). Who Sets the Agenda for the Media? a Study of Local Agenda-Building. *Journalism Quarterly*, 62(1), 87-94. doi:10.1177/107769908506200113
- Wendelin, M., Engelmann, I., & Neubarth, J. (2015). User Rankings and Journalistic News Selection. *Journalism Studies*, 18(2), 135-153. doi:10.1080/1461670x.2015.1040892

## Anexos:

### Anexo 1 – Notícia repescada para o jornal

Os direitos de propriedade intelectual de todos os conteúdos do Público – Comunicação Social S.A. são pertença do Público.  
Os conteúdos disponibilizados ao Utilizador assinante não poderão ser copiados, alterados ou distribuídos salvo com autorização expressa do Público – Comunicação Social, S.A.

18 • Público • Sexta-feira, 13 de Outubro de 2017

## LOCAL

# Por esta ria acima vai um barco que também é uma casa

Pai e filho desenvolveram um projecto original mas que também tem preocupações ambientais. Trata-se de uma casa flutuante que já navega pelas águas da ria de Aveiro sem provocar qualquer tipo de poluição

**Inovação**  
Pedro Castro Esteves

Por estes dias, uma marina no distrito de Aveiro alberga um hóspede diferente. Para além das habituais embarcações de pesca, há uma estrutura rectangular estacionada que esconde um quarto, uma casa de banho e uma sala de estar. É uma casa flutuante mas o sítio que ocupa na marina é adequado. Afinal, também falamos de uma embarcação.

Ao leme da casa flutuante e da empresa Waterlily Boats, que desenvolveu o projecto, está um pai e um filho – Ricardo Neta, engenheiro mecânico, especialista no desenvolvimento de plataformas em materiais compósitos e o pai, Paulo Neta, professor de Física e Química. Como ambos reconhecem, o que desenvolveram não é totalmente novo já que este tipo de embarcações está muito presente em países da Europa Central com uma "cultura dos lagos" enraizada, como é o caso da Holanda. "Nós apenas pensámos em formas de melhorar" esta prática, adianta Ricardo Neta.

"O que nos destaca é o facto de ser tudo em compósito e o facto de, para além de sermos ecológicos, fazermos uma ecologia activa: temos, por exemplo, sensores que fazem a monitorização da qualidade de água e contribuímos com dados, fornecidos em tempo real, para instituições de investigação", explica o engenheiro. Junta-se a isso o facto de a casa ser facilmente manobrável, movida a energia solar apesar de contar com dois motores eléctricos.

Adapta-se a diferentes ambientes e pode até, segundo Paulo Neta, navegar numa barragem de água para consumo humano: "Temos tanque de águas limpas e tanques de águas sujas. Desta embarcação não sai nada para o ambiente, como restos de óleo, gasolina ou dióxido de carbono. Todos os dejectos vão para um tanque de águas negras e são vazados quando chegamos ao pontão."



FOTOS: ADRIANO MEXANDA



**"Desta embarcação não sai nada para o ambiente. Todos os dejectos vão para um tanque de águas negras e são vazados quando chegamos ao pontão"**

**Quem procura estas casas? Para já, os clientes vêm do ramo hoteleiro mas já receberam encomendas de particulares**

Mas quem procura estas embarcações? Para já, a maior parte dos clientes vêm do ramo hoteleiro mas também já receberam encomendas de particulares. Até agora, quem se desloca a Vagos para visitar o modelo de demonstração tem saído surpreendido. "Todas as pessoas que experimentaram pensavam que não se desloca rápido, o que não é verdade. Não temos motores,

só ouvimos a água a correr e é uma sensação diferente do habitual. Se isso não bastasse, basta levá-los ao quarto para uma vista de 180 graus para a ria de Aveiro e ficam rendidos."

Para Ricardo, o facto de não ser uma "casa fixa" faz com que seja possível escolher um destino para passar uma noite, pernoitar numa marina e depois regressar. "Atrai

aqueles que querem ter uma casa de férias no Minho, no Douro ou na ria Formosa", exemplifica o engenheiro. Neste momento, as embarcações podem custar entre 50 e 200 mil euros, tudo depende das especificidades e extras.

#### Um projecto que correu bem

Este modelo vem equipado com uma cama de casal, casa de banho e uma sala de estar que também guarda espaço para uma cozinha – não há fogão, mas há placas eléctricas. A casa está equipada com Internet.

Este é apenas o primeiro modelo de demonstração desenvolvido pela Waterlily Boats. Entretanto, já se preparam embarcações para fazer face aos pedidos de encomenda que vão chegando. Ao leme, enquanto manobra a casa-barco pela ria de Aveiro e neblina adentro, Ricardo fala sempre com entusiasmo acerca do projecto, que vai ganhando fôlego à medida que o tempo passa. O facto de estar a trabalhar lado a lado com o pai também ajuda: "Quando eu decidi que queria abrir a minha própria empresa, tinha que o incluir porque ele tem a experiência, eu a inovação".

Ricardo fala de uma empresa de engenharia que tem em mão vários projectos relacionados com o mar. A Waterlily Boats começou por ser mais um projecto dessa empresa, mas pouco tempo depois transformou-se em algo mais. Foi "um *side-project* que correu muito bem", atrai.

Mas a ligação da família ao mar já é mais antiga e vai muito para além do mundo empresarial. Comandar os destinos de uma embarcação, como faz na tarde em que o PÚBLICO foi visitar esta casa flutuante, não é novidade para Ricardo Neta, assim como não são os caminhos da ria de Aveiro. "Desde pequeno", recorda, que sobe e comanda barcos. "Eu e o meu pai já fizemos a costa portuguesa umas 20 vezes, estamos ligados ao mar há muito tempo", sublinha o empresário. **Texto editado por Ana Fernandes**

pedro.rafael.esteves@publico.pt

## Alfaião: esta aldeia é mais do que “o burrinho e o velhinho”

**Documentário**  
**Pedro Castro Esteves**

**Um mestrado levou André até Trás-os-Montes. Voltou com histórias e um documentário para correr o mundo**

Quando terminou a rodagem de um documentário na aldeia de Alfaião, perto de Bragança, André Rodrigues deixou Trás-os-Montes com uma ideia fixa: colocar aquela povoação no mapa. Isto foi em Janeiro de 2016. Um ano mais tarde, e após a estreia em Maio de 2017, em Viana do Castelo, *Alfaião* já passou pela Estónia e vai atravessar o Atlântico. A curta documental integra a programação da 7.ª edição do Fenacis – Festival de Cinema Estudantil, que decorre em Montevideo, no Uruguai, entre 25 de Setembro e 1 de Outubro.

Alheiras para encher, ovelhas para pastar, pão para amassar, animais para caçar, mas também convívios no café para jogar à sueca, jovens a dar pontapés na bola, a estudar e a jogar computador: a aldeia também é isto. Das muitas janelas e povoações



Os jovens foram aceites desde que retratassem “como se vive realmente na aldeia e nesta região”

que André poderia ter escolhido para espreitar, elegeu Alfaião para finalizar o mestrado em Imagem e Som na Universidade Católica Portuguesa. “Antes de partir para o projecto, não conhecia a aldeia. Pré-seleccionei algumas, mas quando contactei os presidentes de junta, o de Alfaião mostrou logo entusiasmo”, recorda.

São 13 minutos de documentário, em que cerca de um terço da população da aldeia (200 pessoas) aparece no ecrã. O trabalho obrigou André Rodrigues e o amigo Manuel Silva, responsável pelo som, a adoptarem a condição de forasteiros durante nove dias – tempo de filmagem na companhia da população. O carácter contemplativo da curta-metragem obrigou a uma imersão no quotidiano das gentes daquele pequeno pedaço de terra a nordeste. As horas passadas

a gravar e o contacto directo com os protagonistas fizeram com que “as pessoas esquecessem a câmara” e se libertassem.

“A aldeia não é só o burrinho e o velhinho”, avisou o presidente da junta de Alfaião, António Baptista, aquando do primeiro contacto com o realizador. Concordeu em receber os jovens desde que retratassem “como se vive realmente na aldeia e nesta região de Portugal”, conta ao PÚBLICO. Para que a rodagem fosse o mais natural possível, não avisou a população da chegada de André.

### Habituada a forasteiros

Há um momento no documentário em que uma aldeã vai rezando à medida que coloca o pão no forno, para que cresça. A poucos metros está a câmara do realizador. É um dos poucos planos de Alfaião em que a voz humana se sobrepõe aos sons naturais e animais que peneiram a aldeia que dá nome à obra. Algo normal, afinal, como conta André: “A aldeia é a protagonista da história.”

Esta não é a primeira vez que Alfaião atrai aqueles que procuram inspiração e até oportunidades longe do ambiente citadino. Foi o caso de quatro jovens empreendedores que deixaram Braga para lá se fixarem. “Vieram do litoral”, conta o presidente da junta. “Dois deles são um casal e até já têm um filho, que nasceu cá. Arrendaram casa e ficaram.” E isso foi notícia.

André encontrou esta história, enquanto fazia pesquisa de aldeias. “Disseram-me que eles [os jovens de Braga] colocaram Alfaião no mapa de Portugal e que eu ia colocar Alfaião no mapa do mundo”, conta.

Esta não é a primeira vez que uma rodagem de André é reconhecida pelos pares. Antes de ir para Alfaião, o jovem de Leça do Balio debruçou-se sobre o virtuoso da guitarra portuguesa Álvaro Martins e o trabalho valeu-lhe o Prémio Latino para Melhor Curta-Metragem Portuguesa.

Antes de *Alfaião* ser lançado pelo mundo, o documentário fez uma pequena paragem no auditório Paulo Quintela, uma sala de cinema em Bragança. Aí, o trabalho de André foi exibido àqueles que enchem a tela durante a obra. Foi a primeira vez que se viram no grande ecrã. **Texto editado por Ana Fernandes**

➔ **Ver mais em**  
p3.publico.pt



LOCAL

# Braga olha-se ao espelho. Quem quiser ver que traga um mapa

O Art-Map pediu a artistas de todo o mundo para "pensar barroco". O resultado é uma espécie de rali pelas ruas e pelo património barroco de Braga, onde 80 artistas reinterpretam este estilo

**Cultura e património**  
Pedro Castro Esteves

Podemos começar pelo centro da cidade. Descemos a Rua do Souto, passamos pela Igreja de Misericórdia e encontramos as fachadas vermelhas do Museu da Imagem. É apenas um dos locais onde Braga vai "pensar barroco" durante os próximos dois meses. Lá dentro está Alberto Vieira, escultor, que não gosta do termo, mas que tem várias obras espalhadas pela cidade durante este Art-Map.

O "mestre" – outro epíteto que lhe faz confusão – é um homem da casa. Mas é a primeira vez que vê um evento como o Art-Map a espalhar-se por edifícios históricos do período barroco bracarense. A cidade conhece o evento Braga Barroco, mas esse, nota, "tem um carácter muito festivo". Para Alberto Vieira, o que faltava a Braga era um evento deste tipo e aproveitar o momento para reflectir o papel de uma cidade que "tem sempre aproveitada" o património que tem.

Antes de tudo, assinala, é importante desmistificar o Art-Map. "A ideia não é reproduzir barroco, longe disso. Não faz sentido. É importante, a partir do barroco, construir outra coisa, reinventar, reinterpretar", considera. Por isso não se esperem cópias ou o dourado ostensivo em todas as 270 obras espalhadas por 11 galerias, os *checkpoints* onde estão expostos trabalhos de 80 artistas, de diferentes latitudes, com diferentes interpretações do barroco.

O Art-Map surgiu como um projecto de mestrado de Madima Ziganhina na Universidade de Aveiro. Anos mais tarde chega a Braga. Aqui, começou no passado dia 22 de Julho. Na Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, artistas de 21 nacionalidades diferentes partiram dali e marcharam pela cidade "em jeito

de excursão", guiados por Madima, a organizadora do evento. Mas já lá chegaram.

Para Alberto Vieira, iniciaram como o Art-Map podem ser um complemento a um trabalho que teve início mais cedo. É que se é inequívoco que o roteiro pode incentivar o contacto do bracarense (ou do turista) com os edifícios barrocos que se construíram na cidade durante os séculos XVII e XVIII, esse trabalho também começa a ser preparado nas escolas. Alberto Vieira não precisa de ir muito longe para o mostrar. Aponta para o Arco da Porta Nova, obra de André Soares, que agora conta com um vitral, colocado ali há duas semanas.

O vitral em causa foi desenvolvido em contexto de aprendizagem com alunos do 12.º ano. "É quase um filho que tenho. Durante um ano lectivo, os alunos recolheram no Palácio do Raio, no Bom Jesus e na Sé de Braga elementos do barroco. Andaram esse período a trabalhar sobre o barroco e a acabar por entender o impacto que tem na cidade", explica.

**Democratizar a arte**  
Uma das 11 galerias, que estão separadas entre si por uma distância a pé a rondar os três minutos, é a Galeria Privada Mestre Alberto Vieira – o "mestre" foi metido no nome pela organização, a contragosto do escultor. Camilhões para lá. Antes, uma pequena paragem no Largo do Paço. Está em exposição uma obra solitária de Alberto Vieira. É um homem em forma de mala, que tem um significado "simples", segundo o autor: "O interior da pessoa é que conta".

Para o escultor, "a arte deve tornar-se coisas mais simples". É, nesse linha de pensamento, agrada-lhe a iniciativa como o "Art-Map", pelo papel que podem desempenhar na democratização da arte – a entrada nos 11 espaços é gratuita – e pela possibilidade de criação de nova



**“A ideia não é reproduzir barroco, longe disso. Não faz sentido. É importante, a partir do barroco, construir outra coisa, reinventar, reinterpretar”**

**Alberto Vieira**  
Escultor

**Uma das obras de Alberto Vieira é esta mala de forma humana, dourada, exposta sob as arcadas do Largo do Paço, em pleno centro histórico da cidade. Todas as galerias que aderiram ao Art-Map estão a minutos a pé deste local**

narrativa, mais interventiva, a partir do barroco. Ele que, numa das suas crónicas, não pôde a expetir por um camelo (como se faz para ver Braga, do Bom Jesus, para nos mostrar um recém nascido a segurar num telemóvel. Sem legendas, que "a imagem, na arte, não precisa de explicação", assinala.

**O olhar de Madima**

Por detrás do projecto há um nome. Sim, só um. Braga recebe 270 trabalhos de 80 artistas do Irão, Israel ou Cuba, para além de de países de espaço europeu. São pinturas, esculturas, instalações, fotografia, vídeo-arte, arte sonora e livros expostos até 9 de Setembro pela mão da portuguesa Madima Ziganhina.

Madima é nestes dias uma curadora empenhada em manter tudo em ordem. É uma tarefa complicada, mas a experiência de duas edições – uma em Ponte de Lima, outra em Aveiro – ajuda-a a estar a preparar a de Braga desde Agosto de 2016. Não conhece a cidade, nem este estilo: "Fiquei impressionada com o barroco, considerando um vestígio do passado, algo antigo, e pensei que podia revivê-lo na arte contemporânea e por os artistas a pensar barroco".

Já se entende bem com a cidade, rompe pelas ruas quentes e é obediência pelos turistas que vão che-

gando, de galeria em galeria com facilidade. "Vamos por aqui", vai dizendo à medida que encara as intervenções. Tudo o que está dentro dos espaços foi pensado e colocado metódicamente para criar harmonia. Uma das razões que atraem Madima é o Art-Map para cidades de pequena ou média dimensão, longe do Porto e Lisboa, e é facto de não estarem dependentes de listas de espera e existirem "galerias com excelentes condições para expor obras de todo o tipo".

Foi na Biblioteca Lúcio Craveiro que a aventura começou. É para lá que se dirige. Está lá um dos melhores exemplos da simbiose do projecto com diferentes artistas, diferentes locais e diferentes culturas. A obra de Miguel Neves Oliveira ocupa uma sala da biblioteca. Não se estranha, afinal é um barco. É resultado das residências artísticas de Ilhavo, algumas podem ser vistas em Braga, muitas delas voltadas para aquela região de Aveiro a partir de Outubro – o tema já não é o barroco, mas sim o mar.

Miguel Oliveira esteve nessa residência. Inspirou-se no local, perto de Gafanha da Nazaré, pegou no barro e descontraiu-o. Agora está expalhado numa biblioteca. "Como o conceito aqui é pensar barroco, pinot e decorado", vai dizendo, enquanto aponta para a madeira pintada a laranja na parte de fora do barco. "Agora tem um propósito diferente, é essa a parte enriquecida deste projecto".

Estas interpretações e adaptações estão por todas as galerias. A Casa dos Crivos recebe dez artistas. Logo à entrada, a obra da britânica Marion Jones é, para Madima, um excelente exemplo das potencialidades do projecto. Chama-se *Goldfish*. É louca da Vista Alegre, decorada com linhas muito influências das pelo barroco, fracturada para que se assemelhe a localhas. Por debaixo dos "bacalhões" há sal. É feita a ligação entre Aveiro, Braga e até Portugal.

O rali artístico que Braga comanda a fazer conta com mais etapas: a Galeria da Estação, edifício Inatel, a Livraria 100.ª Página e as Termas Romanas do Alto da Cividade. Será assim até 9 de Setembro. **Texto editado por Abel Coimbra**  
**pedro.rafael.esteves@public.pt**

**O CANAL PARA QUEM NÃO GOSTA DE TELEVISÃO**

**JÁ ESPREITEI-VO?**  
**MEIO 16 VODAFONE 19 NOS 70**  
[www.canalg.pt](http://www.canalg.pt)  
[www.facebook.com/canalq](https://www.facebook.com/canalq)  
[www.twitter.com/canalq](https://www.twitter.com/canalq)

Os direitos de propriedade intelectual de todos os conteúdos do Público – Comunicação Social S.A. são pertença do Público.  
Os conteúdos disponibilizados ao Utilizador assinante não poderão ser copiados, alterados ou distribuídos salvo com autorização expressa do Público – Comunicação Social, S.A.

16 • Público • Quinta-feira, 21 de Setembro de 2017

**LOCAL**

## Há obras nos castelos do Norte para não se dar com o nariz na porta

Potenciar os monumentos para a população e para os turistas – é este o objectivo da Operação Castelos do Norte. Um mês depois do arranque oficial, vai-se descobrindo o que o solo escondeu durante muito tempo

**Património**  
**Pedro Castro Esteves**

A Direcção Regional de Cultura do Norte (DRCN) vai intervir cinco castelos, todos eles situados a norte, na região de Trás-os-Montes e Alto Douro. Chama-se Operação Castelos do Norte e arrancou oficialmente em Agosto, mas vai prolongar-se, pelo menos, até ao próximo ano. É a primeira vez que estes castelos e fortificações, alguns deles raianos, vão ser intervenções “com a dimensão da empreitada que agora será realizada”, adianta a DRCN.

A operação arrancou oficialmente com a intervenção no castelo de Montalegre, mas vai alastrar-se por territórios vizinhos. Junta-se àquele castelo do distrito de Vila Real, o de Monforte de Rio Livre (Chaves), de Outeiro (Bragança), de Mogadouro e de Miranda do Douro (ambos situados em concelhos pertencentes ao distrito de Bragança). O orçamento ronda os 2,3 milhões de euros e é co-financiado por fundos europeus.

“Cada um destes castelos e fortificações constitui um notável repositório de arquitectura, história, e património paisagístico”, diz, por escrito, a DCRN ao PÚBLICO. No entender da entidade, a disposição destes castelos pelo território pode “constituir mais um recurso importante para a sustentabilidade económica” das áreas que ocupam.

É com essa sustentabilidade em mente que a DCRN traça os objectivos destas intervenções: “Potenciar o usufruto dos monumentos pela população local e pelos turistas que acorrem à região cada vez em maior número.” A DCRN registou, durante 2016, “uma subida de aproximadamente 82% em relação ao ano anterior”, em termos de procura nos monumentos e museus que supervisiona. Esse aumento de interesse por parte dos turistas é um dos argumentos para levar a empreitada adiante. Todos os castelos intervenções são monumentos classificados, pertencem ao Estado e estão sob a alçada da entidade.

O presidente da Câmara de Montalegre, Orlando Alves, dizia, na altura



São “milhares os turistas que todos os anos visitam Montalegre” e que quando chegam ao castelo dão “com o nariz na porta”, diz autarca

**“Cada um destes castelos e fortificações constitui um notável repositório de arquitectura, história, e património paisagístico”, diz a DCRN**

do início dos trabalhos oficiais, que são “milhares os turistas que todos os anos visitam Montalegre” e que quando chegam ao castelo dão “com o nariz na porta”. Um mês depois do início dos trabalhos arqueológicos no local – obrigatórios para a realização da operação –, o presidente adianta que já “foram já encontrados vestígios do prolongamento da muralha do castelo”.

O autarca espera que, o mais tardar em 2019, a sala de visitas do castelo possa reabrir. Um desejo antigo da autarquia, que guarda na edificação e no Ecomuseu de Barroso – Espaço Padre Fontes as principais atracções turísticas para quem chega do outro lado da fronteira.

Noutro ponto do território trans-

montano, em Miranda do Douro, ainda se está em fase de aquisição de terrenos. Artur Nunes, presidente da câmara, afirma que os segredos que o solo escondeu durante muito tempo podem vir agora a ser descobertos. “Durante 500 anos, a ordem foi não mexer, agora a direcção regional entendeu que estava na altura de descobrir o material que se encontra enterrado”, afirma o autarca.

O castelo reserva ainda um papel estruturador na vida urbana da cidade. Esta valorização do património traz, como em Montalegre, a expectativa de mais dinamismo para uma região que tem registado “um aumento exponencial” de visitantes.

Todos os castelos intervenções guardam uma importância es-

pecial, já que foram palco de muitos episódios do passado militar de Portugal e, por isso, segundo a DCRN, “constituem elementos simbólicos de enorme relevância para a história da nacionalidade”. Exemplo disso é o castelo de Outeiro, situado no concelho de Bragança, que terá sido um importante ponto de vigia do Reino de Leão, durante a Idade Média, mas que, tirando pequenos ajustes, nunca tinha sido intervenção. O castelo foi destruído no século XVIII e está em ruína. César Garrido, presidente da junta de freguesia, diz que “a ideia [por detrás da empreitada] é tornar a fortificação visitável”. **Texto editado por Ana Fernandes**

pedro.rafael.esteves@publico.pt





**[A campanha] gravita entre os que acham que vivemos no melhor dos mundos e os que acham que o assunto se resolvia com medidas draconianas antiturismo**

Manuel Pizarro

**AUTÁRQUICAS 2017**



Já se sente um cheiro a fim de festa. Também na caravana e nas palavras de Teresa Leal Coelho, que ao fim da tarde se aventura pela Baixa em busca de portugueses, daqueles que podem votar nela. Não é tarefa fácil. “*Yo no voto, pero mucha suerte*”, diz-lhe um homem sentado numa esplanada da Praça da Figueira.

Com Paula Teixeira da Cruz, Teresa Morais e Fernando Negrão ao lado, a candidata social-democrata não se deixa demover facilmente e a todos com quem fala pede um voto sem mais delongas. “Não tem partido? Tem aqui um programa para a câmara, um programa para a junta. Tem alguma coisa para fazer no dia 1 de Outubro? Aconselhe-se com este seu amigo”, afirma a um potencial eleitor. Persegue outro divertida. “Não fuja, não fuja! Tem alguma coisa melhor para fazer no dia 12? Já munido de panfletos, o homem promete: “Se a senhora merecer o meu voto, eu voto.”

Lá adiante, no Largo de S. Domingos, há uma multidão vestida com T-shirts laranjas – mas não é por apoio ao PSD. São estudantes acabados de entrar na universidade no fim de um dia de praxe. Antes de começar a falar aos jornalistas, o homem de há pouco reaparece, agarra em Leal Coelho e diz que já decidiu: “A senhora merece o meu voto.”

Fernando Negrão foi o candidato do PSD a Lisboa há dez anos, teve 15% dos votos. Um resultado péssimo que o partido se arrisca a repetir, a confiar nas últimas sondagens. “Os tempos mudam tudo, a História não se repete”, comenta laconicamente Negrão. Teresa Leal Coelho é mais entusiástica a falar dele. “Fez uma campanha extraordinária. Uma excelente campanha.” E a dela? “Não estou arrependida de nada, estou muito orgulhosa”, diz em jeito de balanço, sublinhando depois que tem “um programa verdadeiramente social-democrata” que visa “estancar o fatalismo que tem sido a política camarária”.

A arruada segue rua acima até aos Restauradores, ainda há tempo para abordar mais um turista surpreendido por aquele grupo e para dar um último dedo de conversa. “Vai votar? Em mim? Boa, dê cá um beijo!”

joao.pincha@publico.pt

## Contra as sondagens, Moreira reitera pedido de maioria absoluta

Pedro Castro Esteves

**E**ste ano, Rui Moreira ainda não entrou na loja de Rogério Moreira. Se não bastasse a palavra do comerciante, que aqui trabalha desde os 12 anos, os panfletos de campanha arrumados num canto do Cafézeiro podem servir de prova. Não há nenhum do actual presidente da câmara, mas Rogério podia ter recebido um ontem. Ficará para a próxima. “Passou aqui perto, mas foi logo para aquela porta ali”, diz Rogério enquanto aponta para o District – um centro empresarial inaugurado este ano e o palco da segunda acção de campanha do dia do movimento independente Porto, o Nosso Partido.

Mas o dia tinha começado mais cedo – e com sabor amargo – para o actual presidente de câmara, que acordou para uma sondagem que o colocava taco a taco com Manuel Pizarro, do PS, na corrida à Câmara Municipal do Porto.

Em reacção, e logo de manhã, o actual presidente da Câmara do Porto enviou às redacções um comunicado intitulado “sondagens falsas”, em que se lia que está em curso “uma operação que visa manipular a opinião pública”. À saída do centro empresarial, que considerou em exemplo de empreendedorismo, o candidato apelou ao voto no dia 1 de Outubro, dizendo que “seria importante para a cidade” uma maioria absoluta. E mais nada quis dizer sobre as sondagens.

Manuel Pizarro optou por não se debruçar sobre o tema. Num debate durante a tarde sobre turismo – um assunto que tem atravessado toda a campanha – o ex-vereador da Habitação lembrou a importância de conciliar as políticas públicas com o investimento privado.

Mas era de turismo, e sobretudo dos seus efeitos, que se falava e Pizarro aproveitou para considerar que as opiniões tendem a extremar-se quando o assunto é

este. “[A campanha] gravita entre aqueles que, um bocadinho à minha direita, acham que vivemos no melhor dos mundos e aqueles que acham que o assunto se resolvia com medidas draconianas antiturismo”, afirmou.

A troca de ideias terminaria cerca de uma hora depois. Manuel Pizarro já mostrava sinais de pressa. Talvez por se estar a poucas horas de novo debate televisivo, que decorreu à noite no Porto Canal. A mesma razão que explica que, na zona ribeirinha da cidade, em Miragaia, a acção de contacto com a população da CDU não contasse com a presença da candidata Ilda Figueiredo.

Na zona da Alfândega, perto da

obra *Mira*, de Daniel Eíme, um espelho da população envelhecida nesta zona da cidade, arrancava a arruada, liderada pelo candidato à assembleia municipal, Rui Sá. São ruas que a CDU conhece bem. “Foi desde o 25 de Abril a única freguesia do partido”, lembra o candidato. O homem que liderou a freguesia entre 1980 e 1994 também se junta. Joaquim Nascimento passou uma vida aqui e conhece estas ruas de cor. “Estas ruas estreitas tornam possível criar mais intimidade com as pessoas”, lembra o ex-presidente da junta de Miragaia. **Texto editado por Ana Fernandes**

pedro.rafael.esteves@publico.pt

MANUEL ARAGÓN/ELISA



Moreira sorri nas ruas, mas reagiu mal a uma sondagem





PAULO PIMENTA

O objectivo é estreitar a ponte entre as escolas e a comunidade, que em Viana do Castelo tem raízes no mar

## E se os faroleiros e pescadores forem às escolas dar uma aula? Em Viana, pensa-se nisso

**Ambiente**  
**Pedro Castro Esteves**

**Um dos projectos, o *Além-Mar*, quer transmitir as “tradições das gentes marítimas” aos estudantes mais novos**

Visitar docas, descobrir faróis ou ouvir pescadores falar sobre o ofício. São apenas algumas das actividades que o projecto *Além-Mar*, introduzido pela primeira vez este ano lectivo pelo Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (CMIA), vai promover junto dos alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo de Viana do Castelo. O principal objectivo é dar aos mais pequenos a oportunidade de conhecer os cantos a Viana e descobrir o ambiente que os rodeia.

Neste ano lectivo, o CMIA vai iniciar dois projectos-piloto com ambições distintas. O *Além-Mar*, para fazer a ponte entre os estudantes e a comunidade, e o *Cientista do Mar*, direccionado para alunos do ensino secundário e que quer incentivar projectos de investigação na área das ciências do mar. Neste primeiro ano, os dois projectos vão abranger

cerca 170 alunos das escolas de Viana do Castelo e vão fazer companhia aos já existentes *Escola da Natureza-Ciência em Rede* e *Da terra para a Terra*. Ao todo são cerca de 1700 alunos abrangidos pelas quatro iniciativas.

As turmas inscritas no projecto *Além-Mar* vão ter a possibilidade de sair à rua para conhecer as tradições e a identidade de uma região que nunca olhou para o mar com desconfiança, aproveitando para transmitir as “tradições das gentes marítimas” desde a freguesia de Afi-fe até Castelo de Neiva, percorrendo a costa litoral do concelho de Viana do Castelo.

“O projecto vai incidir sobre vários lugares e vamos levar a vivência das pessoas aos alunos. Vão visitar diferentes locais. Podem, por exemplo, visitar um farol ou saber mais acerca do trabalho de um faroleiro”, adianta o CMIA. Cada turma abrangida pela iniciativa vai realizar uma visita de estudo, mas há espaço para actividades complementares. É que se as escolas vão à rua para conhecer os faroleiros e pescadores, também há a possibilidade de faroleiros ou pescadores irem à sala de aula dar aos alunos uma aula diferente.

As actividades de cada projecto ficam a cargo dos professores e de

técnicos do Centro do Mar, no navio *Gil Eanes*. No caso do *Além-Mar*, o técnico vai ter o importante papel de facilitar e intermediar a comunicação entre as escolas e a comunidade.

### **Pesca, trajes e sargaço**

Nem sempre se vai andar cá fora. Nas salas de aula, os alunos do pré-escolar e 1.º ciclo vão abordar três temas, um por cada período lectivo. O mar anda sempre por lá. Os trabalhos a realizar durante o primeiro período vão ter a pesca como inspiração. “Os alunos vão conhecer embarcações e, depois de escolher a que gostam mais, fazem uma versão em miniatura”, conta o CMIA.

No segundo período, os alunos vão ficar a conhecer a ligação da agricultura com o mar e as actividades agromarítimas bem patententes na história da região, através de “entrevistas a gentes do mar” e uma incursão pelo papel do sargaço nas comunidades de Viana do Castelo. Por último, o terceiro período vai debruçar-se sobre os trajes e as devoções vianenses, a ligação a Nossa Senhora da Agonia, a padroeira dos pescadores vai estar sempre presente. Os alunos vão fazer um boneco com “trajes alusivos à tradição do mar”. **Texto editado por Ana Fernandes**

## LOCAL

# Em Famalicão, há gente jovem a ressuscitar carros velhos

Turmas do 11.º e 12.º ano de uma escola profissional de Famalicão vão passar a restaurar carros antigos. A ideia passa por prestar apoio ao Museu do Automóvel, mas também por abrir a oficina a particulares

**Educação**  
**Pedro Castro Esteves**

“Vai buscar outro martelo, ó Meneses!”. E Ricardo Meneses lá foi. Foi só o tempo de abandonar a explicação que estava a ouvir do professor Miguel Fernandes, dar uns passos em direcção a outra bancada, procurar a ferramenta entre o resto do material ainda com brilho de novo e voltar, para ouvir o que era dito sobre um sistema de travagem. Em Ribeirão, perto de Famalicão, para os alunos do 12.º ano da Escola Profissional CIOR (Cooperativa de Ensino de Vila Nova de Famalicão), os dias vão passar muito por isto.

São muitos os que, tal como Ricardo, vão aprender a restaurar carros clássicos, “mais velhos que nós todos juntos”, como se ouve alguém comentar por entre o barulho dos martelares na garagem da Escola de Restauro Automóvel, inaugurada na passada sexta-feira. Estamos numa oficina mas ainda não se ouvem os habituais rugidos dos motores. É normal – afinal, antes de tudo, falamos de uma escola de restauro. Ouvir motores seria sinal que o trabalho estava terminado quando, na verdade, está apenas a começar.

Mas por que razão estão estudantes a trabalhar em carros antigos? O objectivo passa por prestar apoio ao Museu do Automóvel, em Famalicão. “É um protocolo entre a CIOR e o museu. Temos aqui a disciplina de Práticas Oficiais, a parte prática dos cursos de Mecatrónica Automóvel”, explica Pedro Silva, director do curso. Esta não é a primeira vez que alunos da cooperativa se debruçam sobre motores e chassis para aprender os ossos do ofício. Mas enquanto na escola, há “sempre carros [modernos] na oficina”, o trabalho com o museu “é diferente”. “O que costuma acontecer é chegar um carro de alguém que [os estudantes] não conhecem, repará-lo e nunca mais o verem. Neste caso, os carros vão para o museu e os alunos vêem o trabalho feito. É recompensador”, afirma.

Há já um automóvel estacionado na oficina: é um Chrysler de 1928. “O plano é fazer o restauro completo”,



Há já um automóvel na oficina: é um Chrysler de 1928 que tem de ser completamente restaurado

## Uma escola com poucos vizinhos

O Lago Discount está hoje longe de ser o projecto apresentado em 2004

Quem faz o percurso da Estrada Nacional n.º 14, que liga Porto e Braga, já deve ter reparado nele. A sinalização na rotunda que dá entrada no Lago Discount aponta para uma zona comercial, mas o estado dos cerca de 80 mil metros quadrados do complexo está longe de ser o projecto apresentado em 2004.

Naquele ano as expectativas eram muitas. O investimento era justificado por se tratar de um empreendimento num local estratégico, com boa acessibilidade. A instalação de marcas internacionais no complexo, a ideia de ter um *minibus* para facilitar a circulação e até atrair clientes da Galiza eram apenas algumas ideias.

Segundo relatava o *Jornal Têxtil* em Novembro de 2004, 15 mil pessoas deslocaram-se à zona comercial para a primeira fase da inauguração. Agora, em algumas das artérias que compõem o espaço há silêncio, interrompido por um altifalante a ecoar o que há de novo.

Contactada pelo PÚBLICO, a Câmara Municipal de Famalicão lembra que o investimento foi feito por entidades privadas, sendo que o único papel que desempenhou foi o de, posteriormente, licenciar a transição de um modelo industrial para um comercial.

Actualmente, o empreendimento

é gerido pela consultora JLL. Segundo a empresa, desde o início da gestão, a taxa de ocupação tem vindo a aumentar e situa-se nos “50/55%”.

A autarquia tem aproveitado o espaço para alojar alguns dos museus e projectos sob a sua alçada. São exemplo disso o Museu do Automóvel ou o Museu da Guerra Colonial. Há ainda iniciativas de reaproveitamento

dos espaços, como é o caso da recentemente inaugurada Escola de Restauro Automóvel e a instalação do Instituto Nacional de Artes e Circo.



diz Miguel Fernandes, professor de Mecatrónica na CIOR, reparando que “é o que tem pior aspecto”. E tem mesmo. A marca é mesmo das poucas coisas que o tempo não destruiu. O restauro completo de um carro leva tempo e, neste caso, é provável que passe pelas mãos de várias gerações de estudantes.

“Trabalhar com estes carros é muito diferente. A parte mecânica não tem nada a ver com os carros modernos. Esta iniciativa é excelente para podermos conhecer o antigo, pois só assim é que se consegue entender o moderno”, afirma Ricardo Meneses. Para o jovem, esta Escola de Restauro Automóvel é, acima de tudo, uma oportunidade: “Há falta de restauradores em Portugal, os que há são mais velhos, e depois não há nada melhor que isto, este ambiente”.

Ainda se vão conhecendo os cantos à casa, mas já há quem vá espreguiçando, com olhos curiosos, o que esconde um motor coberto de pó e ferrugem, inspecionam-se ferramentas, ouvem-se explicações. Marco Mendes ainda anda de volta do sistema de travagem. Está a explorar um território diferente, distante das tecnologias electrónicas dos carros actuais: “Aqui é mecânica pura. É uma questão de sabedoria, não há que enganar”.

Como muitos dos que aqui estão, já estagiou e está habituado a linhas de montagem de grandes empresas. Vê aqui uma oportunidade de tirar os velhos carros da garagem e, quem sabe, devolvê-los à estrada, concluindo: “Não há nada mais bonito do que ver um carro antigo a passar na rua”.

Os automóveis do museu são o principal alvo das intervenções na escola mas outras entidades e até particulares poderão vir a recorrer a estes estudantes.

Durante o tempo que vão ocupar este espaço no Lago Discount (uma zona industrial perto de Famalicão), Ricardo, Marco e companhia vão fazer da garagem um autêntico laboratório. Tal como outros alunos do 11.º e 12.º ano. **Texto editado por Ana Fernandes**

pedro.rafael.esteves@publico.pt



## Dois anos para desassorear albufeira do Mondego

**Coimbra**  
Camilo Soldado

**Intervenção com o custo de 4 milhões começa este ano. Objectivo é repor o leito do rio aos níveis de 1985**

A retirada de sedimentos da albufeira do Mondego em Coimbra arranca este ano e só ficará concluída em 2019. A intervenção foi consignada ontem, tem um prazo de execução de dois anos e quer devolver o caudal do Mondego aos níveis registados em 1985, ano em que foi construído o açude-ponte.

O desassoreamento do rio é tido como uma operação que ajuda a mitigar os efeitos de cheias, sendo um dossier que já se arrasta há anos e que vem à tona cada vez que o Mondego galga as margens e causa prejuízos.

A obra no valor de 4 milhões de euros, que fica a cargo da Mota-Engil, prevê a retirada de 700 metros cúbicos de inertes do rio, numa extensão de 3,5 quilómetros a partir do açude-ponte para montante. Os inertes retirados do leito vão ser aplicados na reposição das margens ou em zonas que apresentem défice sedimentar a jusante da capital de distrito. A Câmara Municipal de Coimbra calcula que a intervenção nesta parte do Mondego tenha impacto em 250 mil pessoas ao longo do rio.

Em Janeiro e Fevereiro de 2016, as inundações causadas pela subida do nível das águas do rio causaram milhões de euros em prejuízos em equipamentos públicos e propriedade privada, provocando estragos também em Montemor-o-Velho. O Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e os estabelecimentos de restauração do Parque Verde foram a face mais visível das consequências das cheias.

Na cerimónia de consignação da empreitada, que contou com a presença do primeiro-ministro, António Costa, e do ministro do Ambiente, Pedro Matos Fernandes, e teve lugar no meio do tabuleiro da ponte-açude, o presidente da Câmara de Coimbra, Manuel Machado sublinhou que a obra é “imprescindível para que não ocorram mais cheias na cidade”.

Pedro Matos Fernandes fez questão de sublinhar que a razão pela qual as águas não voltaram a subir



Em 2016 as inundações causaram milhões de prejuízos

no Inverno passado não se prende exclusivamente com a diminuição da pluviosidade. “Foi porque o acompanhamento da curva guia da barragem da Aguieira foi rigorosíssimo da nossa parte e com isso conseguimos garantir que as cheias não acontecessem”, garantiu.

Um documento elaborado pela Ordem dos Engenheiros e cujas conclusões foram tornadas públicas no início deste ano sugere que as cheias de Janeiro de 2016 em Coimbra poderiam ter sido evitadas ou minimizadas, se as normas de exploração da barragem da Aguieira, da responsabilidade

da EDP, tivessem sido cumpridas.

Juntamente com a retirada de sedimentos, vai ser levada a cabo outra obra em Coimbra, a da estabilização da margem direita. Outras três intervenções estão previstas a jusante da cidade e a cargo da Agência Portuguesa do Ambiente: a regularização do leito periférico esquerdo do Mondego, a reabilitação e desassoreamento do leito periférico direito e a requalificação e dos diques e do leito central. A totalidade das intervenções está avaliada em 16,3 milhões de euros.

camilo.soldado@publico.pt

### Barrinha de Mira e ria de Aveiro também vão ser desassoreadas

O ministro do Ambiente, Pedro Matos Fernandes, aproveitou a ocasião para referir outros projectos de gestão de recursos hídricos na região. O responsável falou nos processos de desassoreamento da ria de Aveiro e da barrinha de Mira e lembrou que os dois estão a decorrer, estando apenas à espera do encerramento da época balnear para que haja novos desenvolvimentos.

A intervenção na barrinha de Mira já está consignada e vai arrancar em Setembro, tendo um custo de 545 mil euros. Para além de assoreada, a

lagoa situada na praia de Mira enfrenta uma praga de jacintos-de-água.

Relativamente à ria de Aveiro, Matos Fernandes diz que “uma parcela do concurso ainda só não foi lançada porque as autarquias entenderam por bem fazê-lo apenas após o Verão”. Há 20 anos que não havia uma grande dragagem de inertes, lembra o governante, que referiu ainda que a operação tem um custo estimado em 23,5 milhões. Os sedimentos retirados da ria durante a intervenção vão servir para reforçar o cordão dunar.

# Porto e Gaia viram os aviões e aproveitaram para fazer a festa

Era o dia D. Depois do dia de treinos, Porto e Gaia mataram a sede de oito anos. As margens do Douro foram inundadas por um mar de gente que veio para ter “um dia diferente”

**Reportagem**  
Pedro Castro Esteves

Quem olhasse para o Porto do lado de Gaia via um mar de gente. Ainda nem são 10h e as cidades já se preparam para a multidão que chegaria com o decorrer do dia para “misturar a sede” das acrobacias que voltaram ao Douro oito anos depois.

Prova que ainda é cedo e não há muito tempo. Na banca que Paulo Pinto montou no jardim do Morro, em Gaia, só há “tela de ferrugem”. É uma espécie de cozinha ao ar livre, que foi ali montada durante a madrugada. Bebidas, cachorros, papel de alumínio, panelas e 60 quilogramas de bafanica que vão ter de esperar pela hora de almoço para acudir aos poucos que não trouxeram marmita preparada de casa.

Por esta altura, os motores ainda não começaram nem o céu do Douro e, por isso, as conversas ainda não eram afetadas pelo som dos motores das aeronaves. O jardim do Morro parece ser o lugar predilecto para os que já conhecem os cantos às duas casas que recebem o Red Bull Air Race, já que permite uma vista frontal do obstáculo da prova. Pelo menos, é essa a opinião de Francisco Maia, que não foi de férias mediantes: trouxe uma escadote.

“Não tenho de estar a esperar e a pedir licença para ver o espectáculo. Fui de casa visto tudo. Posso chegar mais tarde e depois é só pôr o escudo”, conta o portense. É um aficionado pela velocidade de qualquer tipo. “Se me disser que a VTC vai a Lagos, eu vou na minha caravana e vou”, afirma o reformado. Hoje não foi

preciso pagar na caravana. Foi só meter-se no metro e em pouco tempo estava aqui, na segunda fila que já se começa a formar nas varandas do Jardim do Morro. Um dos clientes que suporta o escalote está tirado para o guarda-sol que Francisco Maia vai guardar para domingo. Este sábado só trouxe marmita, onde guarda “as marmitas” para o resto do dia. “É preciso vir a vila. É um dia de festa”, conclui.

Mas os ouvintes detectam ou ainda escassos aviões que desfilaram o horizonte, as mãos são rígidas e chegam aos telefones ou às objectivas. O sábado de manhã estava reservado aos treinos livres, com a qualificação de ambas as classes (Blender e Challenger) a fazer guardada para hoje. Algo que não parecia incomodar quem veio somente pela festa. Diogo Pinto veio de Ovar e trouxe a família. Mulher, filhos e amigos dos mais pequenos. Chegaram cedo e conquistaram um lugar na varanda do Morro. Vieram, como muitos, para “ter um dia diferente e em família”.

Lá em baixo, a marginal de Gaia ia sendo “invadida” pelos tradicionais banqueteiros e por famílias que trouxeram banquete para o dia. Os bens e olhos de sol vão sendo os melhores aliados para quem quer “ver as aventuras”, como se ouve em conversas soltas marginais adentro. E assim até à altura. Por volta das 12h30 parece ter havido um pacto geral para atacar as lanchetas – Porto e Gaia foram, durante momentos, palco de um piquenique gigante, que só ao longo do dia se separou.

**Outros campeões**  
O sol já começa a pesar e, no tempo em que os aviões não desfilaram sob o rio Douro, procurou-se a sombra que apenas existe a espaços. Sentado numa gelataria está Delfim Ferreira.



**A marginal de Gaia ia sendo ocupada por famílias que trouxeram um banquete para o dia**

Sempre que um avião sobe a toda a velocidade em direcção ao céu e o zumbido do motor é mais intenso, tem de parar o raciocínio. É há quatro anos presidente do Aero Clube do Porto, Nuno foi piloto. Tem a função de disjuntar um clube que viveu os tempos mais áureos nas décadas de 50 e 60 do século XX. Regressa-se pela prova de aviação ter lugar no Porto, mas diz que o clube semântico

joga noutro tipo de campeonato, mais modesto sendo em conta a realidade portuguesa. Recorda, no entanto, que o Aero Clube do Porto chegou a organizar um Red Bull Air Race em 1964, que também trouxe aviões estrangeiros ao norte de Portugal. Foram 36, na sua maioria franceses e espanhóis. E apenas um apontamento de uma prova que, embora competitiva, não

guarda muitas semelhanças com o espectáculo que o Porto e Gaia recebem durante este fim de semana.

**O dia em que tudo se vende**  
Na margem norte, enquanto a tarde pressiona ainda mais os residentes que se mantêm empoleirados nas varandas até à Alameda, começam as sessões de qualificação. Do alto do escalote,

do outro lado da margem, Francisco Maia deve ter visto a vitória do canadiano Pete McLeod nas qualificações Masterclass e de Florian Berger na classe Challenger, que se discutiram entre as 12h e as 17h.

Na passada sexta-feira, se a ribeira corria com a tranquilidade de um dia dedicado aos treinos, este sábado a situação era bem diferente. A animação em

**O Jardim do Morro é o lugar preferido de quem já conhece os cantos à casa do Red Bull Air Race**



**A enchente desta corrida de aviões é semelhante à do São João ou à da passagem de ano**

toda as arrélias que ligam a cidade à zona ribeirinha até podia antever um bom dia para o negócio de quem anda com ele “à costa”.

Não dá em que tudo se venda, Joaquim Pinto estava a ter um dia complicado. A culpa é da oferta e não da experiência – são 35 anos a vender na zona. Hoje, a portense apostou em trazer pipocas para uma guerra que se luta contra o sol quente.

“Estou na esperança de que, mais à hora do lanche, as pessoas venham cá”, adianta, não se deixando desmotivar pelas centenas que passam e não param. Comece bem o movimento, parecido ao do São João e à passagem de ano. Mora perto da Ribeira e gosta sempre de “ver o espectáculo”.

Só deseja que o término da prova não seja também o término do dia para a animação e sotaques de diferentes latitudes que se ouvem: “Espero que mal acabe, não vão todos embora como baratas”. A julgar pela energia que se sente, parece que a jornada ainda pode ter sorte. Sendo, terá sempre domingo para mudar a aposta. **Texto editado por Amílcar Correia**

pedro.rafael.esteves@publico.pt

**Anexo 10 – Cruzamento das variáveis “Distrito do país retratado” e “Tipo de mediatização”**

	Política	Segurança	Economia	Sociedade	Ciência	Ambiente	Cultura	Desporto	Outros	Sem Assunto	Total
Porto	24	3	7	40	3	7	12	3	4	0	103
Braga	3	0	0	8	1	0	4	0	0	0	16
Viana do Castelo	0	0	1	2	0	1	1	0	0	0	6
Vila Real	2	0	0	2	0	1	1	0	0	0	6
Bragança	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2
Guarda	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3
Viseu	1	0	0	1	0	0	3	0	0	0	5
Coimbra	1	0	0	6	1	5	7	0	1	0	21
Aveiro	2	0	0	4	0	2	4	0	1	1	14
Região Norte	0	0	1	4	0	0	1	0	0	0	6
Outros Distritos	1	1	1	2	0	2	1	0	3	0	11
Não se aplica	1	0	0	1	0	3	1	0	2	2	10
Total	38	4	10	70	5	22	36	3	12	3	203

**Anexo 11** - Cruzamento das variáveis “Distrito do país retratado” e “Hierarquização da peça”

	Primeira Página	Segunda Página	Terceira Página	Total
Porto	39	62	2	103
Coimbra	9	12	0	21
Braga	9	6	1	16
Aveiro	10	3	1	14
Outro Distrito	8	2	1	11
Viana	1	5	0	6
Vila Real	3	3	0	6
Região Norte	3	2	1	6
Viseu	0	5	0	5
Guarda	1	2	0	3
Bragança	1	1	0	2
Não se aplica	8	2	0	10
Total	92	105	6	203

**Anexo 12:** Cruzamento da Variável “Distrito do país retratado” e “Dimensão do texto”

	Uma coluna	Duas colunas	Três colunas	Quatro colunas	Cinco colunas	Mais de Cinco colunas	Total
<b>Porto</b>	9	24	24	3	29	14	103
<b>Coimbra</b>	4	5	3	0	7	2	21
<b>Braga</b>	1	2	2	1	7	3	16
<b>Aveiro</b>	0	3	0	1	7	3	14
<b>Outro Distrito</b>	0	0	1	0	1	9	11
<b>Viana</b>	0	1	3	1	1	0	6
<b>Vila Real</b>	2	1	0	0	1	2	6
<b>Região Norte</b>	0	1	1	1	3	0	6
<b>Viseu</b>	0	4	1	0	0	0	5
<b>Guarda</b>	2	0	0	0	0	1	3
<b>Bragança</b>	0	1	0	0	1	0	2
<b>Não se aplica</b>	0	0	1	1	3	5	10
<b>Total</b>	18	42	36	8	60	39	203

**Anexo 13:** Cruzamento da Variável “Distrito do país retratado” e “Assinatura”

	<b>Jornalista</b>	<b>Agência</b>	<b>Total</b>
<b>Porto</b>	86	17	103
<b>Coimbra</b>	19	2	21
<b>Braga</b>	15	1	16
<b>Aveiro</b>	13	1	14
<b>Outro distrito</b>	11	0	11
<b>Não se aplica</b>	10	0	10
<b>Viana do Castelo</b>	4	2	6
<b>Vila Real</b>	5	1	6
<b>Região Norte</b>	5	1	6
<b>Viseu</b>	4	1	5
<b>Guarda</b>	1	2	3
<b>Bragança</b>	2	0	2
<b>Total</b>	175	28	203



